



PLAN TERR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA (DCHF)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
PLAN TERR / MESTRADO PROFISSIONAL**

SELMA GLÓRIA DE JESUS

**ÁGUAS DO SEMIÁRIDO:
MULHERES RURAIS E O ACESSO A CISTERNA
PARA CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BAHIA**

**FEIRA DE SANTANA/BA
2020**

SELMA GLÓRIA DE JESUS

**ÁGUAS DO SEMIÁRIDO:
MULHERES RURAIS E O ACESSO A CISTERNA
PARA CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR – Mestrado Profissional, na linha de pesquisa 2 “Políticas públicas, planejamento territorial e participação social” para a obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Acácia Batista Dias

FEIRA DE SANTANA/BA
2020

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Jesus, Selma Glória de
J56a Águas do Semiárido: mulheres rurais e o acesso a cisterna para consumo humano no Município de Serrinha – Bahia / Selma Glória de Jesus. - 2020. 132f. : il.

Orientadora: Acácia Batista Dias

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, 2020.

1. Água. 2. Gênero. 3. Mulheres rurais. 4. Políticas públicas. I. Dias, Acácia Batista, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 628.112:396

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

SELMA GLÓRIA DE JESUS

**ÁGUAS DO SEMIÁRIDO:
MULHERES RURAIS E O ACESSO A CISTERNA
PARA CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLAN TERR – Mestrado Profissional, na linha de pesquisa 2 “políticas públicas, planejamento territorial e participação social” para a obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Acácia Batista Dias

Aprovada em 05 de setembro de 2020

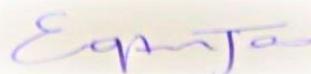
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Acácia Batista Dias (orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS



Prof. Dr. Onildo Araújo da Silva (membro interno)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS



Prof.^a Dr.^a Eliene Gomes dos Anjos (membro externo)
Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB

Feira de Santana/BA
2020

*Ser-Tão Mulher:
Sertanejando como forma de resistência*

*Eu sou uma dessas silvas
Espalhadas no Brasil
Que quase ninguém vê
Ou finge que não viu
Ando de sol a sol
Querendo algo melhor
Mesmo sem acreditar
Ser-taneja e Ser-mulher
Que parece ser de fé
Ser amor e ser amar!*

*Como a caatinga esperta
Busquei me adaptar
Floresço quando há chuva
Me recolho, se não há
Minhas raízes são tuberosas
Como tática poderosa
Habitadas a aridez
Sigo meu caminhar
Minha prece ao levantar
É que chegue a minha vez!
[...]*

*Sou quem morreu de fome
Vendo a terra rachar
E renasceu com a chuva
Ao ver água jorrar
Sou eu, filha do Nordeste
Então seu cabra da peste
Me respeite por favor!
Meu sangue é de guerrilheira
De toda mulher brasileira
Que por esse país batalhou!*

(Keu Silva, Versificando meu Sertão)

À minha mãe Maria da Glória, assim com as mulheres do Semiárido, que fez a travessia das águas e hoje pode recontar sua história de resistência e resiliência. Com você aprendi a resistir para existir.

AGRADECIMENTOS

A minha vida é uma colcha de retalhos, colorida, diversificada que vai sendo costurada com a alma através das trocas de saberes, na desconstrução, reconstrução e na constante inquietude que me move a evoluir enquanto mulher negra e feminista. As cores se completam e se combinam, e assim como os retalhos de cada vida que passa pela minha.

A minha divindade, pelo amor e cuidado ofertado constantemente, onde foi força na minha fraqueza, luz na minha escuridão, por me guiar no caminho da justiça e da fraternidade. Sem a fé nada seria possível.

Com o melhor do meu amor, agradeço a minha família linda! Minha mãe Maria da Glória, és meu amor maior e base de sustentação. As irmãs/irmão Lucidalva, Suzeni, Solange e Sérgio, sobrinhas e sobrinhos, gratidão pelo cuidado, carinho e compreensão das minhas ausências. Sem vocês essa caminhada não seria possível.

As protagonistas do Semiárido, mulheres resilientes que conduzem suas vidas com sabedoria e cotidianamente constroem caminhos de possibilidades e libertação. Obrigada pelo carinho, acolhida e doação na construção deste trabalho que não é somente meu, é nosso.

No MOC aprendi que o Sertão pode e deve ser justo, equitativo e solidário, com a interação dos saberes na construção coletiva do conhecimento. Obrigada pelas oportunidades de beber desta rica fonte e tornar possível essa pesquisa.

As amigas queridas, Maria Vandalva e Priscila Brasileiro que cuidadosamente me acompanharam nesta jornada. Este trabalho tem a marca da generosidade de vocês. Gratidão!

Aos colegas da turma VI, cada um/a do seu modo contribuiu com encorajamento e mensagens de apoio para fazer essa travessia. Kamilla Ferreira, companheira das madrugadas, das trocas de “figurinhas”, gratidão por tanta generosidade.

Ao excelente corpo docente do PLANTERR, vocês foram suporte necessário nesta caminhada. Gratidão pela paciência, compreensão e dedicação a cada encontro.

A banca examinadora, Professores Onildo Araujo e Eliene Gomes, obrigada pelo dedicação e confiança no meu trabalho. Vocês fazem parte desta conquista.

A minha querida orientadora, amiga e companheira Acácia Batista. Você foi luz na minha caminhada, acreditou em mim mesmo quando nem eu mesma achava que seria capaz. Gratidão pela sororidade e tanto aprendizado. “Eu sou porque nós somos”

Nunca estarei pronta e acabada, pois continuarei a me refazer dos retalhos de tantas outras gentes que cruzarão meu caminho e deixarão suas marcas em minha vida!

RESUMO

As condições subalternas historicamente vivenciadas pelas mulheres do Semiárido brasileiro são decorrentes das desigualdades de gênero, atrelando-as aos espaços da esfera privada e, por conseguinte, incumbidas da responsabilidade com o abastecimento e cuidado com a água para as necessidades domésticas e a não participação nas tomadas de decisões. As tecnologias sociais implementadas (em comunidades rurais) no município de Serrinha têm incorporado a perspectiva de gênero e mobilizado ações que interferem nas questões sociopolíticas, econômicas e culturais. Diante de tal contexto, o objetivo desse estudo é analisar o acesso das mulheres rurais à política de água- cisternas para consumo humano e saber em que medida este acesso contribuiu para sua autonomia econômica e participação sociopolítica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas e oficinas temáticas, com uso da sistematização gráfica, realizadas com as mulheres beneficiárias e as lideranças de organizações sociais que integraram a Comissão Municipal de Água. Os resultados desse estudo apontam os desafios para viver e conviver em áreas com longos períodos de estiagem, paralelo ao pouco acesso à água, o que promove muitas dificuldades para as mulheres, além de acentuar a divisão sexual do trabalho doméstico e as poucas oportunidades a elas ofertadas, tendo em vista as desigualdades de gênero e raça presentes e a insuficiente participação nas tomadas de decisões relacionadas a política hídrica. Por outro lado, identificamos a atuação das mulheres em organizações diversas que se articulam em torno de políticas de convivência com o Semiárido, tanto em ações comunitárias quanto de âmbito municipal e regional, o que revela um processo de tomada de consciência sobre seus direitos e as opressões vivenciadas, de modo a protagonizar lutas e conquistas. Ressaltamos, portanto, a necessidade de formuladores das políticas incorporar a equidade de gênero em todos os níveis da sua elaboração e implementação, bem como as organizações da sociedade civil estabelecer mais sinergia com a pauta das mulheres e reconhece-las enquanto sujeitos políticos autônomos. Desse modo, é necessário nutrir-se dos aprendizados, experiências e conhecimentos das mulheres rurais que buscam de forma resistente e resiliente construir alternativas para o Bem Viver no Semiárido.

Palavras-chave: Água; Gênero; Mulheres Rurais; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The subordinate conditions historically experienced by women in Brazilian semi-arid are due to gender inequalities, linking them to the spaces in the private sphere, and so charged with responsibility for water supply and care for domestic needs and non-participation in decision-making. Social technologies implemented (in rural communities) in the city of Serrinha has incorporated in the gender's perspective and mobilized actions that interfere in the socio-political, economic and cultural questions. In this context, the objective of this study is to analyze the access of rural women to the policy of water cisterns for human consumption and to know to what extent this access has contributed to their economic autonomy and socio-political participation. This is a qualitative research based on semi-structured interview, and thematic workshops, with the use of graphic systematization accomplished by women and the leaders of social organizations that integrated the Municipal Water Commission. The results of this study point out the great challenges to live in areas with long periods of drought, parallel to little access to water, which promotes many difficulties for women, besides to increase the sexual division of domestic work. The few opportunities offered to them, in view of the gender and race inequalities present and insufficient participation in decision-making related to water policy. On the other hand, we identify the women's performance in several organizations that articulate around policies of coexistence with the semi-arid region, both in community and municipal and regional actions that reveals a process of becoming aware about their rights and the oppressions lived, in order to lead fights and conquests. We highlight, the need to policy makers to incorporate gender equity at all levels of their elaboration and implementation, as well as civil society organizations to establish synergy with the women's agenda and recognize them like autonomous political people. Like this, it is necessary to feed on by learning, experience and knowledge from the rural women who search in a resistant and resilient way build alternatives for good living in the semi-arid.

Key words: Gender; Public Policies; Rural Women; Water.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Município de Serrinha-BA, 2017.	21
Figura 2 - A rotina das mulheres rurais em períodos de longa estiagem.....	39
Figura 3 - Nova delimitação do Semiárido brasileiro (2017).....	48
Figura 4 - Distribuição das mulheres beneficiárias por faixa etária, nas comunidades de Canto e Alto de Fora, município de Serrinha/BA.	55
Figura 5 - Auto declaração das participantes e atribuição dela a cor dos familiares, nas comunidades de Canto e Alto de Fora-Serrinha/BA.	61
Figura 6 - Auto declaração de cor e raça das mulheres rurais brasileiras, 2015.	63
Figura 7 - Caderneta Agroecológica – instrumento político-pedagógico.....	70
Figura 8 -Cartaz da campanha “Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”.	72
Figura 9 - Participação dos homens no trabalho doméstico, declarada pelas mulheres beneficiárias das cisternas nas comunidades de Canto e de Alto de Fora – Serrinha/BA, 2019.	73
Figura 10 - Alocação do uso do tempo de homens e mulheres para trabalhos não remunerados.	76
Figura 11 - Linha do Tempo de Marcos Legais –	84
Figura 12 - Cisterna de placa para consumo humano (beber e cozinhar).....	86
Figura 13 - Mapa das cisternas para consumo humano.....	91
Figura 14 - Atividades que compõem a implementação das cisternas.	93
Figura 15 - Execução Orçamentária Anual do Programa Cisternas – Governo Federal,.....	105
Figura 16 - A vida das mulheres antes do acesso as cisternas.....	109
Figura 17 - O reaproveitamento da água do banho dos meninos para as meninas.....	110
Figura 18 - Gestão da água e autonomia das mulheres rurais.	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das mulheres entrevistadas do município de Serrinha/BA.	30
Quadro 2 - Classificação das mulheres beneficiárias do P1MC.....	32
Quadro 3 - Descrição das mulheres lideranças integrantes da Comissão Municipal de Água, participantes da pesquisa, do município de Serrinha/BA.	33
Quadro 4 - Descrição das famílias beneficiárias das cisternas –.....	57
Quadro 5 - Síntese das narrativas das mulheres sobre a vida após o acesso as cisternas.	97
Quadro 6 - Proposições das mulheres para melhorar o acesso a água e a vida das pessoas no Semiárido, 2019.....	115

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores de Serrinha
ASA	Articulação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CDESC	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
CF	Constituição Federal
CODES	Colegiado Territorial do Sisal
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTRNE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MOC	Movimento de Organização Comunitária
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIMC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PLANTEER	Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Caracterização da área de estudo.....	25
1.2. Percursos metodológicos - Tecendo saberes.....	26
2. MULHERES RURAIS E AS CONFIGURAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DO SEMIÁRIDO	37
2.1. A vida das mulheres antes das cisternas - O Equilíbrio da lata d'água na cabeça.....	37
2.2. A água como bem coletivo - Da negação ao reconhecimento do direito.....	46
3. TRAVESSIA DAS ÁGUAS NO SEMIÁRIDO BAIANO: INVISIBILIDADE E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO MEIO RURAL.....	53
3.1. Mulheres rurais: recontando histórias, compartilhando saberes.....	53
3.1.1. Cor e raça das famílias rurais	58
3.2. Relações de gênero e a divisão sexual e social do trabalho doméstico e do cuidado	65
3.2.1. A percepção da participação masculina no trabalho doméstico.	72
3.3. Auto-organização das mulheres rurais – “Pelo direito de ter direitos”	77
4. ÁGUA COMO DIREITO HUMANO: A VIDA DAS MULHERES APÓS AS CISTERNAS- RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	82
4.1. O direito humano à água e as mulheres enquanto sujeitos autônomos de direito.	82
4.2. O Programa Um Milhão de Cisternas e a inclusão das mulheres	85
4.3. A vida das mulheres após as cisternas – Tecendo os fios da vida no Semiárido.	94
5. MULHERES E AS ÁGUAS: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA DINAMIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE ÁGUAS NO SEMIÁRIDO.....	101
5.1. Políticas públicas e gestão das águas	102
5.2. A sistematização gráfica na (re)apropriação do conhecimento.	107
5.3. Mulheres, água e o bem viver	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS – O INACABAMENTO DO PROCESSO.....	117
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE.....	126

1. INTRODUÇÃO

A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração.
(Joan Scott, 2005).

Esta pesquisa é fruto dos caminhos percorridos tanto na minha vida pessoal quanto profissional; mulher, negra, nordestina, nascida em uma família monoparental, em uma comunidade que atravessou longos períodos de estiagem sem acesso à água de qualidade e em quantidade, onde esse acesso sempre foi tido como direito de poucos que detinham um maior poder aquisitivo e gozavam de privilégios políticos.

É essa realidade que ainda permeia municípios localizados no Semiárido do Nordeste onde as políticas públicas demoram a chegar ou simplesmente não chegam. Nesse contexto, as mulheres sempre foram incumbidas da responsabilidade do abastecimento e cuidado com a água nas diferentes situações; conseguir água com os vizinhos, nas fontes dos fazendeiros, nas filas dos carros-pipa, além de outras fontes compartilhadas da comunidade. Essas reflexões se aprofundaram no decorrer do tempo com o processo de maturidade e percepção das relações de gênero que permeiam todos os aspectos da vida das mulheres do Semiárido Nordestino, e de modo especial, as mulheres rurais.

No ano de 2007, quando ingressei no Movimento de Organização Comunitária (MOC), passei a atuar diretamente com organizações de mulheres rurais. Mais especificamente, com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o que me possibilitou mergulhar em águas mais profundas e complexas num contexto de negação de direitos e de resistência das mulheres para uma mudança das condições impostas socialmente a elas, onde as questões climáticas sempre foram utilizadas para justificar as desigualdades sociais, econômicas e culturais que afetam a região Semiárida Nordestina. Na maioria das vezes, essas questões recaem sobre as mulheres e meninas, visto que aos homens é dada a condição e a oportunidade de fazer escolhas que definem o rumo de suas vidas.

“Dar” vez e voz às mulheres rurais, no sentido de oportunizá-las, parecia uma prática um tanto recente das organizações sociais, já que historicamente eram os homens os escutados e convidados a atuarem nos espaços de discussão e proposição política. Naquele ano de ingresso no MOC, tive a oportunidade de participar de oficinas temáticas sobre o impacto das cisternas

na vida das mulheres onde estivemos presentes em quatro municípios na Bahia (Araci, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Serrinha), com rodas de conversa para avaliar as mudanças proporcionadas na vida das mulheres após a implementação das cisternas de placas para consumo humano (primeira água) do Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC) elaborado pela Articulação do Semiárido Brasileiro¹ (ASA Brasil) e implementada pelo MOC² no território do Sisal. Aquele momento foi um divisor de águas no sentido de apropriação da realidade vivenciada pelas mulheres e a histórica negação de direitos que começava a se modificar mediante as mudanças ocorridas através da política de democratização do acesso à água.

Ter a oportunidade de acompanhar processos de luta das organizações femininas e/ou feministas, participar de mesas de debate e espaços de discussão tendo em vista a desnaturalização das desigualdades vivenciadas pelas mulheres no meio rural do Semiárido Nordeste, foram fatores que me impulsionaram a adentrar o espaço acadêmico no ano de 2011, na pós-graduação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), na tentativa desafiante de incorporar a perspectiva de gênero no tema das políticas públicas – de modo especial na Economia Solidária – frente à condição de pobreza e falta de oportunidade de processos de geração de renda para as mulheres rurais.

¹ A ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas. Essa rede conecta pessoas, organizadas em entidades, que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). A ASA desenvolveu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que hoje abriga todas as ações executadas pela rede como os programas Um Milhão de Cisternas (PIMC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido, (ASA Brasil, 2019). As informações inerentes ao PIMC que integram esta pesquisa constam na Seção 4.

² O Movimento de Organização Comunitária (MOC) tem atuação desde outubro de 1967. É uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos e de caráter beneficente e educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana. A organização prioriza ações no campo da incidência em políticas públicas, participação social, convivência com o Semiárido, agroecologia, relações sociais de gênero, economia solidária, educação do campo contextualizada, soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, entre outros. Um dos princípios das ações institucionais é a valorização do conhecimento local, dos fazeres, dos sabores e saberes das pessoas, povos, grupos e comunidades, primando pela proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, de jovens, de mulheres, dos povos do campo e comunidades tradicionais contribuindo na construção do desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente sustentável, socialmente justo, cultural e humanamente solidário. O MOC tem atuação mais direta nos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão na perspectiva da convivência com o Semiárido. O MOC é um dos membros da Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA e, dentre outras áreas, atua no campo da implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, dentre elas, as cisternas de placas para consumo humano (MOC, 2015).

Nessa mesma direção, ingressei no ano de 2014 no curso de especialização Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no esforço de ampliar minha capacidade de qualificação e intervenção política a partir de uma *práxis* feminista, de modo a problematizar questões no campo dos direitos das mulheres. Para mim, isso foi um desafio e uma necessidade tendo em vista as resistências e limitadas compreensões no campo patriarcal sobre o papel da mulher na sociedade.

A questão da água sempre foi pauta central nas discussões das mulheres dentro e fora das organizações, tendo em vista a sua relação direta e cotidiana com esse bem natural, já que culturalmente foram consideradas as guardiãs das águas. Na falta de água para uso doméstico, é atribuída às mulheres a responsabilidade do penoso trabalho de abastecimento dos lares. Essa atribuição concedida lhes deu a legitimidade de colocar a questão no centro dos debates, tendo o seu direito como uma premissa para o acesso e participação na gestão da água.

Se as mulheres são as principais responsabilizadas pelo prover da água em seus contextos, por que não lhes era dado o direito de, também, atuar na elaboração de políticas públicas que envolvem a gestão da água? Visto que não basta transversalizar ou incorporar a dimensão de gênero nas políticas públicas, mas garantir a participação direta das mulheres nos espaços de incidência política para também interferir nas tomadas de decisão, principalmente sobre as ações e políticas de convivência com o Semiárido.

Assim, esta pesquisa se ancora no campo investigativo no sentido de compreender a implementação da política hídrica de cisternas para consumo humano, considerando questões sociopolíticas e culturais da água com a vida das mulheres rurais e que, conseqüentemente, ocupou lugar central na pauta das organizações de mulheres. Essa é uma instância representativa das demandas das trabalhadoras rurais, considerando dois fatores: a questão climática tão presente e imutável daquela região e, as relações sociais e hierárquicas de gênero presentes no cotidiano das mulheres e a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado. Desse modo, urge a necessidade de aprofundar sobre o acesso das mulheres rurais às políticas públicas de água, mais precisamente, a política das cisternas de consumo humano, uma vez que a responsabilidade com o trabalho doméstico e do cuidado lhes é atribuído. Assim, torna-se necessário compreender e evidenciar em que medida houve mudanças geradas no contexto de vida das mulheres rurais com a implementação do P1MC no município de Serrinha, considerando os aspectos social, político, econômico e cultural que refletem nas relações de gênero presente nas comunidades rurais.

Contextualizando, o direito a água de qualidade durante muito tempo era considerado um sonho inatingível na vida das pessoas que ali viviam em meio à escassez desse bem e a

ausência de políticas públicas que atendessem a essas necessidades. Neste caso, era designada às mulheres e meninas a responsabilidade pelo abastecimento de água, legitimando a divisão social e sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso faz prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral, focando seu papel de mães, esposas e donas de casa (FARIA, 2009).

A água enquanto direito humano deve ser vista como um elemento basilar para construção do desenvolvimento (Des-Envolvimento) sustentável de modo que deve criar condições favoráveis de convivência com o Semiárido pautado pela igualdade nas relações sociais de gênero, possibilitando a autonomia das mulheres rurais, de modo que seja ressignificado o sentimento de pertencimento com seus territórios. Neste contexto, o direito hídrico é também um elemento de superação do estigma da seca que por muito tempo foi tido como o lugar do atraso.

O Semiárido³ é um espaço com grande concentração de terra, da água e dos meios de comunicação enquanto elementos que historicamente sempre estiveram nas mãos de uma pequena elite (ASA, 2019). O Semiárido sempre foi tratado pela mídia, pela opinião pública e, em determinada medida, pelas políticas oficiais, como um lugar inviável, de povo não inteligente, incapaz de gerir seus destinos e, desse modo, dependente e destinatário de políticas assistencialistas. Em realidade, observa-se a falta de investimento em programas estruturantes promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas do Semiárido, sobretudo no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Nessa perspectiva, o MOC juntamente com a Articulação do Semiárido (ASA) vem efetivando o Programa Um Milhão de Cisternas para o acesso à água de consumo humano, onde um dos critérios é garantir que a mulher seja a beneficiária direta, levando em consideração o contexto das desigualdades existentes e na hierarquização das relações entre os sujeitos no meio rural. No entanto, não se trata apenas de construir cisternas, mas de construir com as pessoas o exercício cotidiano de participação e intervenção nas políticas públicas para o acesso aos direitos no campo político, econômico e social.

A partir do P1MC foram efetivadas as cisternas de placas, que são construídas nos arredores de casa para captação da água da chuva que escorre pelo telhado e cai diretamente na cisterna na qual é armazenada. A construção garante a participação da comunidade, com mão

³ O uso do termo Semiárido aqui é compreendido a partir da perspectiva da Articulação Semiárido Brasileiro-ASA Brasil que reconhece e atua nos nove (09) Estados do Nordeste e no Norte de Minas Gerais tendo em vista a defesa do direito a água enquanto um bem coletivo, um alimento necessário a vida e insumo para produção de outros alimentos. Doravante, será tratado como Semiárido os espaços geográficos que compõem as áreas de atuação da ASA, bem como o campo pesquisado neste estudo.

de obra familiar e comunitária onde as beneficiárias participam de cursos de formação em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) de forma a garantir o cuidado e uso adequado da água, além de promover a participação comunitária, organização social de agricultores e agricultoras, estimulando a interação com o poder público para pautar outros direitos e políticas para a convivência com o Semiárido.

Neste aspecto, contribuir para o desenvolvimento local pressupõe construir estratégias capazes de imputar uma nova realidade na vida dos indivíduos, no fortalecimento do exercício da cidadania tendo como foco principal a questão do acesso aos seus direitos. De acordo com Almeida (2009, p. 36), “a noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar todas as dimensões – econômica, social e cultural – da transformação estrutural da sociedade”. O termo será tratado neste estudo a partir de uma ruptura do seu conceito convencional enquanto proposta global unificada, herdeira do saber ocidental e colonizada, de modo que, ao longo dos tempos tem aprofundado as desigualdades socioeconômicas a partir das suas metas e indicadores que não respondem a perspectiva da democracia e justiça social.

Neste aspecto, Acosta (2016) apresenta a filosofia do Bem Viver como uma proposta alternativa ao modelo vigente de sociedade com a tarefa descolonizadora nos âmbitos político, social, econômico e cultural e propõe construção de uma sociedade sustentada na convivência cidadã em diversidade e harmonia com a natureza. É neste aspecto que se insere a política de convivência com o Semiárido e a democratização do acesso à água, de modo que a elaboração e efetivação de políticas públicas atendam as demandas e necessidades dos sujeitos, sobretudo aqueles que vivem em áreas onde as ações do Estado não chegam ou chegam de maneira insuficiente e inadequadas as condições locais.

Portanto, fazer a análise do acesso das mulheres rurais às políticas públicas de água para o consumo humano através de tecnologia social de captação e armazenamento de água da chuva, mais conhecida como cisterna de placas, se faz necessário para compreender as implicações deste direito na perspectiva da convivência com o Semiárido de modo a investigar a partir da percepção das mulheres, se houve contribuições que viabilizassem sua autonomia. Para isso, foram analisadas algumas categorias como: participação social, autonomia política e econômica, assim como as relações sociais de gênero, que contribuíram para melhor compreensão do contexto em que vivem as mulheres rurais, bem como suas demandas, avanços e lacunas que ainda permeiam suas vidas.

A partir de uma base de dados comprobatórios, tanto secundários quanto primários, esse estudo parte da constatação de que, o acesso das mulheres aos direitos básicos sempre foi desigual, não diferentemente, com a água que apesar de ser um bem coletivo finito, é tratada

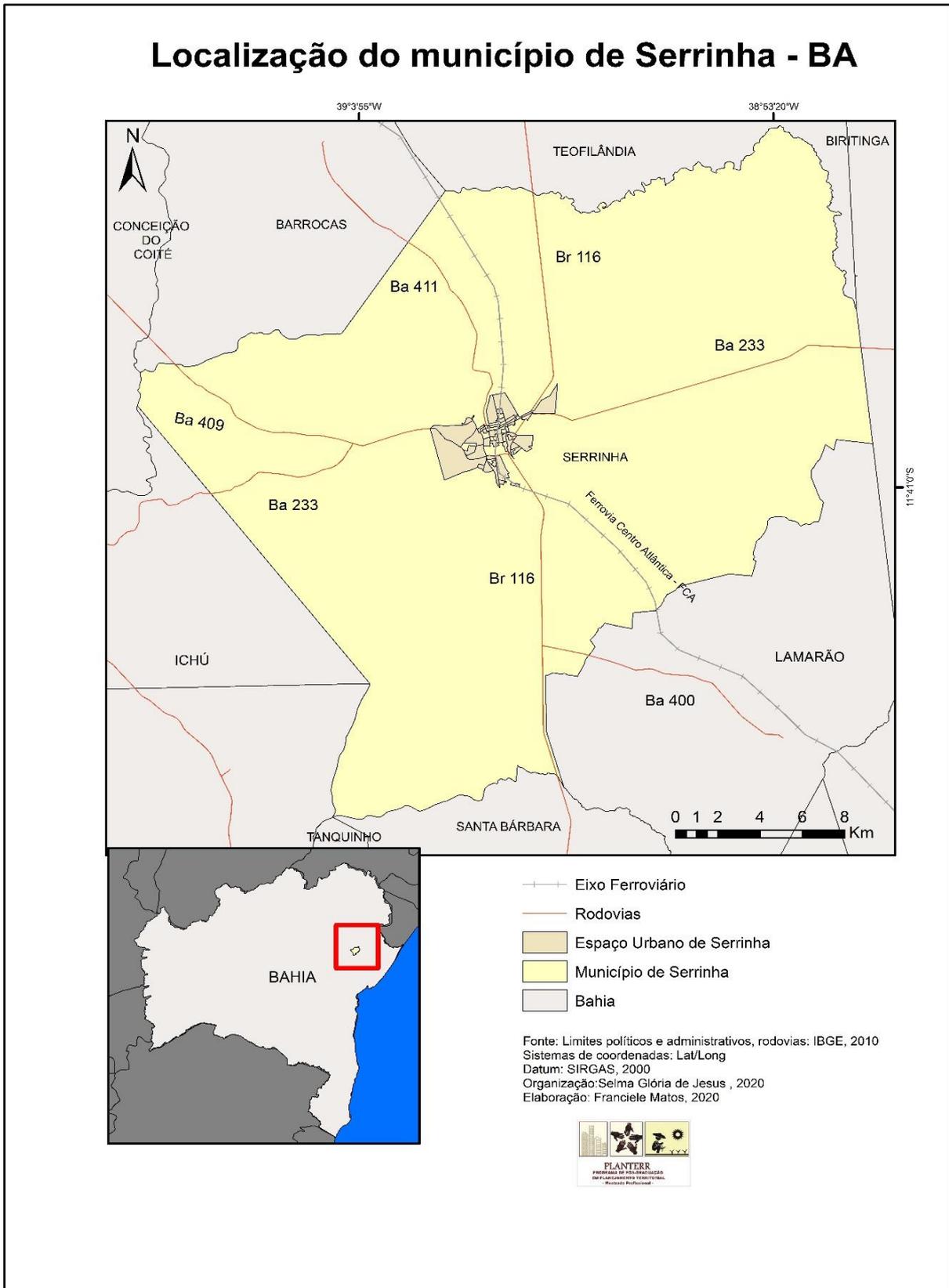
como mercadoria, dificultando ainda mais o acesso da população menos favorecida do Semiárido, especialmente as mulheres que nesse cenário de negação de direitos tem protagonizado movimentos de resistência contra o cercamento das águas, tendo em vista a sua atuação em comissões municipais para incidir nas tomadas de decisão na implementação da política de água.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o acesso das mulheres rurais a política pública de água para consumo humano - cisternas de placas, e saber em que medida isto contribuiu para sua autonomia econômica e participação sociopolítica no município de Serrinha, na região Semiárida da Bahia.

Deste modo, adotou-se os seguintes objetivos específicos: 1) Conhecer as condições socioculturais vivenciadas pelas mulheres rurais, antes e após a implementação da política de acesso a água para consumo humano – cisternas de placas no município de Serrinha; 2) Analisar se houve mudanças nas relações de gênero no meio rural a partir do acesso das mulheres à política pública de água para consumo humano - cisternas de placas; 3) Evidenciar os limites e possibilidades da política pública de acesso a água para a autonomia e participação social das mulheres rurais; 4) Identificar quais são as condições socioeconômicas das mulheres rurais beneficiárias das cisternas de placas; e por fim, mas não menos importante, 5) Elaborar uma cartilha que possa dar suporte às mulheres rurais no debate, ampliação do acesso e controle social das políticas públicas de água.

Aqui, a partir dos resultados da pesquisa, foi elaborada a cartilha partindo do princípio da valorização dos saberes das mulheres e suas narrativas sobre a vidas “antes e depois das cisternas” de modo que seja de utilidade para elas e suas organizações no sentido de ampliar e aprofundar o debate para incidir politicamente em espaços estratégicos de elaboração, proposição e controle social de políticas públicas do seu interesse. Para isso, a área de estudo se situa no município de Serrinha (Figura 1), em duas comunidades rurais (Canto e Alto de Fora), localizado no Semiárido da Bahia, onde as cisternas de consumo humano foram efetivadas.

Figura 1 - Localização do Município de Serrinha-BA, 2017.



Organização: Selma Glória de Jesus, 2020
Elaboração: Franciele Matos, 2020

O município de Serrinha está localizado no Território de Cidadania do Sisal, delimitado pelo Governo Federal a partir do Programa Territórios da Cidadania em 2008, que congrega 20 municípios⁴ do Semiárido baiano e apresenta um tecido social dinâmico e diversificado, no qual os sujeitos acumulam experiências em participação social e intervenção política, o que tornou este território um espaço de lutas e resistências diante do histórico de desigualdades sociopolíticas imputadas por um modelo de desenvolvimento equivocado, e que não reconhecia a participação dos sujeitos políticos, e de modo especial, das mulheres rurais.

A abordagem territorial aqui se configura como uma política de Estado, que em 29 de dezembro de 2014 foi publicada na Lei nº 13.214, que dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (BAHIA, 2014). Nesse aspecto, as políticas e ações planejadas e implementadas na Bahia são orientadas a partir da política territorial, considerando seus aspectos econômico, político, social e cultural, conforme a definição cunhada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário⁵ (BRASIL, 2013), responsável por instituir esse modelo político administrativo visando a redução das desigualdades territoriais:

O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2013, p. 4).

As condições climáticas e sociais conferiram ao Território de Cidadania do Sisal a implementação de políticas hídricas como as tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, através das cisternas de consumo humano, que foi o mote deste estudo no município de Serrinha. Tecnologia Social é um conceito em constante construção, no entanto,

⁴Araci, Barrocas, Biringa, Candéal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

⁵ A extinção do MDA foi consolidada após o Impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff em 2016, acontecimento também considerado Golpe Parlamentar. Ao assumir a Presidência da República, Michel Temer transferiu a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, prevista no Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República. No atual governo fica transferida as competências da SEAD para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SFA) vide Decreto nº 9.667, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), (BRASIL, 2010).

hoje está definido como um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população de um território e apropriadas por ela, que apresentam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2007). Trata-se de direcionar o conhecimento da ciência e da tecnologia para resolver os grandes problemas que emergem da sociedade atual. Desse modo, a democratização do acesso à água através da cisterna de placa é uma via alternativa para as questões da falta de água do Semiárido brasileiro.

A Comunidade de Canto, no Município de Serrinha/BA, foi escolhida para ser a área da pesquisa, pois, além de ser parte da minha caminhada profissional junto às mulheres e suas organizações, é também a comunidade escolhida pela comissão municipal de água para receber as primeiras tecnologias devido ao seu potencial organizativo e a inserção das suas lideranças nos diversos espaços políticos. Esses são fatores que motivaram a escolha, além da necessidade de aprofundar o debate, dentro e fora da universidade, sobre o direito humano à água e à melhoria da qualidade de vida das mulheres rurais, tendo em vista as relações hierárquicas e subalternas pelas quais elas foram e ainda são submetidas.

É importante lembrar que, na contramão do desenvolvimento (ou envolvimento rural) e democratização da participação social feminina, a atual conjuntura política de âmbito Federal do Governo Bolsonaro, a partir dos cortes orçamentários para programas sociais, redução dos espaços de controle social e proposição de políticas públicas como os conselhos nacionais, intensifica uma agenda antidemocrática e conservadora. Esse cenário se apresenta como ameaça ao exercício da cidadania sendo que, para as organizações de mulheres e/ou feministas, é um fator ainda mais desafiador, de modo especial, para aquelas residentes em áreas rurais do Semiárido brasileiro já que, historicamente, foram penalizadas com a ausência de políticas públicas e/ou dificuldade para seu acesso, de modo a promover melhorias na qualidade de vida das pessoas desse Semiárido, inclusive as mulheres, fomentando o exercício da cidadania e a participação na tomada de decisões sociopolíticas.

Tendo em vista a proposta da pesquisa e a riqueza das percepções das mulheres mencionadas e seus contextos de vida, optamos por organizar este texto em quatro seções que não são isolados, mas dialogam entre si como o tecer dos fios entre os achados e o confronto teórico delineado a partir de um vigor reflexivo.

A primeira seção consiste na abordagem o contexto das mulheres rurais mediante as configurações sociopolíticas do Semiárido, sua caracterização e as condições vivenciadas pelas mulheres da zona rural antes do acesso às cisternas para consumo humano, além de apresentar

os marcos legais que referenciam a água como direito humano, ofertado em quantidade e qualidade na perspectiva da democratização do seu acesso.

Na segunda seção realizamos uma reflexão sobre o contexto de invisibilidade e protagonismo das mulheres rurais de modo que foram abordadas questões como: estruturação das relações de gênero e a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado; auto-organização e autonomia econômica, limites e possibilidades para construção do Semiárido brasileiro com igualdades e justiça social, na perspectiva da inclusão feminina.

Na terceira seção contextualizamos o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e seus impactos na vida das mulheres rurais, tanto no aspecto material quanto no campo da subjetividade, a partir da análise dos depoimentos advindos do trabalho de campo. É pertinente abordar as novas configurações do território após a implementação das cisternas, identificando aspectos sociais, político, econômico, organizacional, cultural e o “lugar” das mulheres no uso do tempo conquistado.

Por fim, na quarta seção fica apresentada uma breve discussão sobre a política hídrica e a gestão das mulheres a partir da experiência com o P1MC. Aliado a isto, retomamos o processo metodológico da sistematização gráfica realizada com as participantes da pesquisa, como forma de registro das memórias que deu origem à cartilha enquanto produto final desta pesquisa, e que tem a finalidade de contribuir para a dinamização e intervenção das mulheres rurais na gestão e acesso às políticas públicas de águas. Não se trata de um manual explicativo, mas de uma abordagem com enfoque no olhar das mulheres pesquisadas e suas narrativas sobre o “Semiárido que queremos”, de modo que coaduna com a dimensão de gênero e de democratização da participação dos sujeitos de direito nas tomadas de decisão. Nesse aspecto, a cartilha se apresenta como uma proposta metodológica que se aproxima da filosofia do bem viver⁶ gestado pelas mulheres rurais.

Ressaltamos, portanto, a relevância desse estudo e a significativa contribuição das ciências para corrigir a cegueira que perpassa as questões de gênero, para possibilitar o reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos políticos capazes de decidir sobre suas vidas e sobre as políticas que lhes são necessárias, de modo a visibilizá-las pelas contribuições para convivência digna no Semiárido.

⁶O conceito do Bem Viver está aprofundado na seção 3 a partir da proposta do autor equatoriano - Alberto Acosta, o qual considera este um conceito aberto e plural que só pode ser consolidado em um mundo pensado e construído democraticamente.

1.1. Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada no município de Serrinha, estado da Bahia, nas comunidades de Canto e de Alto de Fora. A escolha do campo de pesquisa se deu pelas suas características socioculturais e pelas relações profissionais que permitiram conhecer os processos de implementação das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, na forma de cisternas de consumo humano, além de acompanhar a trajetória percorrida pelas mulheres rurais e as organizações da sociedade civil que atuaram e atuam em rede para ampliar e fortalecer a intervenção política dos sujeitos nos espaços de controle social e decisão política – assim como por integrar a Comissão Municipal de Água.

O município de Serrinha/BA está localizado a 173 km da capital do estado, Salvador, e possui uma população estimada de 80.861 habitantes (IBGE, 2019), com um total de 77 povoados, além de 30 bairros e sua sede, que juntos reúnem histórias, diversidade cultural e uma economia pujante.

Serrinha possui características comuns a outros municípios pertencentes ao Semiárido baiano. A temperatura média anual é de 23.2 °C com pluviosidade média anual de 801 mm (CLIMATE – DATA. ORG, 2016), de modo que ao ser comparado com outros países, o Semiárido brasileiro é considerado o mais chuvoso do planeta com uma média de 750/800 mm/ano (MALVEZZI, 2007). Sendo assim, não devemos inicialmente atrelar os problemas sociais e econômicos da região à falta de chuva, mas a insuficientes políticas hídricas adaptadas ao clima, ou seja, precisa investir mais em tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva na perspectiva da convivência com o Semiárido, já que historicamente as políticas implementadas no sentido de “combater a seca” não democratizou o acesso a água e nem garantiu às famílias dignidade para viver no campo.

A vegetação de Serrinha é tipicamente do Bioma Caatinga, que se adapta a prolongados períodos de estiagem, sendo que no período chuvoso ela fica verde e florida, mudando ligeiramente a paisagem. O desenvolvimento da agricultura familiar no município é considerado de autoconsumo e venda do excedente. A atividade concentra 3.803 pessoas, com 1.295 estabelecimentos e 3.012 pessoas com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP (PTDS, Território do Sisal, 2016), o que favorece a inclusão de agricultores e agricultoras na comercialização dos seus produtos para programas governamentais como PAA- Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos quais, no mínimo 30% da alimentação escolar deve ser adquirida da agricultura familiar local. A atividade da agricultura ainda é a principal razão da permanência dos agricultores no campo,

porém ainda enfrentam dificuldades de produção por conta dos longos períodos de estiagem, restrição na comercialização e pouco acesso à assistência técnica, além da concentração de terras na região, de modo que a maioria vive em minifúndios (PTDS Sisal, 2016).

O município de Serrinha se destaca como o maior PIB anual do Território do Sisal, com total de R\$ 684,8 milhões por ano. As principais atividades econômicas do município estão concentradas na agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviços. O município é produtor de lavouras permanentes de maracujá e laranja e temporárias de batata doce, feijão (grão), mandioca, milho (grão) (IBGE, 2015). Na pecuária destacam-se os rebanhos de bovinos, suínos e ovinos, sendo expressiva a criação de galináceos, além da produção de leite de vaca, mel de abelha e ovos de galinha.

Conforme a classificação do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Serrinha é de 0,634, situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Esta plataforma identifica que 20 municípios do Território do Sisal, apenas 7 tem IDHM médio, os demais são considerados baixos, retratando bem as condições sociais críticas nas quais se encontra a população, visto que os maiores investimentos públicos e privados são canalizados para outras regiões consideradas mais atrativas economicamente.

1.2. Percursos metodológicos - Tecendo saberes

A metodologia na pesquisa proporciona a utilização de técnicas que ajudam na investigação, ou seja, a junção da teoria com a prática, possibilitando uma análise da realidade que se investiga com um olhar mais amplo, conforme afirma Minayo (2002). A partir desse entendimento, e para o desenvolvimento da presente investigação foram adotados procedimentos metodológicos de caráter qualitativo, tendo em vista o mote da pesquisa e os sujeitos participantes e por ser mais apropriada para relacionar os aspectos empíricos e teóricos presentes nesse estudo.

Para isso, a metodologia da pesquisa participativa de base empírica considera que a atuação dos sujeitos acontece na medida em que todos são incluídos e colaboram mediante acúmulo de experiências, de vivências cotidianas, que nesse caso se configura a partir de nossa interação com as mulheres rurais nas suas trajetórias doméstica e profissional e através da educação popular, fornecendo subsídios para o reconhecimento dessas mulheres como produtoras de um conhecimento que não deixa de ser científico (HAGUETTE, 1992).

A proposta desta pesquisa advém da necessidade de visibilizar e ecoar as “vozes” femininas que historicamente estiveram alijadas dos processos de participação política, poder de decisão e, por isso, sempre foram consideradas incapazes de traçar seus destinos, possibilitando apresentarem suas demandas e interferirem nas políticas públicas. Portanto, este estudo tem um cunho social e político, no sentido do engajamento necessário para contribuir na mudança dessa realidade que ainda permeia a vida de muitas mulheres do Semiárido baiano, de modo que possam incidir na elaboração e acesso às políticas públicas, tendo como suporte a cartilha elaborada a partir das narrativas das participantes desta pesquisa.

Para o primeiro momento da pesquisa de campo foi adotado como instrumento de produção de dados um roteiro para a entrevista semiestruturada (Apêndice A), a qual foi realizada com dez mulheres beneficiárias das cisternas. O contato inicial com cada uma das participantes ocorreu através da apresentação da proposta da pesquisa na casa delas, quando se obteve o aceite e a autorização necessária para dar prosseguimento através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE - Apêndice D), conforme as normas éticas de pesquisa. O total de mulheres entrevistadas foi considerado suficiente para a fundamentação teórica e análise dos dados, uma vez que a ampliação desse número poderia incorrer no risco de saturação e repetição das informações, tendo em vista o componente investigado (cisternas) e o contexto em que as participantes estão inseridas.

A entrevista contou com o auxílio do aplicativo de gravador de voz em um aparelho celular. Assim, as falas das mulheres foram registradas com a riqueza de detalhes que o instrumento possibilita. A ferramenta utilizada possibilitou um diálogo sem muitas formalidades, flexível e sendo adaptado às necessidades do momento, visto que se trata de um assunto que as mulheres convivem cotidianamente.

De igual modo, foi utilizado outro roteiro para as entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) com as mulheres lideranças que integram organizações municipais que fizeram parte da Comissão Municipal de Água, que por sua vez é um grupo de pessoas (representantes de organizações da sociedade civil) responsáveis por acompanhar todo o processo da implementação das cisternas no contexto da P1MC, desde a escolha das comunidades até a seleção das famílias contempladas. Foram escolhidas cinco (05) lideranças a partir da lista da comissão disponibilizada pelo MOC, que nesse caso foi a organização responsável pela execução das tecnologias sociais que são as cisternas e que integra a ASA. O encontro com as mulheres foi previamente combinado com locais e horários de sua disponibilidade no município de Serrinha/BA, sendo algumas na sede do município, outras nas suas respectivas comunidades.

Já no segundo momento da pesquisa foram realizadas oficinas temáticas (Apêndice C) como forma de obtenção dos dados necessários para construção das narrativas, a partir do olhar e da percepção das mulheres rurais sobre a política de água (cisterna de consumo humano), haja vista sua relação intrínseca com esse bem necessário às suas vidas.

As oficinas foram previamente planejadas, levando em consideração o tempo disponível das mulheres e acordado com as mesmas para que não houvesse prejuízo nas suas tarefas cotidianas. Foram três encontros realizados na Comunidade de Canto, na sede da Associação Comunitária, a qual dispunha de estrutura física adequada, sendo um local de referência para as atividades comunitárias. Como forma de acolhida e para dar comodidade às mulheres participantes, foram disponibilizados lanches (bolos, sucos, frutas, cafezinho) em todas as oficinas, preparados pelas próprias mulheres que integram um grupo de produção da comunidade, com intuito de valorizar a produção local e a geração de renda empreendida por elas.

A primeira oficina iniciou com atraso, sendo realizada apenas a apresentação das participantes e a socialização da proposta de pesquisa. As demais oficinas tiveram a duração de três horas cada e aconteceram com a presença de dez mulheres, além de contar com o suporte de duas pessoas para produzir os registros através da sistematização gráfica – que será detalhada a seguir. A princípio seriam quatro oficinas; duas na comunidade de Canto e duas na Comunidade de Alto de Fora, no entanto, houve dificuldade de agenda com as mulheres da Comunidade de Alto de Fora, o que inviabilizando as oficinas em tempo hábil.

A sistematização gráfica aplicada nas oficinas é uma proposta metodológica de vivências acumuladas na América Latina, implementada mediante técnica de síntese das narrativas dos sujeitos, comumente utilizada pelos movimentos sociais na América Latina como instrumento para educação popular de metodologias participativas. A sistematização é um conceito que vem sendo evidenciado para designar uma forma metodológica de elaboração e produção do conhecimento. Para isso, são necessárias pessoas com habilidades de síntese e desenhos, que no caso desta pesquisa contou com o suporte de duas; Michel Pamponete (desenhista) e Clécia Silva (relatora), que construíram os painéis a partir das narrativas das mulheres.

Na primeira oficina foi debatido o tema: A vida das mulheres antes das cisternas. Na segunda oficina discorreu-se sobre o tema: A vida das mulheres após as cisternas; e na medida em que as mulheres relatavam suas histórias de vida, mediante perguntas norteadoras, a relatora fazia as anotações e o desenhista criava os painéis. A produção dos painéis nas oficinas teve como objetivo principal compor a cartilha das narrativas das mulheres sobre o “antes e depois”

das cisternas, que é o produto final desse mestrado. Não incorporar no sentido de ilustrar, mas de confeccionar conteúdo a partir das histórias de vida das mulheres, em suas proposições e seus olhares sobre o Semiárido no qual vivem.

A escolha das oficinas se deu pela maior possibilidade de abertura e interação entre nós e as participantes, além de oferecer um potencial crítico reflexivo de negociação sobre o tema em questão, nesse caso, todas as participantes têm uma relação e uma história que pode se manifestar de diferentes maneiras em suas vidas. É essa a riqueza da construção coletiva do conhecimento que a educação popular permite: um espaço democrático de proposições, uma vez que as oficinas são práticas discursivas, ou seja, compreendem maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos à sua volta e se posicionam em relações sociais cotidianas (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014).

A pesquisa bibliográfica realizada possibilitou uma visão mais ampla e aprofundada dos caminhos já percorridos por diversos autores e autoras, que se debruçaram no mesmo tema, o que ofereceu subsídio para repensar outras formas de caminhar e suscitar novos questionamentos. Nessa etapa de pesquisa bibliográfica também foram realizados levantamentos de dados secundários que nos permitiu fazer releituras e cruzamento de informações necessárias para uma maior precisão na leitura do cenário sociopolítico do Semiárido baiano, antes e após a implementação da política de água e sua relação com a vida das mulheres rurais, em um vínculo constante com as narrativas das beneficiárias do P1MC em seus depoimentos.

Uma das fontes em destaque é a Articulação do Semiárido (ASA), que criou e efetivou o P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas no Semiárido⁷ brasileiro, e que, no decorrer do tempo, foi reconhecido como efetivo e de fundamental importância, e tornou-se uma política hídrica específica para essa região. Nesse mesmo propósito e de modo mais específico para a área em estudo, o MOC nos disponibilizou relatórios, documentos, acervo fotográfico e outros materiais publicados que foram e são considerados de relevância para essa pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades de Canto e de Alto de Fora, no município de Serrinha/BA, na observância de que o mesmo concentra um número expressivo

⁷ Para Baptista (2013), o Semiárido indica uma região com aridez e apresenta razões diversas para tal afirmação, como: modos humanos de explorar a terra e que a tornam deserta ou árida, o desmatamento, a prática predatória com os rios, além da contaminação dos solos. Já Oliveira (2016) ressalta que a formação de regiões áridas e Semiáridas atende a fatores climáticos (naturais) e/ou antrópicos (resultante da ação humana). Esta região abrange nove (09) estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais. Um dos elementos que logo remete ao Semiárido é a questão da água que está associada a chuva e a seca, porém outros elementos precisam ser considerados para compreender melhor a sua realidade, tendo em vista que os fatores políticos e econômicos são determinantes para a concentração de desigualdades sociais nesta região.

de cisternas efetivadas através do programa citado, além de outras tecnologias de convivência com o Semiárido. Ambas as comunidades foram indicadas pelas lideranças das organizações de mulheres que já atuaram nas Comissões Municipais de Água e conhecem a realidade local. Em Canto, apresentam-se particularidades no acesso à cisterna de consumo humano, que é o mote desse estudo, o que fez dela uma das selecionadas e que será detalhada mais adiante.

Para realização das entrevistas semiestruturadas, foram propostos dois grupos com perfis distintos: (i) dez mulheres beneficiárias das cisternas de consumo humano residentes nas duas comunidades citadas acima; (ii) cinco mulheres lideranças de organizações que integraram a Comissão Municipal de Água, distribuídas em diferentes comunidades conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Distribuição das mulheres entrevistadas do município de Serrinha/BA.

Comunidades	Participantes	
	Beneficiárias	Lideranças
Canto	05	02
Alto de Fora	05	-
Subaé	-	01
Cipó	-	01
Sede do município	-	01

Fonte: Elaboração de Selma Glória de Jesus, 2019.

A escolha das comunidades foi dialogada previamente com as lideranças através da sua atuação na Comissão Municipal de Água. Duas dessas lideranças, inclusive, residem na comunidade de Canto e integram a coordenação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e Associação dos Pequenos Agricultores de Serrinha (APAEB). Essa participação das mulheres em organizações sociais lhes possibilitou acessar espaços de decisão política e incidir nas tomadas de decisão.

A comunidade de Canto destacou-se devido à sua dinâmica social e organizativa, principalmente pela forte atuação da Associação Comunitária que tem um papel de articulação política que permite a inserção de ações e projetos diversos junto às organizações sociais e, dentre elas, o MOC, o que faz da localidade um espaço de reunião de ricas experiências com foco na convivência com o Semiárido. Como afirma Minayo (2002), a realidade social é o

próprio dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a riqueza de significados dela transbordante.

De acordo com estudos anteriores realizados por Matos (2017), a comunidade de Canto possui 208 famílias e a maioria vive da agricultura e pecuária com criação de pequenos animais (cabras, ovelhas e galinhas). A comunidade recebeu a cisterna de nº 02 do P1MC (o primeiro idealizado e executado pela ASA), ainda em sua fase piloto. Assim, Canto (Serrinha/BA) possui um histórico de articulação com a ASA e a Associação dos Pequenos Agricultores de Serrinha (APAEB), principalmente por conter atores sociais que lutam pela, e representam, a sociedade civil em busca de melhorias e de qualidade de vida para sua população.

A Comunidade Alto de Fora está localizada a 07 km da sede do município de Serrinha e possui 2010 famílias que não diferente das outras localidades na área rural, desenvolvem atividades econômicas majoritariamente da agricultura e pecuária e com a criação de pequenos animais. Para complementar a renda da família e fortalecer a autonomia econômica, as mulheres se organizam em grupo de produção e comercializam seus produtos para a Cooperativa de Agricultores familiares de Serrinha que por sua vez, acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outros mercados locais e regional. Quanto a organização social, a Associação Comunitária dos Moradores do Povoado de Alto de Fora existe juridicamente desde 1996 e acolhe demandas da comunidade relacionadas a questões sociais e econômicas. De acordo com os últimos dados do Programa Cisternas (2019), o P1MC atuou na comunidade com implementação de cisternas para consumo humano nos anos de 2013 à 2016, apesar da comunidade ser abastecida com água encanada desde 2005, foi necessário a intervenção da liderança comunitária Jucimária Santos da Silva através da associação para ser beneficiada com o programa, já que o acesso à água era escasso e não atendei as necessidades da população que ali residem.

As beneficiárias colaboradoras desse estudo não foram escolhidas aleatoriamente, mas a partir de critérios como: ser mulheres rurais, beneficiárias das cisternas de placas para consumo humano, residentes em uma das comunidades rurais selecionadas no município de Serrinha/BA. Pelo fato de as residências serem distantes entre si, foram escolhidas mulheres que moravam mais próximas da Associação Comunitária, para viabilizar tanto a realização das entrevistas como das oficinas. Vale ressaltar que a Comunidade de Canto tem um tecido social mais estruturado e as moradoras se envolvem na dinâmica de associação comunitária, de organizações coletivas de mulheres que sejam integrantes de grupos produtivos ou do Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) – muito embora essa última filiação não tenha sido critério de seleção.

Pelos critérios de seleção do P1MC, que serão aprofundados na seção 4 deste texto, as mulheres são as beneficiárias prioritárias dadas as suas condições sociais e a relação estabelecida culturalmente com a água, ao mesmo tempo que são guardiãs e responsáveis por prover toda família, fato este ratificado nas suas narrativas.

Quadro 2 - Perfil das mulheres beneficiárias do P1MC.
Participantes da pesquisa no município de Serrinha/BA, 2019.

Mulheres beneficiárias	Idade	Profissão	Estado civil	Escolaridade ver gráfico	Organização que integra
Amanda	26	Dona de casa	Casada	Ensino médio completo	-
Antônia	51	Agricultora	Casada	Não alfabetizada	Associação comunitária
Clenilza	35	Dona de Casa	Casada	Ensino médio incompleto	-
Josefa	59	Agricultora	Divorciada	Ensino fundamental completo	MMTR Coop. de produção
Josélia	27	Agricultora	Casada		-
Margarida	58	Dona de casa	Casada	Ensino fundamental incompleto	-
Maria	50	Agricultora	Casada	Ensino médio completo	MMTR, Grupo de Produção, Associação
Marinalva	53	Agricultora	Solteira	Ensino fundamental incompleto	Associação
Rose	33	Dona de casa	Casada	Ensino fundamental incompleto	Grupo de Produção
Suzélia	53	Agricultora	Casada	Ensino fundamental incompleto	Associação, Sindicato Rural, Cooperativa SICOOB

Fonte: Elaboração de Selma Glória de Jesus, 2019.

As participantes das duas comunidades têm características relativamente diferentes, principalmente no tocante à participação social. Das dez entrevistadas, quatro não fazem parte de organizações sociais e residem na comunidade de Alto de Fora e, de modo diferente, aquelas que residem na comunidade de Canto e integram as organizações sociais locais como a

Associação Comunitária, Cooperativa de Crédito e Agricultura Familiar, e os movimentos de mulheres. Estes fatores influenciam na dinâmica das pessoas da comunidade que coletivamente constroem novos saberes e se articulam na perspectiva de melhorias na qualidade de vida, perceptível nas narrativas das mulheres.

Na identificação da profissão dessas mulheres, também é notório o reconhecimento enquanto agricultoras, o que se reflete em seus posicionamentos políticos frente ao contexto vivenciado. Em uma análise comparativa, vale destacar que das seis participantes que se declararam agricultoras, cinco são da comunidade de Canto. Isso permite avaliar que as tecnologias implementadas em paralelo ao processo de formação política e outras ações executadas, ampliaram a percepção da realidade e fortalecimento das suas identidades. É importante ressaltar que as participantes desta pesquisa autorizaram o uso dos seus nomes reais, reafirmando o seu papel enquanto sujeito político na produção de conhecimentos.

As mulheres lideranças que participaram das entrevistas semiestruturadas são membros de entidades que integraram a Comissão Municipal de Água e exercem função de coordenadoras, tanto em espaços específicos de auto-organizações de mulheres quanto em espaços mistos como associações e sindicatos, cumprindo os critérios necessários para integrar a Comissão.

Estas lideranças têm um papel significativo na condução de processos que são inerentes à vida de outras tantas mulheres rurais, sendo vistas como referência e incentivo para a participação feminina em espaços de construção e controle social de políticas públicas. A trajetória histórica dessas organizações e movimentos é marcada pela luta em prol da agricultura familiar, pautada nas políticas públicas de convivência com o Semiárido, principalmente pelo acesso à terra e à água de qualidade e em quantidade.

Quadro 3 - Perfil das mulheres lideranças integrantes da Comissão Municipal de Água, participantes da pesquisa, do município de Serrinha/BA.

Lideranças	Idade	Escolaridade	Cargo	Organização Social
Maria	54	Ensino médio completo	Diretoria	Sindicato de Trab. Rurais de Serrinha
Tereza	71	Ensino médio completo	Diretoria	Associação Comunitária de Canto
Jaci	60	Ensino médio completo	Coordenação	MMTR de Serrinha
Helena	68	Ensino médio completo	Presidenta	APAEB Serrinha
Rosinayre	36	Ensino médio completo	Coordenação	MMTR Regional

Fonte: Elaboração de Selma Glória de Jesus, 2019.

Das organizações, apenas o MMTR é específico de mulheres e foi criado com o objetivo de representar política e juridicamente os interesses das mulheres trabalhadoras rurais, já que era vetada a filiação delas junto aos sindicatos e conseqüentemente negada a assunção de função relevante que pudesse atender aos interesses destas trabalhadoras. No período de 1978 a 1980 é que foi intensificada a luta das mulheres pela participação nos espaços e ocupação dos cargos de poder e tomadas de decisão, mesmo já sendo sindicalizadas, no entanto, só era permitida atuação nessas organizações mediante autorização dos pais, quando se era solteira ou dos companheiros, no caso das casadas. Uma das pautas mais defendidas era a necessidade de reconhecimento e visibilidade das suas reivindicações e aprofundamento das questões de gênero, o que posteriormente motivou a auto-organizações.

Hoje, o MMTR de Serrinha é reconhecido pelo seu relevante papel na sociedade e atua em espaços de construção e controle social de políticas públicas, inclusive aquelas para convivência com o Semiárido. No âmbito territorial municipal, atua na defesa dos direitos das mulheres rurais principalmente focando na qualificação política para intervenção nos espaços de decisão. Vale ressaltar que o MMTR, Regional e Municipal, estão integrados ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), no qual contribui na articulação e demarcação do espaço historicamente negado. Pela sua contribuição sociopolítica e por representar os interesses das trabalhadoras rurais, atualmente o MMTR Regional faz parte do quadro diretivo do Colegiado Territorial do Sisal (CODES Sisal), do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da ASA.

Portanto, consideramos relevante a participação do MMTR na pesquisa, reconhecendo o seu protagonismo e dinâmica territorial, respeitando valores culturais, sociais, econômicos, seus saberes acerca da realidade local e o acesso das mulheres aos seus direitos, principalmente o direito à água, que é o foco deste estudo, a partir da análise da política hídrica no Semiárido, mais especificamente das cisternas de consumo humano.

Nesse processo, as mulheres beneficiárias são as agentes principais da pesquisa, tendo em vista sua histórica relação com a água, que perpassa pela negação até o reconhecimento delas enquanto sujeitos de direitos. Assim, o acesso às cisternas de consumo humano se apresenta como um elemento que será analisado a partir das narrativas das mulheres beneficiárias e lideranças comunitárias, além de outros documentos que identifiquem alterações na dinâmica de vida das mulheres rurais.

É importante destacar que esta pesquisa foi atravessada pelo cenário pandêmico de Covid-19⁸, de modo que acendeu uma crise global sem precedentes e o Brasil a vive desde o mês de março de 2020, quando as autoridades identificaram os primeiros casos de contágio no país. Nos meses seguintes a situação foi se agravando, paralela aos desmontes e fragilidades das políticas públicas e que culminou em grandes impactos das desigualdades na vida de populações, de modo especial, aquelas mais vulneráveis, assim como as do Semiárido. Nesse cenário houve a identificação das diversas situações de violência e vulnerabilidades amplificadas durante o confinamento, com escassez de recursos financeiros e alimentação das famílias. Nesse sentido, organizações sociais se mobilizam para arrecadar alimentos e itens de higiene (álcool em gel e sabão) e proteção facial como máscaras para serem distribuídos nas comunidades e nos bairros mais pobres das cidades afetadas pela pandemia.

No relatório da ONU Mulheres (2020)⁹, intitulado *Gênero na América Latina e no Caribe: Dimensões de Gênero na resposta ao Covid-19*, aponta que os impactos e implicações da pandemia são diferentes para homens e mulheres. As mulheres estão mais expostas ao risco de contaminação e às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, como desemprego, violência, falta de acesso aos serviços de saúde, sobrecarga do trabalho doméstico e do cuidado e aumento da pobreza. Essa situação afeta, sobretudo, mulheres negras, mães e chefes de família que sustentam seus lares sozinhas. Por isso, a crise sanitária e econômica, apontam a necessidade de reforçar a atenção para as mulheres negras e de baixa renda, sejam elas rurais, quilombolas ou periurbanas. Essa é a conclusão do relatório *Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19*, divulgado no final de março pela ONU Mulheres, entidade da Organização das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento.

Outro dado que chama a atenção é o aumento da violência de gênero de quase 9% nesse período de isolamento social, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

⁸ Em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2020a).

⁹ Conclusão do relatório "Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19", divulgado no final de março pela ONU Mulheres, entidade da Organização das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-dos-esforcos-de-resposta-a-covid-19-apontam-mulheres-lideres/>.

Humanos, que monitora os dados da Central de Atendimento à Mulher - Disque 180, a qual recebe denúncias de violência contra as mulheres (BRASIL, 2020). Na Bahia os dados sugerem uma subnotificação agravada com as medidas de restrição, já que as mulheres não comparecem presencialmente a uma unidade policial. Para dar celeridade as denúncias de violência doméstica e ao mesmo tempo proteger as pessoas do risco do contágio da Covid-19, a Bahia implantou no mês de agosto deste ano a delegacia digital, tendo em vista o aumento da violência e a necessidade de redução de circulação das pessoas nos espaços físicos. Segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), houve um aumento de feminicídio em 150% em comparação a maio do ano passado. Alguns estados como São Paulo e Minas Gerais já adotam o atendimento virtual para denunciar a violência doméstica, e o sistema é considerado bem intuitivo para permitir os registros, de modo que, nesse período de pandemia, funcione como um instrumento que agiliza o atendimento e protege a vida das mulheres.

Neste cenário pandêmico, as organizações de mulheres e feministas têm chamado a atenção para outra questão que afeta a vida de meninas e mulheres: a injusta divisão do trabalho doméstico e do cuidado, que aumentou significativamente, tendo em vista um período que as famílias se mantêm mais tempo em casa por conta das medidas de distanciamento social que também implicou no fechamento de escolas por orientação das autoridades de saúde. O trabalho não remunerado ainda é considerado uma atribuição feminina e este tem sido um momento de ampliar o debate e aprofundar as questões de gênero, deste modo, a Rede ATER, Feminismo e Agroecologia do Nordeste, junto a outras organizações parceiras, vem promovendo a campanha *Pela Divisão Justa do Trabalho e Enfrentamento a Violência Doméstica*, para conscientizar toda família, de modo especial aos homens, para assumir essa responsabilidade e se comprometer com a redução das desigualdades de gênero.

“Ficar em casa é uma questão de saúde, dividir tarefas e viver sem violência também”. Este é o lema da campanha na qual as mulheres têm se articulado e protagonizado através de peças de comunicação e maior inserção nas redes sociais para denunciar as violações de direitos, mas também anunciar outro mundo possível, mais justo e igualitário

2. MULHERES RURAIS E AS CONFIGURAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DO SEMIÁRIDO

Esta seção tem por objetivo apresentar os problemas gerados pela ausência de políticas públicas adequadas ao clima no Semiárido, o que durante muito tempo perdurou no imaginário das pessoas, reproduzido amplamente pela mídia e por agentes políticos que fomentaram uma política de combate à seca, sendo este combate uma concepção equivocada, tendo em vista que fatores climáticos não devem ser combatidos, mas sim deve-se promover ações estruturantes que se adaptem à realidade de determinado lugar. Sem considerar a realidade do semiárido brasileiro, as políticas implementadas não foram suficientes para resultar na diminuição ou erradicação da miséria e da concentração de pobreza, principalmente entre as mulheres que ali permaneciam. Baptista (2013) afirma que as políticas implementadas não têm enfrentado os problemas da concentração de água, terra, bem como a concentração de conhecimento.

Desse modo, resgatar o contexto vivenciado pelas mulheres e as condições subalternas às quais foram submetidas, enfatizando as questões socioculturais que afetavam (e ainda afetam) suas vidas, se faz necessário para compreender a importância da água para sua sobrevivência, assim como o peso histórico construído e encaixado aos padrões atribuídos à condição de ser mulher, ratificando a hierarquização das relações de gênero no meio rural. Portanto, a história e o cotidiano das mulheres antes das cisternas será o alicerce dessa segunda seção, o que explica o processo de construção do objeto em torno do qual se ancora essa pesquisa como um todo.

2.1. A vida das mulheres antes das cisternas - O Equilíbrio da lata d'água na cabeça

Zé Miranda era o dono de fazenda na região e que tinha uma grande fonte e quando acabava a água, a gente pegava lá a contragosto por parte dele. Uma vez ele mandou a gente derramar a água no capim, segundo ele era mais proveitoso molhar o capim que dar a gente pra nossas crianças, ficava muito triste, então a gente pedia garrafinha de água na cidade. Tive que parar de estudar pra ajudar mais em minha casa, não dava tempo fazer tudo: estudar, trabalhar e pegar água.

(Depoimento de uma agricultora obtido do Relatório do MOC/2008-Oficina das mulheres da comunidade de Salgado-Serrinha/BA).

O depoimento de uma mulher residente em comunidade rural nos permite compreender a dimensão do que é viver no limite da dignidade humana em uma região que enfrenta longos períodos de estiagem sem acesso à água de qualidade, onde as políticas públicas demoram a chegar ou simplesmente não chegam.

O histórico de humilhações, dependência e muita negação, narrado por muitas mulheres rurais arrasta-se por décadas. São muitas histórias de episódios que ficaram marcados nas memórias e na vida de tantas famílias que viveram e vivem no Semiárido, onde muitas delas deixaram suas casas e propriedades em busca de uma vida melhor em outros lugares. Outras tantas não tiveram como sair de situações de sofrimento e exploração, tudo isso em meio à ausência do Estado e da manutenção de políticas que visavam “combater a seca” e atribuir a esta a situação de pobreza. Essas são narrativas que circundaram a vida de tantas pessoas, sobretudo as mulheres rurais, a quem historicamente foi designado o papel de encontrar e trazer a água para casa.

A situação de desigualdade social e da extrema pobreza concentrada no Semiárido sempre foi marcada pela negação de direitos com a ausência de políticas capazes de suprir as demandas dos sujeitos. O Semiárido ocupa a média de 75% de toda a região Nordeste, sendo que desse percentual, 51,7% está localizado em território baiano (IBGE, 2010). Nesse contexto, a pobreza atinge 52% da sua população rural, onde desse percentual, as mulheres são as mais vulneráveis.

Os mesmos dados do IBGE (2010) apontam que 47,7% das mulheres rurais do Nordeste são consideradas não economicamente ativas. Isso se deve à pouca valorização do trabalho feminino e sua invisibilidade no campo produtivo. Desse modo, essas mulheres são expostas às situações mais vulneráveis e de extrema pobreza na Região Nordeste, já que 91,8% delas dispõem de renda mensal inferior a um salário mínimo e 59,5%, sobrevivem de transferências de renda, através do Programa Bolsa Família, situação essa que não se difere das mulheres que vivem no município de Serrinha.

Nesse contexto, as políticas implementadas não levaram em consideração as relações de gênero, atribuindo às mulheres o trabalho penoso de identificar fontes de água e abastecer as suas casas (Figura 2), além de não se conferir igualdade de oportunidades para as mulheres se desenvolverem social e economicamente.

Figura 2 - A rotina das mulheres rurais em períodos de longa estiagem no Semiárido da Bahia – década de 1980.



Fonte: Fotografia do Acervo do MOC, 2017.

Aliado a isso, há uma prática econômica engendrada por grupos oligárquicos que concentra terra, água, recursos, conhecimentos e oportunidades. Baptista (2013) ao tratar dessa relação de poder no Semiárido, destaca que:

Estes problemas são causados pelas políticas que tem sido dirigidas ao Semiárido e que aumentaram a concentração de riqueza nas mãos de poucos, mantendo a maioria da população à margem do desenvolvimento e com seus direitos desrespeitados [...]. São as mulheres as que mais sofrem nesse contexto, sendo colocadas diante de uma dupla marginalização: a marginalização econômica e social, por viverem no Semiárido, e a marginalização por serem mulheres (BAPTISTA, 2013, p. 48).

As ações do governo que historicamente foram dirigidas ao Semiárido não cooperam para a autonomia das pessoas, e sim para uma permanente dependência de ajuda de políticos

coronelistas¹⁰ que dominavam a região, principalmente com o monopólio de terra e de água. A despeito disto, organizações como a ASA e o MOC têm desenvolvido ações e influenciado políticas públicas que se contrapõem a lógica do “combate à seca”. Malvezzi (2007) chama a atenção para a necessidade de um olhar holístico para o Semiárido, de modo a ser compreendido para além do clima, da vegetação, solos ou água. É olhar para o povo, para as músicas, as festas, a arte, a religião, a história e para todo o processo social que advém desse lugar, que sempre teve a imagem distorcida e, por isso, políticas implementadas inadequadamente.

Nesse contexto, a situação da mulher ainda é mais séria, pois, além do trabalho árduo de abastecer a casa carregando água na cabeça por quilômetros de distância, ainda desenvolvendo um trabalho duro e mal remunerado, ela tem que arcar com todo o trabalho doméstico, além de revezar com os companheiros no cultivo e no cuidado com os rebanhos.

A designação social imposta às meninas e mulheres ao trabalho doméstico e cuidados para com suas famílias também lhes atribuiu o papel de responsáveis pelo abastecimento de água nos lares, que é considerada uma atividade feminina, principalmente se transportada através de lata ou pote na cabeça. Essa foi a imagem cristalizada das mulheres rurais como sujeito circunscrito ao espaço privado, dado que os papéis e versões do masculino e do feminino são culturais e se expressam fortemente pela ocupação de espaços, de modo que aos homens competia a ocupação dos espaços públicos como organizações sociais, mercado de trabalho, participação na política. Então, temos que as mulheres sempre foram designadas a realizar as tarefas domésticas e o cuidado, sendo submetidas à invisibilidade como uma representação ideológica da cultura patriarcal.

Dito isso, essa concepção incorporada e reproduzida pelas mulheres concebendo seu papel social atrelado ao seu destino biológico, lhes fez conviver durante muito tempo no silenciamento e no conformismo sem que fossem reconhecidas enquanto pessoas autônomas e de direito. Esta situação é ilustrada no depoimento de uma das entrevistadas e que demonstra o contexto descrito:

Antes a gente tinha que levantar cedo, e deixava os afazeres da casa pra ir buscar água nas fontes dos vizinhos, que a gente não tinha água, tinha aqueles tanques de chão e não é tão perto, [...] lavar roupa, cozinhar, dar banho nos

¹⁰ O coronelismo era uma prática recorrente do exercício do poder pela elite dos grandes fazendeiros que dominavam a população do Semiárido e se beneficiavam da pobreza e produzia mais miséria tendo em vista o apoio que obtinham dos políticos para implementar ações que não garantia autonomia e dignidade para as pessoas. Uma das práticas mais conhecidas dos coronéis era o voto de cabresto utilizada como moeda de troca de favores, geralmente os mais pobres trocavam voto por alimentos, trabalho, assistência a saúde e eram mantidos sob domínio desta elite. Para Malvezzi (2007), que essa lógica coronelista foi fragilizada pelas ações dos movimentos sociais, principalmente, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no entanto as práticas opressoras continuam presentes até os dias atuais, porém, com uma nova roupagem através de métodos modernos de dominação com a utilização da mídia e do marketing. A tecnologia a serviço do atraso e da alienação.

filhos, era uma correria bastante, porque as crianças eram pequenas (Maria de Jesus Oliveira, 53 anos, Comunidade de Canto, 2019).

Com a sobrecarga de trabalho, as mulheres não tinham condições de participar dos espaços comunitários, o que lhes daria a oportunidade de formação e base para interferirem nas tomadas de decisões, isso porque os espaços públicos eram designados aos homens, para quem cabia o poder de decisão que afeta a vida de toda família. Partindo da premissa de que conhecimento é poder, é evidente que os espaços privados reservados às mulheres não eram decisões inocentes, mas de uma intencionalidade para manutenção desse modelo de sociedade, do poder de mando e da dominação masculina sobre o feminino.

Desse modo, recorre-se ao poder simbólico analisado por Bourdieu (1989), o qual significa um poder de construção da realidade. Para isso, detém os mecanismos de afirmar o sentido da organização do mundo, estabelecendo valores, manutenção das hierarquias e conceitos que se apresentam como espontâneos, naturais e neutros. São estruturas fundamentais para a manutenção do poder social masculino e para apropriação pelo capital, como afirma Cisne (2015):

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriadas pelo capital para exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são considerados dons e não trabalho (CISNE, 2015, p. 122).

Contrapor essa lógica do capital e a desnaturalizar das desigualdades entre mulheres e homens tem sido uma tarefa das organizações mistas e movimentos de mulheres rurais, que atuam em espaços comunitários e outros mais amplos, no sentido de provocar a tomada de consciência coletiva para redefinição do seu lugar de sujeito, na ocupação de espaços estratégicos e intervir nas políticas de seu interesse, todavia, esse é um processo lento e complexo, dada a estrutura patriarcal engendrada em todas as esferas da vida humana.

As mulheres estão à frente da identificação de fontes e da coleta de água, tendo em vista o seu difícil acesso em quantidade e qualidade e a designação das mulheres como responsáveis por esse trabalho exaustivo, de esfera reprodutiva e que se estende de mãe para as filhas, como afirma Rose Celestino (33 anos, beneficiária da cisterna), moradora da comunidade de Alto de Fora: “Eu já cresci carregando água da fonte, de acordo eu fosse crescendo ia mudando o tamanho do vaso, aumentando vaso”.

Esse depoimento revela a repetição do ciclo de desigualdade que perpassa diferentes gerações femininas: de mães para filhas e netas. Gerações essas que não tiveram acesso a

direitos básicos, inclusive à água, já que a falta da mesma era justificada pela questão climática, pela seca que assola a região e, portanto, era vontade de Deus, onde a população deveria se conformar, quando na verdade a vida das meninas e mulheres foi marcada pela insuficiência de políticas públicas adequadas à realidade, para que as pessoas pudessem conviver com o Semiárido, com dignidade, incluindo o acesso à água de qualidade e em quantidade.

A vida das mulheres antes das cisternas era marcada por diversas violações de direitos, inclusive o silenciamento de quem aprendeu a aceitar seu “destino”, e não questionar a sobrecarga de trabalho e a tarefa penosa de abastecer a casa com água para suprir a necessidade de toda família: beber, lavar, cozinhar, tomar banho, além do reaproveitamento para os pequenos animais e as plantas. A rotina das mulheres de carregar água na cabeça era acompanhada das crianças, que junto faziam o mesmo trajeto, expostas aos riscos e cansaço físico, como relata uma das beneficiárias do PIMC:

Eu tinha começado a ter as crianças, não tinha água, não tinha cisterna ainda, tinha vezes eu pegava a bacia de roupa botava na cabeça, o balde na mão e as criancinhas, ia lavar roupa no tanque, voltava pra pegar a criança, pra poder levar, botava uma esteirinha debaixo do pé de pau e forrava e aí lavando a roupa e de olho na criança. [...], às vezes deixava elas dormindo de noite pra buscar água. Nem energia era, era candeeiro [...] eu tinha medo das crianças acordar lá e se queimar (Antônia Coroa, 51 anos, Comunidade de Canto, 2019).

Depoimentos como esse demonstram o excesso de atribuições no qual, pela lógica da divisão sexual do trabalho, todo labor direcionado ao serviço doméstico e cuidado de filhos e filhas deve ser atribuição da mulher, tendo início ainda na infância, o que legitimava a violação de direitos, inclusive à educação e conseqüentemente acontece a exclusão social, já que os espaços de participação política e comunitária, bem como outros espaços organizativos municipais eram reservados aos homens, que tomam as decisões que afetam a vida da família, impedindo a participação e autonomia das mulheres de tal modo que elas não são consideradas sujeitos de direito.

Desse modo, a subordinação está diretamente relacionada à naturalização dos papéis desenvolvidos pelas mulheres e às relações de poder exercido pelos homens. Para Scott (1989), é preciso ampliar a visão sobre o termo gênero de modo que não limite apenas ao parentesco ou à família, mas como um sistema político instituído na sociedade e que orienta todas as vertentes da vida humana, seja na educação, no mercado de trabalho, na economia, na vida social, nos costumes, na cultura e no sistema político. Esse modelo de organização da sociedade dificulta, principalmente, o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos.

A questão de gênero e a falta de água no Semiárido estão diretamente ligados às relações de poder estabelecidas, considerando os impactos na divisão e na organização sexual e social do trabalho, que é um elemento central de poder, uma vez que fica a cargo das mulheres o trabalho pesado de providenciar água, considerando que os projetos de infraestrutura voltados para essa região até a década de 1980 tiveram o viés de “combate à seca”. Assim houve o maior benefício da elite latifundiária e a penalização das mulheres rurais, como demonstra Soares (2009) ao articular as políticas implementadas na região que incidem nas desigualdades de gênero e nos privilégios de uma oligarquia e a manutenção do poder.

A estrutura de poder na região se articula com a questão de gênero na medida que políticas de água que buscam a solução “contra a seca” a partir da implementação de infraestruturas que privilegiam interesses particularistas assentam-se sobre um modelo socioeconômico patrimonialista e patriarcal que acaba por favorecer as oligarquias regionais em detrimento das populações já fragilizadas, agravando ainda mais as desigualdades de gênero, uma vez que na falta de água, o árduo trabalho de buscar água para o uso domésticos nas mais diferentes sociedades constitui-se como uma tarefa das mulheres nas diferentes gerações (SOARES, 2009, p. 169).

A naturalização das desigualdades é internalizada pelas meninas e desde muito cedo já se reconhecem como as responsáveis pelo abastecimento de água juntamente com a mãe, uma tarefa na qual os homens e meninos, na maioria das vezes não são envolvidos ou quando o fazem é através de um carro de mão ou com auxílio de um animal para transportar a água. Já as mulheres, normalmente, realizam esta atividade com a lata, pote ou balde na cabeça, como relata a beneficiária Marinalva que, assim como outras tantas mulheres e meninas, foi penalizada com o difícil acesso a água:

Nós íamos buscar água, nós saíamos daqui quatro horas da manhã, com a lua bonita, lá nos enchia os barris com o dedo, era um com dedo no buraco do barril e outro enchendo, botando a água com o balde. [...] Eu já fui buscar água lá na pista em Barrocas (6 km), pode acreditar, com jegue, com meu irmão, o jegue e dois barris. (Marinalva, 50 anos, Comunidade de Canto, 2019 – grifo nosso).

Situações como essas colocam as mulheres em condição de vulnerabilidade social, política, econômica e cultural, uma vez que impede o seu desenvolvimento enquanto sujeito de direito, e as submete à exclusão social, além de promover a idealização da feminização da pobreza no Semiárido, o que afeta não só a vida das mulheres, mas das crianças e de toda comunidade e seu entorno.

As longas distâncias percorridas pelas mulheres na identificação de fontes e busca da água para a família traz, além de outras consequências já citadas, o adoecimento constante paralelo à falta de tempo para cuidar da saúde, dando prioridades aos afazeres domésticos e ao cuidado com a família (filhos, companheiros, idosos). Resta às mulheres a pergunta: quem cuida de quem cuida?

Se as mulheres mantêm uma relação tão estreita com as águas, por que não oportunizar sua participação ativa na tomada das decisões no que tange o acesso e à gestão da política pública de direito às tecnologias sociais hídricas? Esse estudo tem como premissa que o não reconhecimento das mulheres enquanto sujeito de direito confirma a delimitação do lugar delas na esfera privada, sem prestígio social e sem participação política, condicionadas à invisibilidade.

A outra face das desigualdades no Semiárido é a desfavorável participação feminina na economia rural, pois ocorre o desenvolvimento de atividades para o autoconsumo e pouca comercialização do excedente, tanto na agricultura quanto na criação de animais de pequeno porte, fato que garante por um lado, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias, mas por outro, há pouca valorização do esforço empreendido pelas mulheres quando, muitas vezes, tais ações não são incorporadas na renda familiar e são consideradas como extensão do trabalho doméstico. Assim como Suzélia, beneficiária da cisterna, as mulheres rurais enfrentam o desafio de gerar renda sem precisar sair da sua comunidade, inclusive superar a dependência econômica que muitas têm dos seus companheiros.

Produzo na roça, é pra consumo de casa e quando sobra levo pra feira ecológica, lá em Serrinha mesmo, na sede. [...]. Isso mudou e mudou muito, porque o dinheiro que meu marido ganhava sempre não dava, a gente comprava umas coisas assim fiado, agora todo sábado eu faço o dinheirinho (Suzélia Maria, 53 anos, Comunidade de Canto, 2019).

Além do não reconhecimento, falta apoio e falta oferta de crédito para impulsionar a autonomia econômica das mulheres rurais de modo a impactar positivamente os índices de pobreza e desigualdades de gênero no meio rural. A insuficiente oferta de possibilidades de acesso a recursos e geração de renda está associada à concepção do lugar e do papel das mulheres na sociedade – do espaço privado no trabalho doméstico. Essa é a realidade das mulheres rurais como Clenilza Santos, 35 anos, residente na comunidade Alto de Fora que destaca, “Lavo, cozinho e passo, cuidado dos meus filhos, do meu pai que é cego, mora bem próximo a mim, bem pertinho. Trabalho na roça, planto feijão, milho, faço horta e crio galinha”. Esse é um trabalho considerado invisível, mas necessário para a manutenção da vida e

organização da sociedade, apropriado pelo capital e de base patriarcal. Butto *et. al.* (2008) afirma que grande parte dessa atividade desenvolvida é direcionada para o autoconsumo, portanto não é contabilizado, uma vez que não gera renda monetária:

Esta caracterização revela a invisibilidade a que é submetida à contribuição econômica das mulheres, relacionada a um menor acesso aos recursos naturais, a uma participação concentrada fora dos circuitos monetários; fora, portanto da mensuração da economia rural. Para reverter esse quadro, é muito importante considerar a própria noção de economia incluindo o trabalho do cuidado que são realizados em âmbito privado, e sua dimensão produtiva, a fim de incorporar o trabalho de produção e reprodução da vida. (BUTTO; *et. al.* 2008, p. 136).

Embora as mulheres participem de inúmeras atividades agrícolas e extrativistas em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade do seu trabalho permanece (Menezes, *et. al.*, 218). Mesmo que haja reconhecimento das desigualdades de gênero na agricultura familiar, as atividades realizadas pelas mulheres ainda estão no campo da produção de alimentos para o autoconsumo da família e, portanto, é vista como não monetária ou de pouco valor comercial. Não significa dizer que a segurança alimentar não seja importante, mas há de se reconhecer a concentração do trabalho das mulheres no âmbito privado e, portanto, sua invisibilidade e desvalorização.

Esse não é um contexto vivenciado pelas mulheres como sendo meras expectadoras da realidade. Elas têm protagonizado lutas importantes junto com organizações apoiadoras no Semiárido da Bahia, como o MOC, que propõe outros modelos de sociedade, baseado na igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na construção de um Sertão Nordeste justo, e desse modo tem contribuído para o empoderamento social, político, econômico e cultural das mulheres rurais com ações de formação política em que são debatidas temáticas relevantes para o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos, para que possam ampliar o acesso e controle social às políticas públicas e participação nas tomadas de decisão. “Sujeito significa aqui: poder aparecer pela palavra e pela ação, num mundo público e privado, tornar-se atores e atrizes do mundo comum” (COLLIN, 2008, p. 17).

O desafio de sair da invisibilidade e ganhar força política tem sido a estratégia adotada pelas organizações de mulheres como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida¹¹ (MMTR Regional) que, assim como outros movimentos municipais,

¹¹ O MMTR Regional é uma instância de representação política das mulheres do Semiárido da Bahia tem se estruturado na luta por condições de sobrevivência, justiça e equidade de gênero. O MMTR existe enquanto

avançou na articulação e mobilização política das mulheres rurais para intervenção nas decisões sociopolíticas, já que elas não tinham oportunidade de participar e assumir cargos de decisão nas organizações sindicais. As mulheres lutaram para que fossem reconhecidas enquanto sujeitos de direitos, inclusive o direito à água de qualidade e em quantidade no Semiárido da Bahia. Tais questões serão aprofundadas na Seção 03.

2.2. A água como bem coletivo - Da negação ao reconhecimento do direito

O Direito Humano a Água é o direito de todos a dispor de água o suficiente, salubre, aceitável, acessível e de baixo custo para uso pessoal e doméstico. O abastecimento adequado de água salubre é necessário para prevenir de morte por desidratação, para reduzir o risco de enfermidades relacionadas a água, bem como para satisfazer as necessidades de higiene pessoal e doméstica. (Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - CDESC, das Nações Unidas, 2002, p. 2).

A Declaração das Nações Unidas sobre o direito à água, e outras declarações proferidas no decorrer do tempo cuja questão hídrica chama a atenção para a violação dos direitos dos povos sobre o seu acesso, fez do Brasil um país signatário desses acordos no sentido de envidar esforços para que a questão ganhe atenção dos governos, de modo a elaborar metas, políticas e programas que avancem no respeito e proteção ao direito humano à água. Nesse aspecto, torna-se obrigação garantir água em quantidade e qualidade para as populações, para o uso doméstico e pessoal, com atenção especial às pessoas mais vulneráveis, entre as quais, as mulheres e crianças se encontram nas piores condições de acesso.

No Semiárido, onde a população convive com longos períodos de estiagem, a questão do acesso à água torna-se ainda mais desafiadora, uma vez que as pessoas não dispõem de meios adequados para o aproveitamento de água, considerando o índice de chuva e sua distribuição na região.

Em alguns locais o índice de chuva pode chegar a 800 milímetros por ano, enquanto em outros a média passa apenas um pouco de 300 milímetros anuais. Isso caracteriza o Semiárido como o mais chuvoso do mundo, porém há uma concentração em poucos meses e mais de 90% dessa água não é aproveitada devido à evaporação (BAPTISTA; et. al. 2013, p. 47).

entidade institucionalizada desde 2007, porém, trilha um caminho de lutas há mais de três décadas. Atualmente agrega cinco movimentos de mulheres municipais (Araci, Serrinha, Teofilândia, Santaluz e Retirolândia). Todas estas organizações são constituídas juridicamente.

O Semiárido tornou-se um espaço marcado pela fome e pela miséria não devido ao clima e aos longos períodos de estiagem, mas aos efeitos das políticas destinadas como a construção de grandes obras de infraestrutura para o agronegócio e o hidronegócio¹², mas que em nada beneficiou a população mais pobre. Malvezzi (2007) afirma que a manutenção do poder na região do Semiárido é controlada a partir de um tripé: terra, água e saúde pública. A apropriação e o domínio da água pela oligarquia mantiveram e ainda mantêm a população refém de políticas inadequadas que não resolvem os problemas estruturantes.

A SUDENE apresenta em 2017 (Figura 3) uma nova delimitação do Semiárido brasileiro, a qual, reconheceu e incorporou 1% do estado do Maranhão, considerando que há um esforço e luta da ASA para que o Estado reúna mais características e, desse modo, ser oficialmente reconhecido enquanto Semiárido (ASA, 2009). Vale ressaltar que o Semiárido brasileiro possui um dos mais baixos patamares no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a concentração de água é uma das causas, já que interfere na saúde, no baixo desenvolvimento das crianças, na evasão escolar, junto com a feminização da pobreza¹³.

¹² Hegemonia no controle dos recursos hídricos que beneficia grandes empresas do setor hídrico e promove escassez de água a população mais pobres.

¹³O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce com o objetivo de retratar a tendência, nos Estados Unidos, de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulher entre os pobres [...]. A feminização da pobreza indica, por um lado, a existência do aumento da pobreza em um grupo da sociedade e, por outro, o aumento das desigualdades entre homens e mulheres (IPEA, 2005).

Figura 3 - Nova delimitação do Semiárido brasileiro (2017).



Fonte: SUDENE (2017).

Reconhecer a problemática do acesso à água no Semiárido e os riscos que vivem as pessoas que dela necessitam é imprescindível no reconhecimento das relações de poder estruturadas pela divisão social e sexual do trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres e meninas ao fazer longos percursos de caminhada na identificação e transporte de água para o uso da família, como relata uma das participantes.

Era difícil, eu lembro muito bem que a gente saia daqui da casa da minha mãe era bem lá embaixo, e a gente vinha pegar água aqui que era um poço artesiano que tinha aqui, outras vezes a gente ia pra um açude que tinha do outro lado da pista e a gente sofreu muito com isso. Foi um tempo muito duro (Josélia Silva, 27 anos, Comunidade Alto de Fora, 2019).

Essa questão coloca as mulheres em situação de opressão e vulnerabilidade social e, portanto, aumenta a probabilidade de repetição desse ciclo com futuras gerações de meninas, o que tem mobilizado movimentos de mulheres rurais sobre a violação de direitos, inclusive do acesso à água de qualidade e em quantidade. A questão de gênero e água ganha atenção dos organismos internacionais reconhecendo a problemática em que vivem as mulheres, e reconhecendo as desigualdades imputadas pela negação de direitos e pela exclusão da participação na gestão e acesso às políticas hídricas. Nesse contexto, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a década 2018-2028 como a Década Internacional para Ação, Água para o Desenvolvimento Sustentável, e chama atenção para a especificidade das mulheres diante da escassez da água ao afirmar que:

Quando há escassez de água e saneamento básico, todos nós sofreremos porque somos forçados a comprometer nossa saúde e dignidade humana. No entanto, a desproporção do sofrimento das mulheres é ainda maior, pois elas também se encontram expostas à violência sexual (ONU, 2018).

A falta de recursos materiais aliada a insuficientes condições subjetivas agrava ainda mais a situação das mulheres que são submetidas a outras formas de violência, inclusive a doméstica, tendo em vista que nas áreas rurais há mais dificuldade de acesso aos mecanismos de proteção e enfrentamento à violência. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017), no Nordeste, três em cada dez mulheres (27,04%) sofreram pelo menos um episódio de violência doméstica ao longo de sua vida e uma a cada cinco mulheres (20,1%) soube na infância de agressões físicas sofridas por suas mães. Neste contexto, parceiros e ex-parceiros são apontados como responsáveis quase pela totalidade absoluta da violência doméstica praticada contra as mulheres nordestinas. Esses dados chamam atenção para a

urgência de investimentos em políticas públicas estruturantes para a efetivação dos direitos das mulheres.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) inserem o tema da água como uma questão fortemente debatida mundialmente mediante aos impactos negativos gerados na vida da população mais pobre que, sem direitos à água de qualidade e em quantidade, sofrem inclusive pelo uso destas quando contaminadas. O ODS 06 - Água e saneamento, se insere na pauta do desenvolvimento na perspectiva de estimular a criação de políticas hídricas de modo que favoreça água e possibilidades de captação de água de qualidade e em quantidade à populações em situação de maior vulnerabilidade social, como é o caso das mulheres rurais do Semiárido brasileiro. A questão da água está diretamente ligada às disputas e conflitos em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, já que o país acumula uma das maiores reservas de água doce do mundo e que, contraditoriamente, possui 35 milhões de pessoas (20 milhões em áreas rurais), sem acesso à água tratada.

Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), no Brasil, 72% de toda a água consumida são destinadas para a agricultura, especialmente para as culturas irrigadas, 11% são para o consumo animal, 9% para o abastecimento urbano, 7% para uso industrial e apenas 1% para abastecimento humano rural. É importante destacar que a Lei nº 9.433/97 (BRASIL, 1997) estabelece que, em caso de escassez de água, a prioridade de uso é para o consumo humano e a dessedentação animal.

A importância dessa questão no país se dá pelo fato de o Brasil possuir uma região Semiárida onde as pessoas sofrem com a carência e falta de água de qualidade, que afeta principalmente mulheres e meninas que são responsabilizadas pelo abastecimento e tratamento da água para toda família, numa situação que condiciona as mulheres à pobreza e falta de oportunidades de participação política nas tomadas de decisão, mesmo quando as questões definidas estão diretamente ligadas às suas vidas.

Para mudanças estruturantes na realidade em questão, torna-se necessário adotar a dimensão de gênero nas políticas hídricas e reconhecer as mulheres enquanto sujeito organizado, para assim garantir o direito à participação ativa nos espaços de debate e construção de políticas públicas. O Brasil tem sido pressionado por organismos internacionais de defesa dos direitos humano a tomar medidas de combate às desigualdades sociais a partir da incorporação da dimensão de gênero como mecanismo de combate à pobreza, à violência e às assimetrias que afetam a vida das mulheres e meninas.

A Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável (1992) busca estabelecer parâmetros comuns no que se refere à gestão das águas, e instituiu um caráter

sistêmico, baseado em recomendações, onde destaca-se o terceiro princípio, que é o da necessidade da participação das mulheres no acesso e gestão das águas:

- 1- A água é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente;
- 2- Gerenciamento e desenvolvimento da água deverão ser baseados numa abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e legisladores em todos os níveis;
- 3- As mulheres desempenham um papel central, no fornecimento, gestão e proteção da água. Este papel de pivô que as mulheres desempenham, como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário não têm sido refletidos na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos. A aceitação e implementação deste princípio exige políticas positivas para atender as necessidades específicas das mulheres e equipar e capacitar mulheres para participar em todos os níveis dos programas de recursos hídricos, incluindo tomada de decisões e implementação, de modo definido por elas próprias;
- 4- A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deverá ser reconhecido com um bem econômico (DECLARAÇÃO DE DUBLIN, 1992).

Essa recomendação assegura o reconhecimento das mulheres enquanto sujeito político e, portanto, é definidora de ações e políticas que moldam suas vidas, inclusive a política hídrica, considerada um bem comum e que deve ser democraticamente debatida, com a inclusão da dimensão de gênero atendendo as especificidades das mulheres rurais. A representação feminina é muito incipiente nas instâncias de decisão política, principalmente naquelas de debate e gestão hídrica, já que os espaços públicos são de domínio e participação masculina, tendo em vista a influência local da sociedade com valores patriarcais onde reserva os espaços privados para as mulheres, justificado por Façanha (2018) ao afirmar a exclusão das mulheres na política hídrica:

As políticas de desenvolvimento do semiárido, na maioria das vezes, não incorporaram a perspectiva de gênero e, quando incluída, ela foi feita de forma parcial ou com falhas. Os anos 1990, entretanto, são marcados por um forte período de adesão das instituições ao tema das desigualdades de gênero. Observa-se que as ONGS, organizações coletivas, mobilizações comunitárias e até projetos de pesquisa acadêmica foram os fortes promotores da reflexão da igualdade de gênero em políticas públicas e sobre o *empowerment*. (FAÇANHA, 2018, p. 349).

Para além da estrutura patriarcal que condiciona as mulheres à histórica situação de marginalização, é preciso reconhecer outros fatores que impedem o seu avanço na gestão das políticas hídricas, que é o controle do capital sobre os recursos naturais, onde a água é um elemento de disputa por territórios, mesmo com a histórica luta dos movimentos sociais contra as ações de combate à seca que sempre favoreceu grupos privilegiados com a ação do Estado –

Estado esse que priorizou interesses destoantes às necessidades da população menos favorecida, como afirma Silva (2015):

Devemos considerar que vivemos num mundo capitalista e a execução desse processo é extremamente contraditório, pois nem sempre o Estado está a serviço de todos, nem sempre o poder de mobilização social vence o poder do dinheiro que está a serviço dos interesses de grupos restritos. A gestão integrada é um grande desafio, mas é, também, uma possibilidade para o enfrentamento da exclusão do uso da água de milhares de seres humanos em todo o planeta (SILVA, 2015, p. 59).

Malvezzi (2007) afirma que as mudanças contemporâneas no poder central do Brasil não foram capazes de inverter essa lógica, porém houve uma fragilização na lógica estabelecida, que talvez apareça com outra roupagem. “A diferença entre o coronelismo clássico e o coronelismo moderno – eletrônico – é que os métodos antigos de dominação, este aliou as possibilidades da mídia e do *marketing*” (MALVEZZI, 2007, p. 16).

Mesmo com as fragilidades existentes, as experiências movidas pela força dos movimentos sociais têm apresentado novas perspectivas de participação e intervenção na realidade, porém, é necessário que as políticas hídricas avancem na perspectiva de gênero e inclusão das mulheres nos processos decisórios, assim como nos espaços públicos para que os problemas que afetam suas vidas sejam revistos a partir do olhar e da perspectiva feminista, reconhecendo as mulheres como sujeito político e seu papel na luta pela água, pelas ações e programas de sustentabilidade para convivência com o Semiárido.

3. TRAVESSIA DAS ÁGUAS NO SEMIÁRIDO BAIANO: INVISIBILIDADE E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NO MEIO RURAL.

Esta seção tem por finalidade apresentar a vivência das participantes da pesquisa reveladas nas narrativas, onde apresentam seu modo de vida, suas relações intrafamiliares e suas percepções sobre as relações de gênero que se ancoram na divisão sexual do trabalho doméstico, o que corrobora para a invisibilidade e exclusão dessas mesmas mulheres. Nesse sentido, é ainda limitado o olhar delas sobre as realidades que as cercam, não apenas no tocante às desigualdades vivenciadas, mas em observância às possibilidades para superação da hierarquização nas relações sociais.

Neste aspecto, a campanha *Pela divisão Justa do Trabalho Doméstico*¹⁴ se apresenta como uma prática democrática e popular de comunicação para subsidiar as mulheres a denunciar as opressões vivenciadas e anunciar suas conquistas. A auto-organização das mesmas e os processos desenvolvidos para geração de renda tem ressignificado os seus lugares na sociedade, no meio rural e nos espaços privados.

3.1. Mulheres rurais: recontando histórias, compartilhando saberes.

Refazer a caminhada e construir novos modos de viver e sobreviver no Semiárido são características pujantes das mulheres rurais que, de modo particular, tecem suas redes de afetividades e solidariedade ressignificando o existir em meio às opressões vividas. As análises apresentadas estão amparadas nas narrativas das mulheres beneficiárias das cisternas de consumo humano e das lideranças de organizações sociais do município de Serrinha/BA, que atuaram na Comissão Municipal de Água, não apenas representando suas entidades na participação e controle social da política, sendo interlocutoras das mulheres rurais de modo que a implementação das cisternas respeitasse a dimensão de gênero para o amplo acesso das mulheres como titulares, visto que esse é um dos critérios estabelecidos pelo P1MC.

¹⁴ A Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico foi um dos resultados do processo de construção coletiva do Projeto ATER, Agroecologia e Feminismo que foi financiado pela Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ/MDA) o qual foi executado no período de 2014-2017 e desenvolvido pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O projeto reuniu uma diversidade de mulheres de todos os estados do Nordeste; eram agricultoras, assessoras de Assistência Técnica e Extensão Rural de organizações feministas e mistas, professoras, bolsistas de graduação, mestrado e doutorado, além de outras mulheres ativistas, todas atuando com agroecologia, economia solidária, segurança alimentar e nutricional e demais áreas envolvendo o contexto rural. O MOC atuou no projeto e integra a Rede (JALIL, 2017).

É esse olhar lançado pelas mulheres que reorganiza o seu lugar na sociedade enquanto sujeitos políticos autônomos, conforme afirma Carneiro (2003):

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Por conseguinte, são as lideranças dos movimentos de mulheres ou organizações mistas que têm protagonizado lutas e intervenções políticas em seus territórios¹⁵ para reduzir as assimetrias de gênero e criar possibilidades para o acesso às políticas públicas, já que muitas não usufruem dos seus direitos por falta de conhecimentos sobre a oferta da política ou pelo Estado não ofertar possibilidades de maneira ampliada para todas, considerando suas especificidades. Esse é um fator relevante para as mulheres rurais que ainda vivem num cenário de negação de direitos, conforme observamos no depoimento a seguir:

A dificuldade que eu sinto mesmo é os direitos da gente, mulheres, não ser reconhecido, é muita dificuldade, atrapalha, incomoda. Às vezes a gente tenta conseguir um benefício, aí depende de outras coisas, aí atrapalha muito (Suzélia Maria, 53 anos, Comunidade de Canto).

Há que se reconhecer os limites das políticas e ações específicas, de modo especial para as mulheres rurais, tendo em vista as dificuldades de informação e formação no campo dos direitos, sendo que algumas delas são pontuais e nem sempre alcançam as mulheres nas suas comunidades. A travessia das mulheres do Semiárido se faz em meio ao cenário ainda conservador e de pouca valorização do seu papel transformador da sociedade, mesmo diante dos avanços sociopolíticos, de direitos conquistados, bem como das alterações sofridas nas relações de gênero.

Todavia, não podem ser negados os avanços e a reapropriação dos espaços e construção dos conhecimentos a partir da metodologia de trabalhos com perspectiva feminista, desenvolvidos pelas e com as mulheres rurais. Esse desenvolvimento lhes coloca lado a lado no enfrentamento aos sistemas opressores e na construção de alternativas presentes nas suas

¹⁵O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999). Para Raffestin (1993), o território advém de espaços através de sua produção (controle, dominação e apropriação) e que se manifesta por suas diversas territorialidades, nas relações assimétricas de poder.

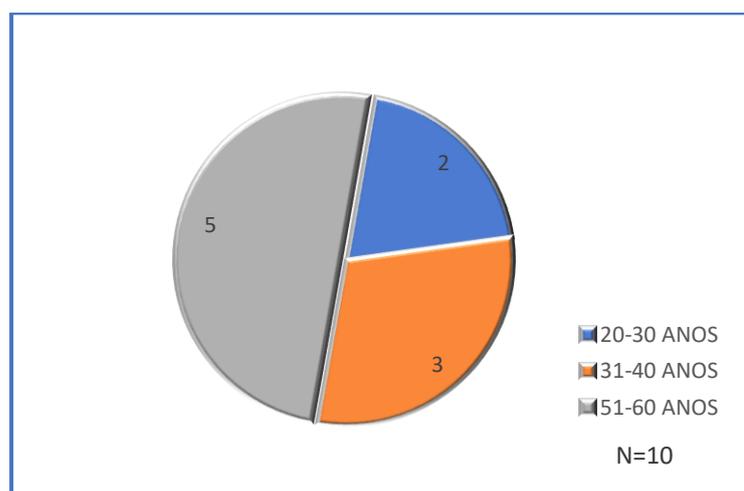
diversidades, fortalecendo e aprimorado seu modo de ler o contexto de suas realidades e confrontar as adversidades.

As mulheres entrevistadas se inserem de formas diferentes nos movimentos da agricultura familiar, nos sindicatos, associações comunitárias e nos próprios movimentos de mulheres, onde algumas são lideranças comunitárias assumindo posições de tomada de decisão, mobilização nas bases dos povoados e liderando associações. As beneficiárias das cisternas de consumo humano que compõem a pesquisa são dez, sendo que residem nas comunidades de Alto de Fora e Canto (Quadro 1) e tem atuação em organizações locais como as associações comunitárias.

As mulheres reafirmam sua identidade de agricultoras familiares e desenvolvem atividades correlatas. A maioria delas se insere na agricultura para o auto-consumo (cultivo de hortaliças, legumes, frutas, milho, feijão, mandioca), criação de pequenos animais e atuação em grupos de produção de alimentos (biscoitos, bolos, doces), produtos esses que são comercializados para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e mercados locais, além do protagonismo nos trabalhos domésticos e no cuidado com os filhos e as filhas.

As diferentes faixas etárias das mulheres compuseram a riqueza das narrativas, por se tratar de diferentes gerações convivendo no mesmo contexto, porém, com leituras diferenciadas e distintas da mesma realidade. Elas têm idades entre 26 e 59 anos (Figura 4), com metade das mulheres na faixa etária entre 50 e 59 anos, mas todas elas fizeram e ainda fazem a mesma travessia para o acesso à água em quantidade e qualidade, e mesmo que atualmente as demandas se diferenciem, a questão hídrica ainda afeta a vida dessas mulheres rurais.

Figura 4 - Distribuição das mulheres beneficiárias por faixa etária, nas comunidades de Canto e Alto de Fora, município de Serrinha/BA.



Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

O que chama a atenção é a pouca presença de jovens nas comunidades e isso levantou alguns questionamentos sobre o motivo das ausências, mesmo que esse fator não componha o escopo da pesquisa, no entanto, as mulheres apontam essa ausência como um problema que merece atenção para que seja possível compreender o contexto apresentado.

Os relatos apontam que há um movimento migratório de jovens para outras regiões do país, o qual é consequência das poucas oportunidades de emprego já que o município de Serrinha/BA não oferece muitas possibilidades. Muitos jovens, na maioria do sexo masculino, encerram seus estudos no ensino médio e se deslocam para outras cidades e estados em busca de melhores postos de trabalho. Para Gonçalves (2001), as condições de trabalho precário e informal, mediante a crise econômica, impulsionam o esvaziamento do campo, afetando diretamente as pessoas mais pobres.

A beneficiária Josefa de Jesus, 59 anos, da Comunidade de Canto, traz suas vivências do lugar de mulher divorciada que sozinha criou quatro filhos, sendo que dois moram em Santa Catarina há onze anos e ela ainda não os tinha visitado, mas atendeu a insistência dos filhos e viajou pra conhecer e ficar mais tempo com a família. Esta é uma realidade vivenciada por muitas famílias na Comunidade de Canto, de modo que os seus depoimentos apontam para um estado de conformismo, mas também uma denúncia de que as políticas não foram pensadas na perspectiva da permanência da juventude no campo.

Outro aspecto relevante da pesquisa é a caracterização das famílias das mulheres entrevistadas que, embora o número dos membros na família seja de duas a cinco pessoas, o número total de filhos não condiz com a quantidade de residentes declarados (Quadro 04), tendo em vista a migração de jovens para outras cidades e estados, prevalecendo a permanência feminina nas casas e que na sua maioria (50%) estão entre a faixa etária de 51-60 anos. Algumas dessas mulheres são avós e criam seus netos para que suas genitoras possam trabalhar, e assim, contribuir com o sustento da casa, e em alguns casos, cuidam também dos idosos.

Quadro 4 - Descrição das famílias beneficiárias das cisternas – comunidades de Canto e de Alto de Fora, Serrinha/BA, 2019.

Participante	Nº de Membros na família	Sexo	Idade	Gestão e cuidado c/ água	Poder de decisão
Amanda	04	2 (F)	26, 08	Casal e a filha (não tem cisterna)	casal
		2 (M)	30, 06		
Antônia	02	1 (F)	51	Ela	Casal
		1 (M)	59		
Clenilza	04	2 (F)	35, 10	Ela	Casal
		2 (M)	34, 04		
Josefa	02	1 (F)	59	Ela	Ela
		1 (M)	19		
Josélia	04	1 (F)	27	Ela	Esposo
		3 (M)	43, 13, 03		
Margarida	05	1 (F)	58	Ela	Esposo
		3 (M)	61, 30,29,25		
Maria	05	3 (F)	53, 30, 10	Casal e a filha	Casal
		2 (M)	56, 10		
Marinalva	05	3 (F)	50,31, 8 meses	Ela	Ela
		2 (M)	53, 11		
Rose	04	2 (F)	33, 08	Ela e a filha	Casal
		2 (M)	33, 14		
Suzélia	03 (2F, 1M)	2 (F)	53, 16	Casal e a neta	Casal
		1 (M)	62		

Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

No quadro acima, apenas duas mulheres assumem a tomada a decisão na casa, no entanto, estas não convivem com os companheiros, são uma viúva e outra divorciada. Aliado a isso, elas estão inseridas nas auto-organizações e outros espaços de participação social que fortalecem a luta pela autonomia e pela liberdade, o que significa defender a possibilidade de tomar decisões sobre os rumos de suas vidas. A mudança de atitude das mulheres pode estar atrelada a diversos fatores, dentre eles as ações gestadas ao longo da história pelos movimentos feministas e de mulheres e as pautas da igualdade de oportunidades e o seu reconhecimento

enquanto sujeitos de direito. Ao lado disso, existe a ampliação das auto-organizações das trabalhadoras rurais no Semiárido junto à efetivação de políticas públicas afirmativas para agricultura familiar. Certamente, em outros tempos, prevaleceria nas respostas que o poder de decisão pertencia apenas ao marido.

Nesse sentido, o relato da beneficiária Maria de Jesus Oliveira, corrobora sobre o papel dos movimentos no meio rural:

Participo do MMTR, associação comunitária e Grupo de Produção de sequilhos que a gente passa para o PNAE, que a gente faz sequilhos, bolo, pão de batata, comercializa na cooperativa de Serrinha, [...]. Porque antes eu ficava mais dentro de casa, mas agora tem os movimentos, viagens também, passo dois dias fora, já não me preocupo com essa situação que a gente tinha antes, a gente tem mais liberdade, eu acho. (Maria de Jesus Oliveira, 53 anos, Comunidade de Canto, 2019).

Agir com autonomia e liberdade exige a capacidade de fazer análises do contexto em que se vive, e requer também que as mulheres tenham conquistado condições objetivas que lhes permitam tomar decisões, inclusive oportunidades e recursos materiais capazes de gerar renda e prover seu sustento. São condições necessárias para que elas se perceberem como sujeitos políticos autônomos.

3.1.1. Cor e raça das famílias rurais

A discussão sobre raça tem sido ampliada e incorporada em organizações sociais que assumiram o compromisso de contribuir para redução das desigualdades sociais, visto que são questões indissociáveis entre si e merecem atenção, tanto nos estudos acadêmicos quando nos espaços de elaboração e controle social de políticas públicas. Segundo os dados da Pnad Contínua (2019), a Bahia tem o maior contingente de pessoas autodeclaradas pretas (22,9%), que ultrapassam as brancas (18,1%), quando comparado a outros estados. Desse modo, a discussão sobre raça não pode ser analisada isoladamente, pois requer uma perspectiva interseccional na identificação de outra estrutura de opressão, de gênero e classe, tendo em vista que as mulheres negras se mantêm na base da pirâmide social, em condições subalternas.

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalizações sociais (Carneiro, 2003, p 13). Com efeito, é urgente o deslocamento do pensamento hegemônico para possibilitar lugar de fala aos sujeitos,

sobretudo as mulheres negras que historicamente foram relegadas à própria sorte, cabendo a elas mesmas criar estratégias de superação e enfrentamento à violação de direitos.

O protagonismo do feminismo negro foi preponderante para ecoar as vozes das mulheres negras, sobretudo, a respeito de denúncias sobre condições precárias a que são submetidas. A articulação com movimentos de diversos países fortaleceu e promoveu o reconhecimento das militantes feministas do Brasil, como sujeitos capazes de definirem o rumo de suas vidas.

As mulheres resistem e desafiam o sistema de opressão a todo tempo. Devido aos processos de exclusão e negação de direitos sofridos historicamente, já era pressentido que elas se tornariam protagonistas de suas histórias. Essa inserção em espaços de proposição e controle social de políticas públicas contribuiu para o autor reconhecimento e o fortalecimento da identidade de mulheres rurais e agricultoras, que sempre tiveram sua existência estigmatizadas socialmente. Podemos dizer que, diante desse contexto, outros aspectos da identidade não ganharam a mesma relevância, inclusive a questão racial.

A despeito dessa omissão, os dados obtidos no nosso trabalho de campo elucidam mudanças de comportamentos e percepções sobre a questão racial, principalmente quando as participantes eram questionadas sobre o grupo racial com o qual se identificavam. Esses novos olhares se referem à naturalidade em que as mulheres receberam as abordagens realizadas no decorrer da pesquisa de campo, além de contextualizar suas histórias de vida enquanto mulheres negras e o orgulho desse legado. Certamente, em outros tempos essas mulheres teriam dificuldade desse autorreconhecimento.

As mulheres responderam perguntas não apenas sobre si mesmas, mas também a respeito da percepção sobre os membros de suas famílias. Algumas delas demonstraram insegurança ou dúvidas sobre sua identidade étnico-racial, no entanto, a maioria respondeu com firmeza e propriedade.

A questão apresentada sobre raça/etnia¹⁶ fez parte do quadro sociodemográfico, no qual as 10 mulheres entrevistadas responderam sobre si e também estendeu aos seus familiares, o que contabilizou 38 membros. Destes, 68% (Figura 5) foram declarados, pelas participantes, enquanto negros¹⁷, significando dizer que o reconhecimento delas sobre o pertencimento racial

¹⁶ As questões sobre a definição/classificação da cor respondidas pelas mulheres constavam os seguintes itens: negro, pardo, branco, indígena ou não declarado (ND) quando havia negação ou dúvida em se autodeclarar.

¹⁷ O termo “**negro**” utilizado na pesquisa se difere da terminologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “**preto**” para classificação de cor/raça, já que neste caso (negro) seria o somatório de pretos e pardos autodeclarados. Nesta pesquisa em questão as mulheres se auto declaram como negras, assim foi utilizada, em respeito a essa demarcação por elas apresentadas, sendo, portanto, um dado empírico confrontado com outros estudos que apresentam diferentes análises e contextos.

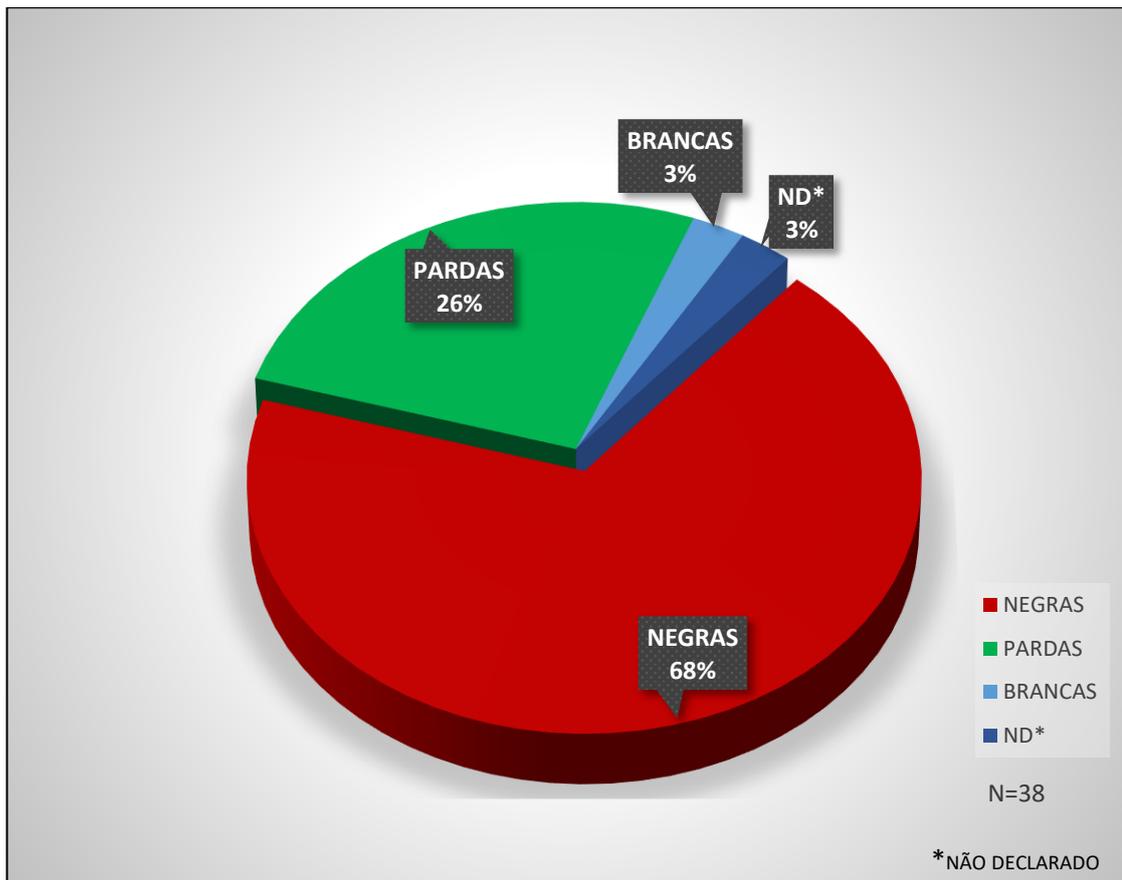
compõe a sua identidade e não apenas como um fator subalterno negado. Essa compreensão é processual e depende de fatores externos que contribuam para um posicionamento positivo da população negra na sociedade, e assim promover ações estruturantes para reduzir as desigualdades raciais. Nesse sentido, a participação dos movimentos negros nos espaços de incidência política culminou na elaboração e implementação de políticas afirmativas no Brasil.

O debate no país sobre essa questão foi intensificado no contexto institucional das políticas públicas a partir do ano 2000 e essa necessidade de reflexão e aprofundamento foi reforçada também diante dos compromissos assumidos pelo Brasil após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo em Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, quando foi adotada a “Declaração e o Programa de Ação de Durban” (IBGE, 2013).

A partir desse contexto, o Brasil tem avançado na identificação e visibilidade da população através da categorização raça/etnia ao mesmo tempo em que reconhece as desigualdades que atravessam a população negra e as torna refém de uma política estruturada pelo viés racial de segregação e negação de direitos. Não se pode negar a importância das ações afirmativas efetivadas e seus resultados produzidos, entretanto, ainda não são suficientes e beneficiam um percentual baixo de negros e negras na sociedade.

É importante destacar as valiosas contribuições dos movimentos negros para superar os estigmas vivenciado por uma classe subalternizada. É certo que, mesmo vindo de uma mesma classe social não determinará a mesma leitura sobre sua ancestralidade. Ribeiro (2017) afirma que o lugar em que se ocupa socialmente nos faz ter diferentes experiências e perspectivas, contrapondo essa visão universal de identidades e negritudes.

Figura 5 - Auto declaração das participantes e atribuição dela a cor dos familiares, nas comunidades de Canto e Alto de Fora-Serrinha/BA.



Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

Nesse contexto, os dados da PNAD de 2015 (BRASIL, 2015) sobre autodeclaração de cor e raça das mulheres habitantes da área rural apresenta outra leitura, se comparados aos dados acima (Figura 5) do panorama nacional (Figura 6), sendo que, mais de 56% delas se autodeclararam como pardas, 35% brancas e 7% pretas (gráfico 4). Para Carneiro (2003, p. 49), “a naturalização do racismo e sexismo disseminado pela mídia reproduz sistematicamente estereótipos e estigmas que prejudicam a afirmação de identidade racial e valor social”.

Durante a pesquisa, foi possível observar e registrar a presença de pessoas jovens estudantes nas famílias, que em alguns momentos emitiram opinião e interferiram, de certo modo, nos demais membros a se posicionarem sobre identidade e a questão racial. Outros fatores podem ser levados em consideração para se ter obtido 68% de autodeclarados negros/os como: oferta e implementação de formação política por organizações sociais.

O relatório do MOC (2019)¹⁸ referente à atividade realizada no município de Serrinha/BA denominada *Roda de Conversa com Mulheres Rurais sobre Enfrentamento à Violência de Gênero e Empoderamento*, que teve o objetivo de fortalecer as organizações que atuam na causa para implementar ações pelo fim da violência contra mulheres e meninas, nos mostra que das 20 pessoas que participaram, 5 homens e 15 mulheres, 15 se declararam negras, 1 branca e 4 pardas. Sendo assim, esses dados corroboram para reiterar a importância do engajamento das organizações sociais com a pauta racial e de gênero para enfrentamento as opressões vivenciadas.

Para Carneiro (2003), ao politizar as desigualdades, os movimentos sociais e feministas, transformam mulheres e meninas em sujeitos políticos de modo que se apropriam de reconhecimentos sobre sua condição e lançam olhares sobre demandas específicas, considerando diversas vertentes como classe, gênero e raça. Desse modo, a articulação política dos movimentos sociais presentes no município de Serrinha/BA, a exemplo do MMTR, do Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal e da Casa da Cidadania, que abordam a questão racial como um marcador de desigualdade social e que vem contribuindo para impulsionar esta releitura.

¹⁸ O MOC atua na temática da violência contra mulheres e meninas em diversos municípios do Semiárido. Nesta atividade em Serrinha contou com o apoio da organização internacional Actionaid através do Projeto Parceiros Por um Sertão Justo que tem atuação em municípios do Território do Sisal (Quijingue, Araci, Serrinha, Ichu e Conceição do Coité) e na Bacia do Jacuípe (Nova Fátima e Serrinha). No ano de 2019 o MOC atuou com a Campanha **#PelaVida de Meninas e Mulheres** nos 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres, que visa denunciar a violação dos direitos humanos de meninas e mulheres e anunciar a construção de uma cultura de paz, de respeito e solidariedade (MOC, 2019).

Figura 6 - Auto declaração de cor e raça das mulheres rurais brasileiras, 2015.



Elaboração: PNAD, 2015

As diferenças apresentadas nos dados da pesquisa em comparação com os da PNAD (BRASIL, 2015) podem ser atribuídas a um conjunto de fatores que coadunam para a visibilidade da identidade racial no município de Serrinha/BA. Destacam-se as organizações sociais atuantes que, em determinados momentos, se articulam e coletivizam bandeiras de lutas que são consideradas estratégicas para o enfrentamento das opressões vivenciadas. Corroborando com Carneiro (2003), as avaliações pautadas sobre gênero e raça têm promovido o engajamento das mulheres nos movimentos populares e em outros movimentos empreendidos pelas mulheres negras buscando assegurar agendas específicas.

No município de Serrinha/BA, destacamos o Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal, criado em 2017, que tem demarcado espaços estratégicos, pautando o recorte racial nas violações de direitos e denunciando a ausência de políticas de promoção da igualdade racial. Vale ressaltar que outros movimentos de resistência com pautas de gênero, raça e sexualidade, como o Coletivo LGBT Flores do Sisal e a Casa da Cidadania, atuam no enfrentamento ao racismo estrutural e institucional e outras formas de violência que têm uma relação direta com a população negra do município de Serrinha/BA e do Território do Sisal.

Dentre os diversos movimentos atuantes em Serrinha, o das Mulheres Trabalhadoras Rurais tem um ativismo histórico como instância representativa do reposicionamento e visibilidade das mulheres rurais em espaços mistos como os sindicatos, as comissões e as associações, sempre questionando as assimetrias de gênero na sociedade. Nessa perspectiva, o MOC tem desenvolvido trabalhos na perspectiva da igualdade de gênero e raça junto com o

MMTR e outros grupos, de modo especial, com mulheres e meninas, considerando as situações de vulnerabilidade às quais estão expostas, na perspectiva de contribuir para o empoderamento e autorreconhecimento enquanto sujeitos políticos autônomas.

É importante ressaltar que no Brasil ocorreram mudanças mais estruturais de garantia dos direitos da população negra a partir do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que instituiu órgãos, organismos, políticas de reparação e promoção da igualdade racial. Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do Poder Executivo do Brasil, instituída pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março do mesmo ano, com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra (Brasil, 2016).

Ainda com o intuito de garantir população negra a efetividade da igualdade de oportunidade, de defesa dos direitos étnicos, e da possibilidade ao combate à discriminação racial e demais violações de direitos, foi criado Estatuto de Igualdade Racial sob a Lei 12.288/2010 (BRASIL, 2010), de modo a garantir a participação da população negra nas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais do país. Nessa mesma perspectiva e com o objetivo de descentralizar a política, foram criados outros órgãos nos demais entes federados como o Estado da Bahia, que criou a SEPROMI (Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial) e o município de Serrinha/BA que também instituiu a Diretoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no período de 2009/2016, além do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (SEPPIR, 2015), também em Serrinha.

No âmbito Federal, tanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), que possuía status de ministério, quanto a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, passaram por sucessivas mudanças desde 2015, quando foram incorporadas ao recém-criado Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). No ano seguinte, após o Golpe Parlamentar, o ministério foi extinto e suas funções foram incorporadas ao Ministério da Justiça e Cidadania, numa constante limitação orçamentária e de baixa representatividade na agenda do governo.

No ano de 2019 essas questões se intensificaram e o Brasil experimentou sucessivos ataques à democracia com uma agenda abertamente anti-direitos humanos, promovida por líderes políticos, ameaçando e subtraindo direitos conquistados, de modo especial das populações negras, quilombolas, indígenas, e de grupos ativistas dos direitos humanos, ambientalistas e de mulheres. Esse processo começa a se materializar com cortes nos orçamentos e uma nova fusão de Secretarias no Governo Federal (Mulheres, Igualdade Racial,

Direitos humanos) em um único Ministério – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), que também incorporou o eixo de juventudes.

Desse modo, mesmo diante de uma conjuntura política desfavorável para a garantia dos direitos humanos de grupos historicamente subalternizados, é necessário reafirmar a importância destas políticas e responsabilizar os entes federados para o cumprimento da Constituição e das leis vigentes que asseguram a efetivação desses direitos, para promover a igualdade de oportunidades dessa parcela significativa da população e assim (re)significar sua identidade enquanto sujeitos de direitos.

Vale ressaltar que os direitos até aqui conquistados são resultados do protagonismo das mulheres negras, da incidência política de diversos atores sociais, bem como a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial através de instrumentos legítimos de participação, como as conferências, participação em audiências públicas, bem como representação em Conselhos e Fóruns, que debatem e propõem e exercem o controle social das políticas, espaços necessários para garantir a participação direta dos sujeitos nas tomadas de decisões. Esse processo foi preponderante para efetivação de políticas públicas e, por conseguinte, fomentador de mudanças pertinentes às questões raciais no Semiárido brasileiro e no meio rural. A participação popular nas tomadas de decisão ainda é o caminho mais viável para construção de uma sociedade democrática e socialmente justa, onde mulheres e meninas negras, por exemplo, sejam reconhecidas enquanto sujeitos de direito.

3.2. Relações de gênero e a divisão sexual e social do trabalho doméstico e do cuidado

Na maioria das sociedades há diferenças e desigualdades nas relações estabelecidas entre mulheres e homens, e os papéis e responsabilidades a estes atribuídos nas atividades desenvolvidas e o controle dos recursos, além dos processos de tomada de decisão. As diferenças entre os sexos foram construídas ao longo da história e moldadas conforme as mudanças do tempo e em diferentes culturas. Todo trabalho, seja no campo ou na cidade é sedimentado por uma divisão sexual e social, de modo que é construído a partir de valores patriarcais, ou seja, estrutura de poder centralizada nos homens, e que nas famílias, a figura paterna é a autoridade máxima sobre os demais membros. Essa divisão de tarefas domésticas e do cuidado, parte do princípio de que existem trabalhos de homem e trabalhos de mulheres. Para melhor compreensão, o IPEA (2018) definiu o trabalho doméstico da seguinte forma:

Realização de tarefas ou atividades que não se enquadram no conceito de trabalho remunerado, como: *i)* arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; *ii)* cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); *iii)* orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; *iv)* cuidar de filhos ou menores moradores; ou *v)* limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (IPEA, 2018, p. 23).

Desse modo, o cuidado com os filhos, com os idosos e com pessoas portadoras de deficiência também faz parte do trabalho doméstico, e na maioria dos lares é considerado “trabalho de mulher”, se constituindo, assim, em tarefas que as mães partilham com as filhas reproduzindo o papel subalterno feminino numa sociedade machista. No campo, essas relações são ainda mais estigmatizadas, dada a dificuldade para as mulheres acessarem políticas públicas de gênero como creches e lavanderias comunitárias, de modo a garantir menos sobrecarga dos trabalhos domésticos. Nesse aspecto, a perspectiva da convivência com o Semiárido deve perpassar também pela problematização das relações hierárquicas, com abordagem de gênero, visto que é inconcebível falar em desenvolvimento sem considerar as mulheres enquanto sujeitos políticos autônomos que deveriam, e devem ter participação equitativa nos espaços de tomadas de decisão.

No meio rural do Semiárido brasileiro, as desigualdades socioeconômicas e políticas que afetam a vida das mulheres são ainda mais perversas, pois possuem resquícios do coronelismo e da organização hierárquica de gênero onde o homem detém o poder sobre as mulheres e as filhas. Nesta abordagem, Faria (2009) afirma que a percepção e a presença das mulheres no campo são marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais, onde são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico. Desse modo, é reservado para as mulheres o papel de cuidadoras dos filhos e das filhas, do marido, de todas as tarefas domésticas, além de providenciar a água para os afazeres do lar, como narra uma das entrevistadas:

Meu tempo no dia a dia é a labuta dentro de casa, cuidar da família, lavar roupa, cozinhar, varrer a casa, fazer toda a limpeza, as vezes quando é tempo de inverno eu chego junto pra ajudar (na roça), crio galinha, [...]. Os meninos quando quer, no dia que está com vontade eles lavam as roupas deles, porque é muito peso pra mim, [...] no geral é uma atribuição da dona da casa, minha mesmo (Margarida Maria, 58 anos, Alto de Fora, 2019).

As narrativas das mulheres destacam o modo como elas internalizam o seu trabalho no roçado, como “ajuda”, e o trabalho doméstico como obrigação. Já a participação dos homens é esporádica, não sendo visto como uma responsabilidade. “Isso faz com que as mulheres não se

organizem e nem participem politicamente da luta da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos nas associações, sindicatos ou direção de movimentos sociais” (CISNE, 2015, p. 122).

Apesar de estabelecer uma relação estrita com a água, tanto na identificação de fontes, quanto no abastecimento e tratamento para uso doméstico, as mulheres não participam da discussão e controle social da política hídrica, principalmente na região Semiárida quando a manutenção do poder é estabelecida pela exclusão das mulheres e pela divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado. Desse modo, a política não reconhece seus saberes, tradições e potencialidades para participar de maneira efetiva em todos os seus processos:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” (KERGOAT, 2003, p. 599).

Ainda é incipiente a discussão e recorte de gênero nas políticas implementadas para a convivência com o Semiárido. Problematizar as relações existentes no meio rural é um passo significativo para a inclusão das mulheres nos processos de tomada de decisões políticas, de modo que possam corrigir as assimetrias de gênero e promover a participação social, reconhecendo as mulheres como sujeitos políticos, tanto com as organizações sociais que implementam as políticas, quanto com o Estado.

Por outro lado, o protagonismo das mulheres rurais vem reestabelecendo novos modos de pensar e agir, principalmente em espaços coletivos que historicamente foram ocupados por homens. O questionamento das mulheres sobre a hierarquização das relações socialmente estabelecidas as levaram a processos de auto-organização, o que posteriormente as possibilitou participar da Constituinte de 1988 em um processo de reivindicação pelos direitos das trabalhadoras rurais, como a Seguridade Social com a garantia da aposentadoria, o que representou uma importante conquista para redução da pobreza e redistribuição de renda no meio rural (FARIA, 2009, p. 14).

Nesse contexto, o conceito de gênero é um convite a um novo olhar para a realidade em que as mulheres estão inseridas, de modo que se desnaturalize as desigualdades sociais alicerçadas nas relações de poder nas quais os homens ocupam uma posição de superioridade política em relação às mulheres, principalmente quando estas são submetidas às condições de opressão e violência nas suas variadas formas. Vale destacar que, as relações sociais são sempre

relações de poder, visto que se estabelece entre o Estado e os cidadãos e nas diferentes classes sociais, e até nas relações entre o mesmo gênero tende a se aprofundar a partir das hierarquias sociais (classe e raça).

Portanto, a categoria gênero é relacional às condições de subordinação imposta, como afirma Cisne (2015):

O conceito de gênero veio também como sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se a categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem (CISNE, 2015, p. 115).

A condição da mulher rural está também condicionada às duras realidades no que tange as condições sociais e econômicas, tendo em vista o sistema capitalista que não reconhece o trabalho reprodutivo, já que não gera renda, não é valorado e nem valorizado. Essa perspectiva da economia capitalista e a desvalorização do trabalho das mulheres são apontadas por Davis (2016) como ideologia burguesa que mantém as mulheres em condição de subordinação:

Nas sociedades capitalistas avançadas, por outro lado, o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa, que raramente produzem algo tangível com seu trabalho, diminui o prestígio social das mulheres no geral. No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva do seu marido para a vida toda (DAVIS, 2016, p. 228).

Esse modo de organizar a sociedade invisibilizou as contribuições das mulheres e fez com que muitas delas não se percebessem como trabalhadoras, e reproduzissem o discurso que estrutura a lógica do capital em que os trabalhos desenvolvidos por mulheres são menos complexos e por isso valem menos que aqueles desempenhados pelos homens, desconsiderando sua contribuição no campo econômico para a manutenção da família e da sociedade. Foi através dos movimentos de mulheres e de feministas que se buscou dar visibilidade a esse trabalho desempenhado pelas mulheres, para considerá-las atoras econômicas (FARIA, 2009, p. 04).

O trabalho no roçado, nos quintais produtivos, no abastecimento de água para o lar, nos grupos produtivos (processamento de alimentos para comercialização) desenvolvidos pelas mulheres está relacionado à produção de alimentos que, na sua maioria, abastece a casa e promove a segurança alimentar da família, já que tradicionalmente não se aderiu ao uso de agroquímicos, preservando o cuidado com os alimentos. Em alguns casos essa produção vai para os mercados locais, nas feiras livres, ou na venda na porta de casa e, nos mercados institucionais, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tanto a alimentação para o autoconsumo quanto a comercialização são fundamentais para a manutenção da família, com segurança alimentar e nutricional, além de gerar renda e promover a autonomia das mulheres rurais, ambos aspectos viabilizados pelo acesso às tecnologias de captação de água da chuva (cisterna de consumo humano e cisterna de produção), como afirma uma beneficiária:

Eu faço parte do grupo de produção, quando tem, porque não é o mês todo, quanto tem chamada, aí eu faço as coisas em casa e vou para o trabalho, chamadas para fazer o alimento; alimentação escolar para entregar a prefeitura, a educação (PNAE). Quando não tem produção eu fico só em casa, varro casa, faço comida, lavo roupa, ensino a tarefa das crianças. Reunião só quando tem do grupo de produção [...]. Aqui em casa só eu mesmo e minha filha mais nova, o marido como trabalha fora, não faz, só quando tá em casa as vezes que faz, mas é bem pouco (Rose Celestino, 33 anos, Comunidade Alto de Fora, 2019).

Essa forma de trabalho desempenhado pelas mulheres rurais precisa ser visibilizada e valorizada. Romper com esse padrão social, com a lógica do capitalismo em reconhecer apenas os produtos que podem ser comercializados nos grandes mercados, cuja visão de economia pode ser considerada limitada e, ao mesmo tempo, um grande desafio a ser enfrentado pelas mulheres. Nessa perspectiva, Pitanguy (2008) corrobora com essas colocações ao afirmar que as relações entre homens e mulheres, entre Estado e categorias sociais, são passíveis de transição. É nessa perspectiva que os movimentos de mulheres têm atuado e protagonizado mudanças na desnaturalização das desigualdades de gênero.

Atuar nessas mudanças se torna um fator considerável, que é parte da luta das mulheres rurais pela busca do reconhecimento do seu papel na produção de alimentos aos arredores de casa. Da mesma maneira, contribui para a manutenção e renda da família, e que não é contabilizada dentro da lógica mercantil que rege os mercados capitalistas. Essa forma de produzir alimentos é conhecida pelas mulheres rurais como quintais produtivos, uma prática que atravessa gerações e ainda resiste aos modos de produção agroalimentar hegemônico, e segue preservando não só uma cultura, mas também a saúde da família e da comunidade, sem fazer uso de agrotóxicos, seguindo a perspectiva agroecológica. Desse modo, as mulheres têm uma produção diversificada: hortaliças, legumes, tubérculos, criatório de pequenos animais, além de plantas medicinais e processamento de alimentos. O questionamento que se tem feito é a respeito da invisibilidade das mulheres nos processos produtivos, quando estes alimentam de forma saudável a família e ainda tem o excedente comercializado. Como contabilizar essa

comercialização dos produtos oriundos dos quintais produtivos, de modo que promova a inclusão socioeconômica delas mesmas, além de possibilitar uma releitura da lógica capitalista opressora e construir novas perspectivas de economia sobre o olhar e vivências das produtoras agroecológicas.

Apesar da ampliação do acesso à política de comercialização para a agricultura familiar, as estruturas institucionais ainda são incipientes na Bahia. Dados do Censo Agropecuário (2017) mostra que o Associativismo produtivo requer uma maior propagação, já que a tradição das Cooperativas Agropecuárias da região é pequena, um total de 6.989, já a Associação de Produtores são 59.642, e Associação de Moradores é 63.677. Isso demonstra uma fragilidade para a agricultura família, tendo em vista o crescimento tímido da comercialização institucional e a geração de renda, de modo especial, para as mulheres rurais.

É importante não perder de vista que a baixa escolaridade das mulheres (quadro 02) é um fator relevante para menor participação em cargos de gestão nas organizações da agricultura familiar, além de pouco acesso às políticas públicas, dentre elas as linhas de crédito como o PRONAF Mulher que ainda é considerada burocrática para ascensão das agricultoras. Em todas essas situações, a oferta de assistência técnica e extensão rural (ATER) seria de grande importância para dar suporte às mulheres no planejamento da propriedade, produção e comercialização nos mercados institucionais e convencionais que exige, dentre outras coisas, conhecimentos básicos sobre legislação e tributos.

Outro dado de relevância apontado pelo Censo no Semiárido do Nordeste é o percentual de estabelecimentos considerados da agricultura familiar dirigidos por homens, 76%, enquanto as mulheres representam 24%. Ainda há uma predominância masculina, mas as mulheres estão avançando na ocupação de espaços de incidência política e empoderamento nas tomadas de decisões. Esta também é uma realidade no município de Serrinha onde as mulheres avançam nas instâncias de decisões no âmbito comunitário, municipal e territorial.

É neste cenário de protagonismo que as mulheres têm se articulado em diferentes espaços de formação e proposição política, na perspectiva de construir redes de resistência capazes de provocar mudanças na estrutura de poder estabelecida que as submete à subalternidade e ao confinamento nos espaços privados. Para isso, foi constituído no ano de 2015 a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, no intuito de capacitar as integrantes técnicas das organizações executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para promover debates e assumir uma dimensão feminista nas ações e nos projetos executados com as mulheres rurais, com vistas à promoção da igualdade de gênero e convivência com o Semiárido.

No ano de 2017 a Rede lançou a Campanha *Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico* (Figura 8) considerando o contexto em que vivem as mulheres rurais e a importância de corrigir as assimetrias de gênero no meio rural.

Figura 8 -Cartaz da campanha “Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico”.



Fonte: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017.

Esse modo de as mulheres se auto-organizarem tem construído um movimento e resistência na região Semiárida da Bahia, e o município de Serrinha tem protagonizado esse cenário de luta pela emancipação das mulheres, principalmente aquelas que historicamente estiveram na invisibilidade. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais é uma das referências de auto-organização que nasce na região com a missão de contribuir para a promoção da igualdade de gênero no meio rural e garantir a participação das mulheres no desenvolvimento rural e na perspectiva da convivência com o Semiárido.

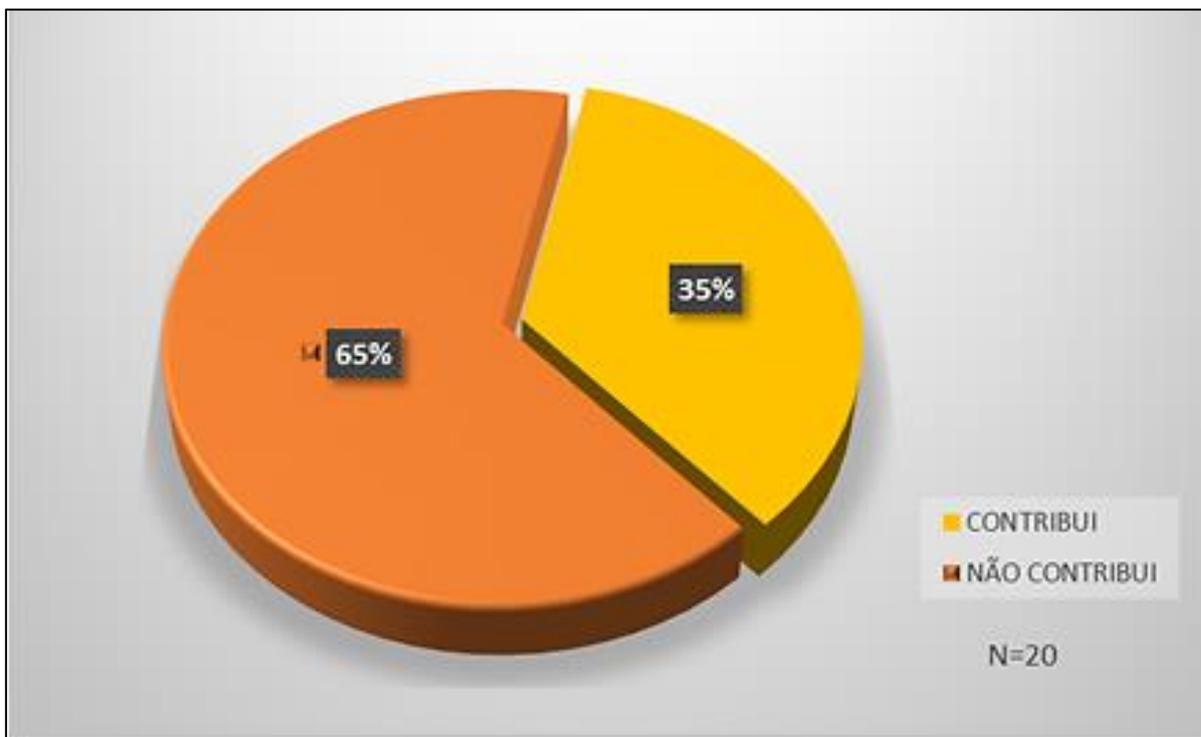
3.2.1. A percepção da participação masculina no trabalho doméstico.

Os dados da PNAD (2013) revelam que as mulheres rurais do Brasil, em sua maioria (90,8%) se dedicam 26,1 horas semanais aos trabalhos domésticos, já os homens (43,1%) dedicam apenas 10,2 horas semanais. Essa constatação remete a localidades específicas no país que ainda preserva estruturas conservadoras e com poucas alterações hierárquias nas relações sociais de gênero.

Não muito diferente dos dados acima, as entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa (mulheres beneficiárias das cisternas), revela a baixa participação dos homens no

trabalho doméstico. Dos 20 homens identificados, com 10 anos ou mais de idade, 13 não compartilham dos afazeres domésticos, e aqueles que contribuem são apenas 7 (Figura 9).

Figura 9 - Participação dos homens no trabalho doméstico, declarada pelas mulheres beneficiárias das cisternas nas comunidades de Canto e de Alto de Fora – Serrinha/Ba, 2019.



Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

Quando as mulheres acenam positivo para a contribuição dos homens no trabalho doméstico, as famílias apresentam algumas especificidades que alteram o comportamento masculino, como: moram sozinhos com suas genitoras; as mulheres com idade avançada não possuem mais condições de saúde para desenvolver alguns trabalhos domésticos, por isso tem a participação dos filhos e companheiros. Outra particularidade é a dinâmica assumida pelas mulheres que participam dos movimentos sociais, onde estas conseguem compartilhar com os homens as tarefas domésticas, tendo em vista o tempo em que elas passam fora de casa em atividades formativas e desenvolvendo trabalhos em grupos na produção de alimentos e artesanatos.

A base empírica desta pesquisa está referida às informações a partir da narrativa das mulheres rurais, e busca identificar em que medida o acesso das mulheres à cisterna de consumo humano alterou as relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho doméstico, visto que a separação de papéis hierárquicos é o *locus* prioritário da dominação masculina, cabendo

ao homem o papel de provedor na ocupação dos espaços públicos e às mulheres o papel de donas de casa, na ocupação dos espaços privados.

Desse modo, o modelo de organização hierárquica da sociedade empurrou as mulheres para marginalização nos espaços públicos; para a incipiente ocupação em cargos de destaque, a subvalorização da mão de obra feminina com desigualdade salarial, dentre outras inferências negativas atribuídas à questão de gênero. A ideologia das esferas “separadas” leva a considerar o espaço privado da família como lugar naturalizado do feminino, e o emprego remunerado e o mercado como espaço masculino por excelência (OLIVEIRA, 2005, p. 126). Essa relação assimétrica é verificada nas narrativas das mulheres ao se reportarem sobre suas atribuições no cotidiano rural. O relato da beneficiária a seguir dialoga com esse contexto:

Levanto de manhã fazendo as coisas de casa né, muita coisa pra fazer, arrumar tudo, lavar roupa cuidar de filho, são essas ocupações que é o dia todinho, dona de casa não para. [...] eu faço né, quando ele (o cônjuge) pode me dar uma ajudinha ele dar, mas tudo sou eu. Tem coisa, eu acho que é ele, o trabalho da roça, porque tem que tá ele na frente que eu não pego no pesado, algumas coisas leves que eu estou ajudando (Josélia Silva, 27 anos, Alto de Fora, 2019).

A percepção e prática das mulheres rurais sobre o seu papel, enquanto donas de casa e “ajudantes” do marido nas atividades fora de casa, é estruturante para a manutenção familiar, a partir da lógica androcêntrica internalizada socialmente. Para Oliveira (2005), a função de provedor, que é essencial para a sobrevivência do grupo doméstico, garante o papel de liderança ou de chefia deste núcleo para o homem, legitimando por sua vez a dominação masculina sobre os demais membros. Em outro contexto, a mudança do arranjo familiar (mulheres no papel de chefe ou de provedoras) corrobora para que elas tenham uma percepção mais proativa e de menor subordinação sobre a divisão sexual do trabalho. No depoimento abaixo, a participante se declara divorciada e provedora no seu domicílio:

Eu e o Lucas, a gente divide as tarefas [doméstica], e às vezes ele faz mais do que eu, dependendo de eu tá em casa, e quando ele sai quem faz é eu também, mas divide [...] Faço um pouco em casa, faço um pouco fora, agora mesmo não estamos trabalhando, nós trabalhamos uma vez por semana no grupo produção (Josefa de Jesus, 59 anos, Comunidade Canto, 2019 - grifo nosso).

A divisão sexual e social do trabalho doméstico faz acepção das tarefas realizadas por homens e mulheres. Os homens, além de dedicarem menos tempo para estes tipos de afazeres,

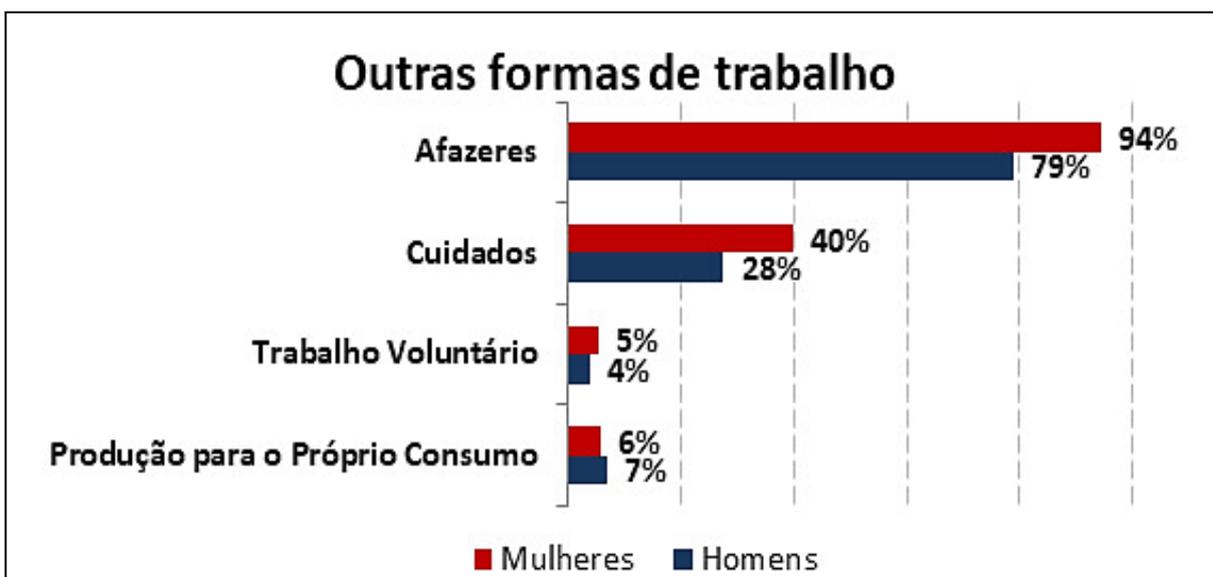
ainda desenvolvem aquelas que são consideradas para o sexo masculino. O depoimento da beneficiária entrevistada revela como ocorre essa divisão em casa e no roçado:

Tem o trabalho de casa. Eu tava limpando os feijãozinho de corda que estava dentro do mato e quando foi 11 horas eu sair na carreira pra aprontar o almoço, aprontei o peixe ligeiro...aí tem dias que eu tô dentro de casa aí ele [o cônjuge] vai e varre o terreiro, varre o fundinho, e também outra hora levanto cedo e limpo o feijão, limpo os pés de maxixe cedo porque a fresca está boa, aí ele faz o café. [...] Um ajuda o outro, quando ele está na roça, eu ajudo ele na roça (Antônia Coroa, 51 anos, Comunidade de Canto, 2019).

Geralmente, preparar os alimentos, lavar pratos, cuidar da casa e realizar as atividades domésticas ainda são considerados atribuições femininas, inclusive por elas próprias, levando em consideração que essa concepção foi introjetada socialmente como “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”. Quando o homem assume o papel de provedor da família, essa separação tende a ser ainda mais rígida, e em muitos casos, mesmo quando a mulher desenvolve trabalhos fora de casa, a sua renda é considerada uma ajuda e esta não é vista como co-provedora, reproduzindo a concepção de ajuda em ambos os casos; quando o homem contribui nas tarefas domésticas e quando a mulher contribui na renda familiar.

Os dados divulgados pela IPEA (2018), sintetizam a divisão sexual do trabalho doméstico no Brasil e outras formas de trabalhos atribuídos a homens e mulheres como um dos marcadores de desigualdade. Outro fator de sobrecarga para as mulheres é o cuidado com dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), como relata a beneficiária: “lavo, cozinho e passo, cuidado dos meus filhos, do meu pai que é cego, mora bem próximo a mim” (Clenilza Santos, Comunidade Alto de Fora, 2019). Essas atribuições são concebidas na maioria das vezes como sendo obrigação das mulheres e meninas, em que pese o fato de no meio rural isso se tornar ainda mais evidente, tendo em vista a dificuldade de acesso aos serviços públicos de suporte para esse tipo de cuidado, além de pesar as questões de valores familiares.

Figura 10 - Alocação do uso do tempo de homens e mulheres para trabalhos não remunerados.



Fonte: IPEA, 2018 – Em referência ao documento: Tendências nas Horas Dedicadas ao Trabalho e Lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil (2018).

Desse modo, de acordo com os dados (Figura 10), as mulheres dedicam 40% do seu tempo²⁰ ao trabalho do cuidado de dependentes desenvolvendo atividades como: preparo de alimentos, acompanhar o dependente ao médico, escola e exames. Entretanto, os homens colaboram apenas 28% e quando desempenham outras atividades, estas são relacionadas a produção para o próprio consumo pertinente à função de provedor, dentre outras tarefas como pequenos reparos em casa. Desse modo, na divisão sexual do trabalho doméstico, a separação de papéis hierárquicos onde é estabelecida a dominação masculina.

Nesta condição, Davis (2016) ressalta o papel das mulheres como protetoras da saúde da família e da comunidade, no plantio e colheita das plantas medicinais, além de enfermeiras e parteiras que ainda se fazem presentes nas comunidades rurais. É importante ressaltar a necessidade de superar a cegueira de gênero, a relação do capital e os significados atribuídos ao ser homem e ao ser mulher no mundo do trabalho. Para Cisne (2015), a feminização do trabalho implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital na exploração do trabalho desenvolvido pelas mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada.

²⁰ A desigualdade de gênero nas jornadas de trabalho é decomposta seguindo duas metodologias diferentes. Primeiro, realiza-se uma decomposição de médias, na qual o tempo médio de trabalho total, bem como o de mulheres ou homens, é tratado como o produto da incidência (proporção de pessoas trabalhando) vezes a duração média das jornadas de trabalho. Isto permite distinguir os efeitos diferenciados da realização de atividades (por exemplo, ocupação no trabalho pago) e a duração dessas atividades segundo gênero. Segundo, aplica-se uma decomposição de fatores do coeficiente de Gini, a qual consiste em tratar a desigualdade total de tempo de trabalho (coeficiente de Gini) como produto do coeficiente de concentração de cada tipo de trabalho (por exemplo, pago e não pago) vezes o tempo total trabalhado em cada tipo de trabalho (IPEA, 2018).

Essa opressão, muitas vezes silenciada e naturalizada decorrente da cultura patriarcal tem promovido discussões dentro dos movimentos de mulheres e feministas durante décadas. Apesar desta luta, Davis (2016) faz inferência a necessidade de avançar mais pelo reconhecimento das mulheres que são submetidas ao trabalho doméstico:

A insuficiência, se não a ausência, de uma discussão pública sobre a viabilidade de transformar tarefas domésticas em algo socialmente possível é um testemunho dos poderes ofuscantes da ideologia burguesa. O caso não é que o papel doméstico das mulheres não tenha recebido nenhuma atenção. Pelo contrário, o movimento de mulheres contemporâneo tem representado as tarefas domésticas como essenciais da opressão feminina [...]. Após chegar à conclusão que as tarefas domésticas são degradantes e opressivas principalmente porque constituem um trabalho não remunerado. [...] A reivindicação de que a dona de casa seja paga é baseada na suposição que ela produz uma mercadoria tão importante e valiosa quanto as mercadorias que seu marido produz no emprego (DAVIS, 2016, p. 234-235).

A perspectiva da equidade de gênero requer a valorização dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, não apenas no aspecto da remuneração, mas na viabilização das políticas públicas garantidoras dos seus direitos, criando as especificidades para as mulheres rurais, quilombolas, indígenas, das periferias, tendo em vista que as políticas universalistas não conseguem atender as demandas existentes.

3.3. Auto-organização das mulheres rurais – “Pelo direito de ter direitos”

A última Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, assegura a igualdade para todas as pessoas indiscriminadamente, e explicita que “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir eficácia desta disposição” (BRASIL, 1988). Mas, apesar de formalizar a responsabilidade do Estado na criação de mecanismos que garantam a implementação da lei, ainda vivemos em uma sociedade onde as desigualdades são naturalizadas e legitimadas quando os direitos não são efetivados.

É imprescindível recorrer às leis basilares para contextualizar a condição das mulheres e as normatizações impostas sob a hierarquização das relações, estabelecendo lugares e papéis que associam o sexo biológico feminino como sendo inferior, numa posição de subalternidade. “Do feminino, é lembrada apenas ‘a carga útil’, a parte nobre: da receptividade, ou até mesmo a catividade decantada de servidão ou inaptidão ao simbólico que lhes são tradicionalmente associados” (Collin, 2008, p. 8). Desnaturalizar as desigualdades e os papéis socialmente atribuídos ao feminino é essencialmente importante para as mulheres se reconhecerem enquanto

sujeitos políticos e, desse modo, repensar um modelo de sociedade onde as tomadas de decisões sejam igualmente partilhadas entre os gêneros, e assim alcançar a igualdade e efetivação dos direitos previstos na legislação, e historicamente foram negados.

Para Arendt (1988), o direito a ter direitos parte do processo de participação das mulheres nas disputas de poder, do conflito, o que lhes confere a condição de sujeito, já que foram confinadas aos espaços privados, não como o lugar da privacidade ou da intimidade, mas como o lugar da privação.

A partir da hierarquização das relações sociais de gênero, e com a subalternização da mulher em relação ao homem, seu papel foi reduzido ao de mãe e cuidadora, associada à incapacidade de tomar as próprias decisões. Isso foi, conseqüentemente, internalizado pelas meninas, visto que o papel de cuidar e educar as crianças foi designado às mulheres. Nesse sentido, as cores, brinquedos, brincadeiras, literatura são utilizadas como ferramentas de reprodução sexista na educação de meninas e meninos, condicionando escolhas e comportamentos a condição biológica, conforme menciona Ávila (2008);

A experiência empírica das desigualdades sociais entre homens e mulheres fez com que a relação de dominação entre os gêneros fosse tomada como inerente a própria “natureza” humana, refletindo, portanto, a força inexorável de um determinismo biológico (ÁVILA, 2008, p. 8)

Apesar de ter sua gênese em séculos passados, ainda perdura a condição desigual entre homens e mulheres que condiciona a tantas outras violações de direitos, não obstante aos esforços engendrados pelas mulheres em travar lutas históricas para reconfigurar o modelo de sociedade. Entretanto, ainda não foi o bastante para reverter os índices de desigualdades alcançados. Desigualdades essas que se materializam em todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural. Cisne (2015) destaca alguns elementos que consolidam as opressões vivenciadas pelas mulheres:

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submetem aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. Há, portanto, uma determinação social e não natural para a existência da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2015, p. 117).

O sistema de dominação e da opressão vivenciado pelas mulheres fundamenta-se no patriarcado e continua sendo hegemônico, uma vez que os direitos duramente conquistados

pelas mulheres, mediante processos históricos de lutas e resistências e por mais consistentes que possam parecer, são facilmente violados e negligenciados pelo Estado.

Essa forma de organização hierárquica entre os sexos deriva de relações sociais de poder em que, nas suas vertentes continuam sendo arranjos essencialmente masculinos; na vida social, política, econômica e cultural. Somente a partir do final do século XX é que essas relações simbolicamente construídas tiveram suas estruturas abaladas pelos movimentos organizados de mulheres e de feministas. Para ÁVILA (2008), no bojo dos movimentos foram criados instrumentos políticos e científicos para revelar as diversas formas de desvalorização das mulheres, e isso demonstra que as desigualdades advêm de fatores históricos e não essencialmente naturais, e desse modo, são passíveis de mudanças.

É importante destacar o protagonismo das mulheres e as mudanças desencadeadas a partir da sua auto-organização, dinamizando sua representação e, a partir daí sua inserção na construção das políticas públicas afirmativas e intervenções em outras políticas, muitas vezes carentes do viés de gênero. Nesse contexto surge, a partir da luta dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs), protagonizando lutas históricas como a Campanha de Documentação das Trabalhadoras Rurais, coordenada pelo então MDA e que tinha também o propósito possibilitar o acesso das agricultoras a outros documentos que viabilizasse mais participação das mulheres nas políticas de crédito rural, assistência técnica e extensão rural e comercialização. Outro avanço necessário foi a garantia da presença das mulheres nos Conselhos, nas Comissões e em outros espaços de proposição e controle social das políticas, visto que historicamente estes eram demarcados por ocupação e por dominação masculina.

A incidência política qualificada é indispensável e essencialmente importante para construção de pautas que promovam mudanças de concepções e práticas na elaboração de políticas públicas para efetivação dos direitos e autonomia das mulheres no meio rural. O depoimento de uma liderança enfatiza bem a importância dessa inserção nos espaços estratégicos e o reconhecimento da contribuição das mulheres:

Participamos do Conselho das Mulheres, Colegiado do Território do Sisal que também é um espaço de decisão e tem vários outros conselhos como o CMDRS [Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável], Conselho de Saúde. São esses os espaços de decisão que a gente tem ocupado, é o espaços onde a gente tem vez e voz pra dizer o que a gente tá querendo e de que forma queremos, então são discussões que a gente tem nas associações comunitárias, enfim são os espaços que a gente tem discutido essa questão a nível municipal e tem o regional também que a gente tem ocupado e podemos dizer também a nível de estado; tem o conselho da mulher e tem o CONSEA [Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional] é um espaço que a gente tem representatividade e tem o MMTR/NE que também é um espaço de

decisão que a gente discute a política pública que queremos (Jaci Barreto de Souza, MMTR municipal e Regional, 2019).

Esse processo de reivindicação das mulheres para participação nos espaços é resultado da ausência ou insuficiência das políticas universalistas, tendo em vista a pluralidade das mulheres e suas demandas em diferentes contextos e que através da incidência política coloca os sujeitos em diálogo com o Estado, como afirma Heilborn (2010):

Os movimentos sociais passaram a discutir com o Estado uma mudança no desenho das políticas. A pressão dos movimentos sociais explicitou que a gestão das desigualdades e as exclusões requeriam um mecanismo social que desse conta tanto do reconhecimento quanto dos aspectos redistributivos, na medida em que historicamente foi com base nas condições de pertença racial e étnica, de gênero, orientação sexual, política ou religiosa que as desigualdades e exclusões se assentaram (HEILBORN, 2010, p. 95-96).

É a partir desse prisma que os movimento e organizações sociais se disseminaram no Semiárido, dado o contexto de ausência de políticas públicas e negação de direitos às famílias, de modo especial as mais pobres e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Desse modo, o município de Serrinha/BA é uma das grandes referências em tecido social com organizações de mulheres diversas; com o MMTR, Secretarias e Coletivos de Mulheres dos Sindicatos de Trabalhadoras/es Rurais e, mais recentemente (2017) com o Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal, além da existência de grupos informais de mobilização. Além desses espaços femininos e feministas, vale destacar a ocupação das mulheres em cargos diretivos em outras organizações mistas, as quais tem protagonizado outras grandes e importantes lutas no exercício do poder de decisão, conforme explica a liderança sindical Maria dos Anjos:

Antes aquelas mulheres não tinha o conhecimento que elas têm hoje (...), muitas mulheres que já têm o conhecimento da importância que é a pessoa tá organizada na sua base. Agora mesmo com essa mudança da cisterna que várias famílias foram beneficiadas e hoje elas são produtoras, elas produzem, elas têm a horta, tanto pra o consumo quanto pra vender, já é uma renda a mais pra a família. Eu acho que cada dia que a pessoa vai participando de uma atividade na comunidade, cada dia, cada uma de nós que participa de atividade e de algum espaço a gente aprende, é como uma escola pra gente (Maria dos Anjos Santos, Comunidade Subaé, 2019).

As comissões municipais e regionais de água, através do P1MC, previam a participação equitativa, garantindo a inserção de mulheres lideranças através do debate para implementação da política hídrica para a captação e armazenamento de água da chuva através das cisternas de

placas no semiárido. Denominada Primeira Água, para as mulheres o programa se estabeleceu com o propósito da conquista da liberdade, pelo fato de não mais terem que dedicar quase metade do seu tempo diário à busca de água para a família, processo este que, por outro lado, abre espaço para a realização de outras tarefas e ações e para o debate familiar e comunitário sobre a quem cabe o abastecimento da água dentre outras tarefas domésticas, além de aproximar e viabilizar a participação das mulheres nas organizações locais como associação e grupos produtivos, como afirma a liderança comunitária Tereza Rocha:

Eu vejo muitas mulheres dizer que quando veio a água aumentou o tempo delas pra participar de outras atividades, das reuniões, muitas mulheres passaram a estudar e ter mais tempo pra cuidarem de suas próprias vidas e ter mais tempo pra participarem dos espaços, tempo pra aumentarem sua renda, fazendo doces pra tá vendendo nos colégios, além do conhecimento que elas tiveram e do desenvolvimento, porque as mulheres eram tímidas e à medida que iam participando perdiam a timidez (Tereza Rocha, Comunidade de Canto, 2019).

Nesse sentido, cabe o olhar das mulheres sobre o pensar as políticas públicas tendo, em vista as desigualdades de gênero e exclusão ainda presentes em espaços de poder para as tomadas de decisões que interferem em suas vidas. Sendo assim, é imprescindível que a voz das mulheres seja ouvida sob a condição de promover a equidade e o pleno exercício da cidadania, de modo a ampliar a representação sociopolítica e participação na vida pública. Mas antes, é necessário mexer nas estruturas patriarcais de tal modo que corrija as assimetrias de gênero também na vida cotidiana, possibilitando o acesso aos direitos básicos como saúde, educação, segurança, vivências familiares mais justas e equitativas, sobretudo possibilitar uma divisão justa do trabalho e do cuidado na esfera privada.

Não temos a intenção de aprofundar e nem tão pouco esgotar a discussão que emerge no bojo dos movimentos de mulheres e feministas, sejam elas rurais ou periurbanas, mas de chamar a atenção para a necessidade de pensar mecanismos que garantam a ampla participação social das mulheres nas tomadas de decisões, seja nos espaços privados, seja nas esferas de poder institucionalizadas capazes de avançar na garantia e efetivação dos direitos, na perspectiva de desnaturalizar as desigualdades sociais e fortalecer o protagonismo das mulheres como sujeitos políticos autônomos.

4. ÁGUA COMO DIREITO HUMANO: A VIDA DAS MULHERES APÓS AS CISTERNAS- RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA NO TERRITÓRIO DO SISAL.

Nesta seção será analisada a implementação do Programa Um Milhão de Cisternas, tendo em vista a abordagem de gênero e as mudanças proporcionadas na vida das mulheres rurais. Nesse aspecto, as narrativas das mulheres são ferramentas preponderantes para tal análise, considerando aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais, comparando contextos do antes e após as cisternas. Os aprendizados e desafios inerente ao acesso à política hídrica como condição necessária para o bem viver dos povos do Semiárido devem levar em consideração a democratização da participação das mulheres como sujeito político de modo que articule gestão, relações de poder e autonomia.

4.1. O direito humano à água e as mulheres enquanto sujeitos autônomos de direito.

Diante de todo contexto vivenciado pelas mulheres rurais e citado anteriormente, reconhecemos que existem lacunas a serem analisadas sobre as políticas hídricas implementadas e a não inclusão das mulheres nas tomadas de decisão e no planejamento, já que na ausência ou insuficiência de água o peso dos impactos negativos recai sobre as mulheres e meninas, tendo em vista as relações hierárquicas e a divisão sexual do trabalho doméstico.

A análise de gênero na gestão dos recursos hídricos e a participação das mulheres para concepção e aplicação de políticas públicas de água foi reconhecida e ratificada pelos organismos internacionais a exemplo da Conferência Internacional Sobre a Água organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, salientando quatro importantes princípios para guiar as políticas da água e o desenvolvimento sustentável, como:

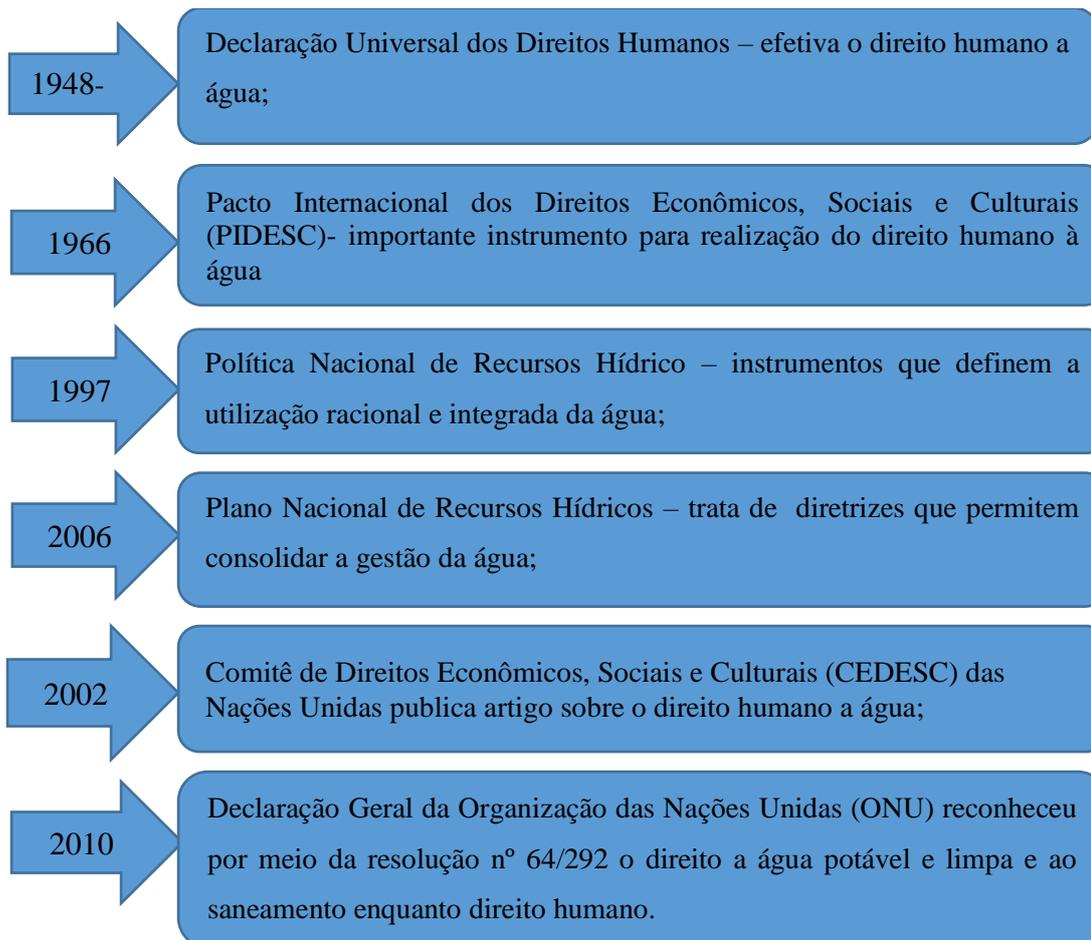
- 1-A água como recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, do desenvolvimento e do meio ambiente;
- 2-A gestão e o desenvolvimento dos recursos hídricos devem ser baseados em mecanismos de participação, envolvendo os seus usuários, projetistas e governos de todos os níveis;
- 3-As mulheres têm um papel fundamental na provisão, gestão e proteção dos recursos hídricos;
- 4-A água tem valor econômico para todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

Essa dimensão de gênero na política hídrica foi também defendida em outros eventos globais, visto que somente a partir da década de 1980 as mulheres passaram a ser consideradas como sujeitos de direitos nas políticas e na distribuição de água. No âmbito político, o papel das mulheres começou a ser reconhecido nas políticas hídricas na Agenda 21, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável e equitativo (FAÇANHA, 2019). A Agenda 21 é considerada um importante instrumento de construção da democracia participativa do país, na elaboração de políticas públicas, tendo como eixo central a sustentabilidade, conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. No Brasil, esse processo ocorreu no período de 1996 a 2002 (BRASIL, 2019).

A democratização à gestão da água deve ser considerada uma premissa para autonomia e soberania dos povos sobre um bem que lhes pertence. Para isso, a água como um ativo eco social não deve ser associada apenas aos usos econômicos dos recursos hídricos, mas como parte da gestão integrada de um território (SILVA, 2015). Desse modo, considerar a participação das mulheres nas tomadas de decisão enquanto sujeito político é contribuir para promover a equidade de gênero e justiça social, de modo especial no meio rural onde as desigualdades de oportunidades para as mulheres e meninas são ainda mais latentes, tendo em vista as dificuldades de acesso à água e outros bens necessários para a vida.

Os organismos internacionais ratificam a água enquanto um direito humano e o Estado brasileiro é signatário deste reconhecimento e estabelece princípios norteadores sobre o acesso e uso da água de modo que seja assegurado às populações mais vulneráveis, o que implica seguir a lógica do direito e não as regras restritas do mercado (COSTA, 2013). Para isso, acordos e convenções internacionais asseguram em seus documentos essa premissa para que no percurso da elaboração e implementação de políticas hídricas, não sofra em seus processos, qualquer tipo de omissão para efetivar o direito à água, (Figura 11) a seguir:

Figura 11 - Linha do Tempo de Marcos Legais – reconhecimento do direito de acesso à água de qualidade e em quantidade.



Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

O Brasil, como signatário destes acordos e convenções, criou as condições necessárias para que as leis e as políticas viessem a ser implementadas, em muitos momentos da história reproduziu modelos inadequados as regiões, clima e necessidade da população, o que feriu e violou o direito humano reconhecido e assegurado, mas não efetivado, já que todas essas diretrizes e princípios fundamentais deixa subentendido, em alguns casos explícito, que a água constitui um direito do povo e obrigação do Estado, conforme afirma o autor:

O fato de o Estado Brasileiro ter ratificado os tratados e acordos internacionais sobre o direito humano à água e ao saneamento significa que o mesmo assume este conjunto de obrigações, devendo assim dispor de todos os instrumentos necessários para alcançar este direito a toda a população do território nacional, valendo-se dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estaduais e municipais. Violações dos direitos humanos ocorrem quando estes não são respeitados, protegidos, promovidos ou realizados (COSTA, 2013, p. 131).

Os instrumentos legais e acordos internacionais não foram suficientes para garantir à população brasileira o direito irrestrito à água de qualidade e em quantidade, ou seja, não se criou condições suficientes para que a água chegasse às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive aquelas do Semiárido, até haver mudanças no cenário político e abertura para diálogos e mobilizações sociais em torno desta problemática, considerando que já haviam estudos e pesquisas que apontavam alternativas de ampliação do acesso à água diante do fenômeno cíclico de longos períodos de estiagem. Ou seja, a dificuldade de se obter água no Semiárido foi falta de vontade política. E essa situação só começou a ser modificada a partir de 2003, quando a mudança política nacional proporcionou o desenvolvimento de políticas sociais, dentre elas, a disseminação da tecnologia social “Cisternas de Placas” (ARSKY *et al.*, 2013).

4.2. O Programa Um Milhão de Cisternas e a inclusão das mulheres

A cisterna é uma tecnologia popular para captação de água da chuva que escorre do telhado das casas, e a água é captada pelas calhas das telhas e cai diretamente nas cisternas, onde é armazenada (Brasil, 2013). Muito mais que um recipiente, a cisterna representa a conquista do povo do Semiárido por um direito historicamente negado e negligenciado pelo Estado em função de políticas universalizantes que não atenderam as necessidades específicas, inclusive de acesso à água no meio rural. Para as beneficiárias, essa tecnologia apresenta significados diversos e mudanças relevantes em suas vidas, desde questões de saúde, participação social, possibilidade de geração de renda e segurança alimentar, como afirma Clenilza Santos (Comunidade Alto de Fora, 2019): “Como a cisterna agora tá pertinho, ganho mais o tempo de labutar em minha horta, de plantar na roça e com os meus filhos também, ajudo na tarefa das crianças, tem mais tempo”. Através das narrativas das mulheres é possível compreender a dimensão da importância das cisternas nas suas vidas, ainda que não resolva todas as questões referentes à água, até porque esse não é o objetivo, mas promove mudanças individual, familiar e comunitária.

A cisterna de placa é denominada primeira água (beber e cozinhar) com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional das famílias visto que antes, as condições de vida no Semiárido eram precárias e a água consumida era de qualidade duvidosa, sendo que a inadequação do consumo gera grande influência sobre a saúde das pessoas.

Figura 12 - Cisterna de placa para consumo humano (beber e cozinhar).



Fonte: Acervo do MOC, 2020.

Cisternas consiste, fundamentalmente, em um reservatório cilíndrico com medidas básicas de 3,4m de diâmetro por 2,3m de altura, com capacidade de armazenar 16 mil litros de água, o que permite suprir a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses (ARSKY *et al.*, 2013, p. 143).

Reconhecer a água enquanto direito humano e as ações articuladas em torno dessa pauta com o governo, tornou o Semiárido brasileiro um território onde a vida pulsa e o povo resiste, um lugar de possibilidades e de viabilidade, contrariando a lógica assistencialista das políticas inadequadas de combate à seca, que promoveram a ainda persistente miséria em face da situação de vulnerabilidade socioeconômica e política da população. Nesse contexto de pequenas mudanças, renasceu na população o sentimento de pertencimento com a construção de redes de resistência, mobilizadas e convocadas pela Articulação do Semiárido (ASA, 2020), com o propósito de enfrentar o modelo dominante de desenvolvimento imposto ao meio rural que só provocou concentração de terra e água. Contrapondo a essa lógica, a ASA juntamente com as organizações que a integram, tem mobilizado a construção de um processo democrático

de participação e acesso à água de qualidade, em quantidade e regularidade com implementação de políticas e ações adequadas para convivência com o Semiárido.

Assevera-se que não se trata de uma avaliação do P1MC no sentido estrito do termo, mas de analisar questões relacionadas à participação, dimensão de gênero e como o acesso à água se articula em torno da vida das mulheres rurais e das mudanças a elas proporcionadas, visto que, na divisão sexual do trabalho doméstico, as mulheres e as meninas ainda são consideradas as principais responsáveis pelo abastecimento do lar e o cuidado com a água. É importante questionar o lugar das mulheres nesse processo de participação e gestão das águas; se apenas como beneficiárias ou se exerceram ou exercem papel de protagonistas nas tomadas de decisão e na gestão das políticas hídricas. A participação das mulheres é fundamental para assegurar que os aspectos de gênero no acesso à água sejam abordados efetivamente por intermédio da lei e da política (BROWN, 2010, *apud* FAÇANHA 2017, p. 344). Nesse aspecto, ressaltamos a necessidade de levar em consideração a participação das mulheres nas tomadas de decisão, tanto na elaboração da política quanto à sua implementação para assegurar de fato seu caráter democrático e inclusivo.

A esse propósito, o Brasil ensaiou processos interessantes no reconhecimento das mulheres enquanto sujeito de direitos, criando em 2003 a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), fruto de um longo processo de mobilização das organizações de mulheres e feministas em torno da pauta, com foco na promoção da igualdade de gênero e que, em seguida, traz o princípio da igualdade de condições entre homens e mulheres. A SPM fomentou o desenvolvimento de políticas para as mulheres na perspectiva de eliminar todas as formas de discriminação de gênero e violação dos direitos humanos das mulheres. Para isto, foi lançado em 2004 o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), através das conferências e outras formas legítimas de escuta das mulheres sobre suas principais demandas contidas nos 11 eixos do plano.

As políticas públicas devem ser elaboradas considerando as desigualdades vividas pelas mulheres e as relações hierárquicas de poder que estruturam a sociedade e promovem sucessivas negações de direitos, assim como promovem violências. As formas de opressão são múltiplas como gênero, classe e raça, de modo que essas assimetrias que subtraem das mulheres a condição de sujeitos de direito, só podem ser corrigidas com políticas estruturantes focadas nas especificidades das mulheres e, ao mesmo tempo, possa lhes garantir acesso e poder de decisão sobre questões que impactam suas vidas, como é o caso da água, de modo especial, em comunidades rurais em que a possibilidade de acesso é menor, de modo que:

Para o planejamento de gênero, a análise dessas dinâmicas é muito relevante, pois determina não somente a posição de mulheres e homens em relação a política pública, como os impactos que tal política poderá produzir sobre as relações de gênero no sentido de enfrentar as desigualdades ou, pelo contrário, agravá-las. De uma perspectiva de gênero, há grandes diferenças entre ter acesso e controle. As mulheres podem ter acesso a uma propriedade, mas não o controle sobre seu uso; acesso a renda, mas não sobre os gastos; participação em processos políticos, mas não o poder de decisão. Portanto, o planejamento da política pública deve estabelecer medidas que garantam que seu desenvolvimento viabilize a equidade entre mulheres e homens (HEILBORN, 2010, p. 80).

Deste modo, avaliar o acesso das mulheres às políticas públicas de água, requer também ampliar e proporcionar espaços de intervenção em todas as etapas da política. É importante destacar a relevância da participação das mulheres lideranças nas comissões municipais e regional de água, tendo em vista seu amplo conhecimento sobre as necessidades da comunidade, já que atuam nos movimentos comunitários e/ou municipais, como bem afirma dona Tereza Rocha.

Faço parte da comunidade de Canto, no momento faço parte como sócia e já fiz parte da diretoria em vários mandatos. Já fui diretora da APAEB Serrinha durante 22 anos, já fui diretora da ASCOOB Serrinha durante 10 anos, e hoje estou fazendo parte do COGEFUR que é Conselho Gestor do Fundo Rotativo, sou também do conselho fiscal do MOC, já fiz parte da Comissão de Água, desde quando começou. Antes de começar o programa [PIMC] a gente já fazia parte de uma discussão, fiz parte da comissão municipal, primeiro representando a igreja católica e depois fui fazer parte representando a APAEB, não sei se você sabe, mas a experiência do programa um milhão de cisternas foi construída aqui na comunidade, no ano de 2000/2001 (Tereza Rocha de Souza, Associação Comunitária de Canto, 2019 - grifo nosso).

Reconhecer o potencial das mulheres e garantir efetivamente a sua participação nas tomadas de decisão é de grande relevância para promover inclusão e autonomia, tendo em vista a estruturação da sociedade pautada em valores patriarcais e que ainda se mantém muito presentes no modo de viver no meio rural. As lideranças têm tido um papel crucial na intervenção das decisões nos espaços comunitários e outros marcos, como afirma Tereza Rocha:

Os benefícios vieram porque tinha pessoas que representava a gente na ASA e tinha conhecimento da necessidade das mulheres. Tinha participação das mulheres em todo Nordeste. As mulheres iam dizer que falta além da água falta terra pra produzir porque a terra é pequena, mesmo que tenha a água não tem terra bastante (Tereza Rocha de Souza, Associação Comunitária de Canto, 2019).

A participação das mulheres nesses espaços aponta para limites, desafios e questões que extrapolam a políticas hídricas, mas que é um elemento estruturante para a vida das pessoas que moram nas áreas rurais e não possuem o suficiente para viver com mais dignidade – o acesso à terra e à água. Essa percepção de avanços e limites das políticas precisam perpassar pelo olhar dos sujeitos que estão na ponta, que são as próprias beneficiárias.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) tem na família rural seu foco principal, porém, os efeitos das suas ações se estendem por toda comunidade, desde a melhoria na frequência escolar das crianças, redução dos casos de doenças causadas pelo consumo de água contaminada, mais tempo para as mulheres se dedicarem a outras atividades como os grupos de produção e atuação nos movimentos de mulheres. Desse modo, os povos do Semiárido vão construindo uma nova história reescrita com lutas, organização e participação comunitária (ASA, 2019). A atuação das lideranças no processo de organização para implementação das cisternas possibilitou análises de questões relacionadas à vida das mulheres e suas famílias, como afirma uma liderança do MMTR:

As tecnologias mudaram bastante a vida das mulheres e as cisternas de consumo humano porque carregava água a uma certa distância, eram vários quilômetros e as mães que tinha filho pequeno e não tinha nenhum animal tinha que carregar água na cabeça e dar várias viagens pra pegar água. Agora com essas tecnologias, a cisterna na sua casa facilita bastante, além dela ter a água de mais qualidade ela tem tempo de fazer seus afazeres e ainda faz parte de alguma produção e algumas atividades relacionadas, facilitou bastante a vida de cada uma. Uma grande parte das mulheres participam dos grupos de produção que elas produzem pra merenda escolar e às vezes pra alguns supermercados e isso aí já rendeu a renda familiar que ela faz produto na sua comunidade e não tem necessidade dela está se deslocando da sua comunidade pra vim pra sede, uma vez que ela não tem transporte disponível pra fazer isso. Quando melhora a renda familiar facilita tudo, tanto pra elas quanto pra os filhos pra educação, enfim, em tudo pra a família (Jaci Barreto de Souza, Coordenadora do MMTR, 2019 – Integrou a Comissão Municipal de Água).

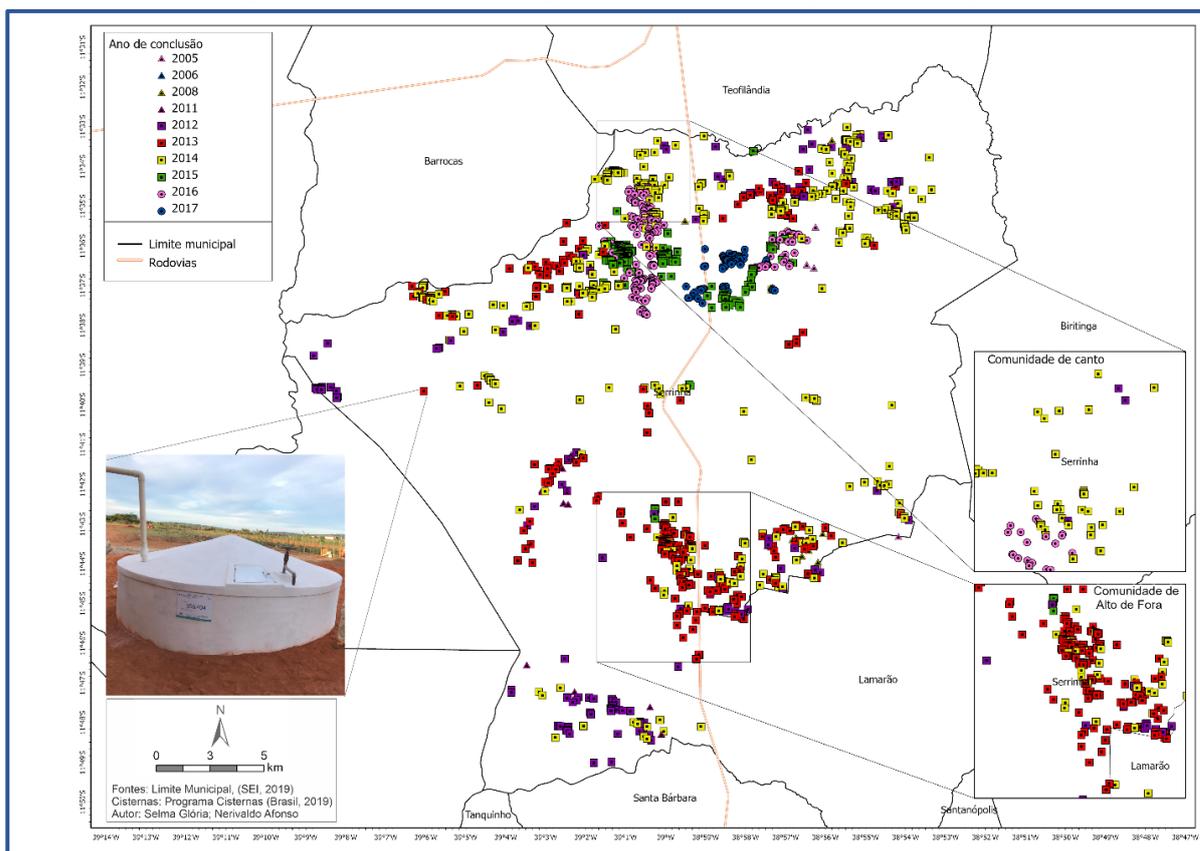
Neste caso, como em outros encontrados na pesquisa, é nítida a contribuição do P1MC para a autonomia das mulheres, bem como na segurança alimentar e nutricional e para a geração de novas ocupações. Esse, certamente, não é o objetivo central da política, mas é um desdobramento que interviu na vida das mulheres e de seus familiares, conforme depoimento de uma beneficiária: “Tenho um grupo de produção de sequilhos que a gente passa para o PNAE, que a gente faz sequilhos, bolo, pão de batata, comercializa na cooperativa de Serrinha” (Maria de Jesus Oliveira, Comunidade de Canto, 2019). Esse processo de auto-organização para geração de renda foi uma das estratégias que as mulheres encontraram para superar as burocracias de acesso ao mercado institucional, visto que estavam articuladas com cooperativas

locais que possuem estrutura legal para concorrer às chamadas públicas, de modo especial, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Esse depoimento é parte do cotidiano das mulheres rurais, que a partir da organização e participação comunitária e acesso às cisternas, vão identificando novas demandas e se articulando em movimentos e associações como estratégia de fortalecer as vozes ali instaladas e quase nunca ouvidas. Certamente não é o objetivo central da política, mas um desdobramento do seu processo político pedagógico de provocar mudanças na perspectiva da participação cidadã para convivência com o Semiárido. “O processo formativo é uma tarefa permanente e deve acontecer sempre de forma integrada com o engajamento social, numa dinâmica de ação-reflexão” (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 78).

Mas afinal, o que é o PIMC e como está estruturado? Quais resultados são atribuídos às mulheres pelo acesso e participação na implementação dessa política hídrica? A intenção não é descrever o programa, mas situar as leitoras e os leitores para compreender os resultados da pesquisa decorrentes do acesso das mulheres rurais à cisterna de placa de água para consumo humano. É nessa perspectiva que o primeiro programa desenvolvido pela ASA, no início dos anos 2000, visava atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber. Com esse intuito nasce o Programa Um Milhão de Cisternas, o PIMC, com objetivo de melhorar a vida das famílias que vivem no Semiárido do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade (ASA, 2019). No município de Serrinha/BA, foram implementadas cisternas para consumo humano nas comunidades rurais que tinham dificuldade de acesso à água de qualidade (Figura 13).

Figura 13 - Mapa das cisternas para consumo humano implementadas no município de Serrinha/BA (2005-2017).



Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus e Nerivaldo Afonso, 2020.
Base de dados: SEI, 2019; Programa Cisternas, 2015.

O mapa se refere ao período de 2005 a 2017, no entanto este processo foi iniciado anos anteriores através do apoio de organismos internacionais em parceria com organizações da sociedade civil, como o MOC. Os dados mais recentes obtidos são de 2019, inerentes à operacionalização desta tecnologia pelo governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, totalizando 1.381 cisternas em comunidades quilombolas. Esse processo tem sido minorado no âmbito do Governo Federal devido aos desmontes da política e corte nos orçamentos inviabilizando sua efetivação. Frente a isso, a ASA junto a outras organizações tem resistido para manter a rede viva e com capacidade de mobilização social.

A bandeira de luta que a ASA ergue para convivência com o Semiárido está para além de implementação de tecnologias. Tem propósito mais amplo que vai desde a produção agroecológica e segurança alimentar, democratização da comunicação, até a educação do campo contextualizada, dentre outros aspectos que tem como pano de fundo o exercício da cidadania para efetivação de direitos. Esse leque de possibilidades de vida digna no Semiárido

tem promovido o fortalecimento das organizações sociais locais (associação, movimentos de mulheres, sindicatos) em torno de uma pauta única: Políticas de Convivência com o Semiárido. Para isso, as famílias vivenciam um modo completamente novo de acessar políticas e serviços públicos em suas comunidades. Ao invés de ações que chegam prontas e para as quais não são sequer consultadas, o desenvolvimento do P1MC nas comunidades envolve, mobiliza e convoca as famílias a serem parte de todo o processo de implantação (ASA, 2020).

O P1MC é uma tecnologia social e foi reconhecido pela Fundação Banco do Brasil e consta no banco de TS tendo em vista seu baixo custo, capacidade de replicação para resolução de um problema social que afeta uma grande parcela das populações, inclusive aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tecnologia Social implica na descoberta de demandas e necessidades sociais – identificar a raiz do problema na interação com os diversos atores sociais para que as ações definidas tenham um impacto desejado na resolução das demandas (ITS, 2007). A partir destas e outras dimensões, as cisternas de placas são reconhecidas enquanto uma tecnologia social e tem mudado a vida das pessoas do Semiárido, de modo especial, a das mulheres e meninas, pelas razões já mencionadas no percurso da pesquisa.

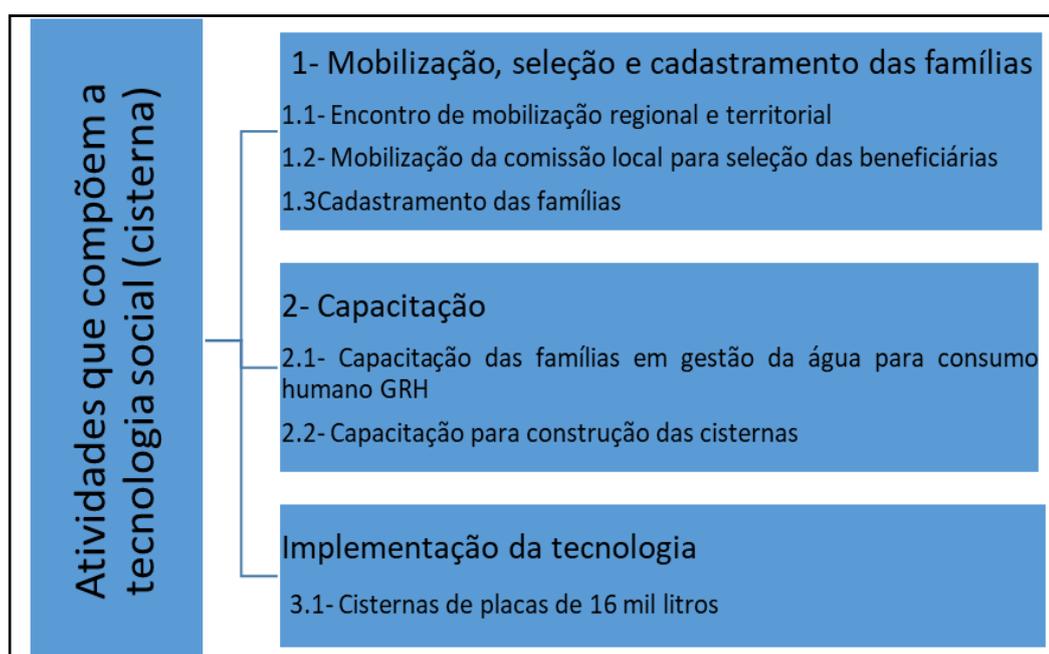
Nesse aspecto, a TS é considerada uma ferramenta necessária para a construção de um outro modelo de sociedade, mais inclusiva e socialmente justa por possuir características como:

Participação comunitária nos processos decisórios de escolha tecnológica, o baixo custo dos produtos ou serviços finais e do investimento necessário para produzi-los, a pequena ou média escala, simplicidade. Os efeitos positivos que sua utilização traria para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e para o meio ambiente. [...] É um conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida (ITS, 2007, p. 29).

Podemos considerar o P1MC um modelo contra hegemônico, tendo em vista as características e metodologias adotadas que se contrapõe às políticas anteriormente implementadas e que não resolveram o problema da falta de água no Semiárido, já que não se adequava a região e não atendia as demandas das famílias que continuavam sem acesso à água de qualidade e em quantidade, além de manter as pessoas tuteladas e dependentes das oligarquias que, na maioria das vezes, exigiam troca de água por voto. Constatamos, porém, que não era falta de água, mas de políticas adequadas à convivência com o Semiárido com participação e inclusão social.

Para Oliveira (2015), as políticas precisam responder não apenas aos grupos minoritários organizados que possuem capacidade de pressão, mas também à maioria das pessoas que não se encontram organizadas, além da necessidade de criar mecanismos de participação e ampliação de representações da sociedade civil. Nesse sentido, a ASA conseguiu aglutinar diversas organizações e sujeitos em âmbitos diferentes de participação e tomadas de decisão política (comissão regional e municipal de água, famílias beneficiárias, associações comunitárias) e isso se deu a partir da metodologia empregada para implementação do P1MC, conforme Figura 14 abaixo:

Figura 14 - Atividades que compõem a implementação das cisternas.



Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

Base de dados: PROGRAMA CISTERNAS, 2015.

Nota: Manual do Programa Cisternas - Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água, Modelo de Tecnologia Social de Acesso a Água, Nº 1, Cisternas de Placas 16 mil litros (PROGRAMA CISTERNAS, 2015).

Outro elemento relevante que reporta a questão de gênero é o processo de seleção de beneficiárias/os, o qual deve se adequar aos critérios previamente estabelecidos pelo Programa Cisternas (atualmente o Programa está integrado ao Ministério da Cidadania), dentre eles, famílias monoparentais femininas com maior número de crianças e idosos, o que credencia à mulher a titulação da cisterna, ou seja, é cadastrado o bem em seu nome. Essa perspectiva de gênero assegurada, contribui para impulsionar a autonomia das mulheres e a participação nas tomadas de decisão no espaço privado e conseqüentemente, fora dele, o que pode gerar o acesso

a outros direitos, tendo em vista a participação comunitária, auto-organização e mobilização social, o que gera ampliação de conhecimentos.

O processo de participação das famílias nos cursos de GRH é orientado para aprofundar questões como o zelo pela cisterna e o uso adequado da água com a finalidade de beber e cozinhar. Como se trata de água para uso doméstico, geralmente essas atividades tem uma participação majoritariamente 80% das mulheres nos cursos realizados, de acordo com relatórios do MOC (2011). Ao mesmo tempo em que se proporciona a participação das mulheres, por outro lado, reforça a divisão sexual do trabalho doméstico, de modo que o cuidado com a água para uso no domicílio é concebido culturalmente como trabalho de mulher.

O Programa Cisternas ficou incorporado na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com orçamento no governo federal previsto no Plano Plurianual (PPA), de modo que adotou a metodologia proposta pela ASA, já que foi idealizado nessa rede em conjunto com as organizações que dela fazem parte, visto que o programa possui um caráter social e participativo, inclusive com a premissa de que é a cisterna seja reconhecida pelas famílias como direito conquistado, não como doação, o que gera sentimento de pertencimento e valorização do papel dos sujeitos nas tomadas de decisão.

4.3. A vida das mulheres após as cisternas – Tecendo os fios da vida no Semiárido.

A perspectiva de gênero presente no programa de cisternas a partir da sua metodologia adotada e implementada na seleção de beneficiárias, de modo que as famílias chefiadas por mulheres são prioridade na conquista da cisterna, torna o Semiárido um espaço de possibilidades onde as mulheres reescrevem suas histórias que estão presentes nas narrativas extraídas dos estudos de campo, de modo que podemos compreender os avanços e desafios ainda vivenciados após a implementação do PIMC no meio rural, especificamente no município de Serrinha/BA.

No Semiárido, a tarefa de providenciar água para uso doméstico culturalmente ainda é atribuída às mulheres e também às meninas. Corroborando com Soares (2009), é importante ressaltar que a água que elas precisam prover beneficia toda família. Sendo assim, encontrada perto de casa proveniente das cisternas, oferece mais comodidade e segurança alimentar e nutricional para todos os membros. Nesse sentido, os questionamentos apresentados vêm no sentido de problematizar a dimensão dos benefícios da cisterna para as mulheres ou atribuí-los a toda família que goza desse resultado. No entanto, podemos afirmar que houve uma

reconfiguração na divisão sexual do trabalho? As relações de gênero foram revistas ou adaptadas a essa nova realidade? O que as mulheres fazem com o tempo que antes era dispendido em função das longas caminhadas para prover a água?

A tarefa de acordar cedo e abastecer a casa de água para o uso doméstico era exaustivo para as mulheres, além de interferir no desempenho educacional e social das meninas, que precocemente são responsabilizadas junto com suas genitoras. “Graças a Deus foi uma benção. Ficou melhor né, que nós mulher tem que fazer tantas coisas [...], sem água a gente não é ninguém e tendo água perto de casa tá sendo muito bom, às vezes até descansa mais” (Josélia Silva, 27 anos, Comunidade Alto de Fora, 2019). A relação das mulheres com a água não deve ser concebida como algo inerente à natureza feminina, já que é engendrada pelas relações socioculturais impostas e naturalizada pelos resquícios do patriarcado, que por vezes define papéis e valores familiares, sobretudo nas comunidades rurais onde essas questões ainda são mais preservadas. Quando a participante afirma que “as vezes até descansa mais”, em seguida, ela narra situações nas quais fica subentendido que este tempo é dedicado aos afazeres domésticos, no cuidado com os filhos e no roçado:

Levanto de manhã fazendo as coisas de casa né, muita coisa pra fazer, arrumar tudo, lavar roupa cuidar de filho, são essas ocupações que é o dia todinho, dona de casa não para. [...]eu faço né, quando ele pode me dar uma ajudinha, mas tudo sou eu. [...]...Só na roça mesmo pra trabalhar, a gente trabalha todos os períodos, mas agora que é mais nem tem que plantar, depois vem limpar, depois arrancar, outras vezes que vai plantar uma mandioca, vai limpar, uma batata, durante o ano todo tem trabalho, tem que ter né, aparece (Josélia da Silva, Comunidade Alto de Fora, 2019).

A percepção das mulheres a respeito da sobrecarga com o trabalho doméstico é, ao mesmo tempo, uma denúncia e uma aceitação como parte das suas obrigações enquanto mulher, esposa e mãe. Esses relatos se repetem na maioria dos depoimentos, tanto numa abordagem individual, quanto coletiva, inclusive quando falam que os companheiros às vezes dão uma “ajudinha”, o que na realidade deve ser considerado como responsabilidade da família. É importante ressaltar que nesse contexto pós cisternas, as mulheres dedicam seu tempo ao trabalho doméstico, à produção nos quintais e roçados, além de participar de espaços público como feiras agroecológicas, grupos de produção e envolvimento nos espaços comunitários conforme relato: “Faço parte do movimento de mulher/MMTR, cooperativa/COOPAF. A cooperativa é de produção [...] Até agora a gente não tá produzindo para o PNAE, mas aí nós fazemos pão toda quinta feira, nós produzimos pra vender na comunidade” (Josefa de Jesus, 59 anos, Comunidade Canto, 2019).

As mulheres que integram os grupos de produção geralmente estão articuladas com as cooperativas de produção e comercialização, já que os grupos são informais e não podem participar das chamadas públicas para acessar o PNAE e outras políticas públicas de comercialização de alimentos. Outra alternativa que elas encontram para escoar seus produtos são as feiras agroecológicas que funcionam no município de Serrinha/BA, como afirma outra participante da pesquisa: “Eu planto os pés de fruteira aí quando tá dando os fruto eu pego e vendo, pra feira, mas né direto não, só dia de sábado mesmo pra ajudar na manutenção da casa, a gente que não tem emprego certo, e tem uma coisinha pra ir ajudando” (Antônia Coroa, 51 anos, Comunidade de Canto, 2019).

Pelas narrativas apresentadas sobre a vida das mulheres após as cisternas, é perceptível que oportunidades foram geradas, diferente de antes quando as expectativas e perspectivas eram limitadas pela dificuldade do acesso à água, pois, na maior parte do seu tempo elas estavam se dedicado à provisão da água para a família. É importante destacar que os esforços envidados pelas mulheres com o uso do tempo adquirido se concentram no bem-estar da família, na produção de alimentos, no cuidado com os filhos, na geração de renda para o sustento familiar e, em alguns casos, na participação social dos espaços comunitários.

Ao percorrer as seções anteriores é possível refletir, a partir dos depoimentos das mulheres, sobre os vários aspectos das subjetividades que se apresentam no cotidiano delas e refletem em novos comportamentos diante de possibilidades e oportunidades geradas através do acesso as cisternas para consumo humano (primeira água). Do mesmo modo, destacamos a atuação coletiva comunitária que provoca uma leitura de mundo diferente da anterior às cisternas, de modo a conceber um olhar integral sobre a vida das mulheres rurais no que se refere aos aspectos político, econômico, social e cultural.

É importante aqui reconhecer a trajetória das mulheres e todas as conquistas realizadas, mesmo diante de cenários socialmente desfavoráveis, onde elas lutaram pelo reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e têm promovido mudanças significativas nas suas vidas, na vida das famílias e nas comunidades. É válido afirmar que há avanços interessantes pontuados pelas mulheres e que tem gerado mais autonomia nas suas vidas, entretanto, ainda não podemos conceber como empoderamento no sentido mais conceitual, tendo em vista as nuances presentes nas relações sociais de gênero e na divisão do trabalho doméstico e do cuidado. Entretanto, não podemos negar as mudanças que ocorreram nas últimas décadas no Semiárido, e estas refletem diretamente no cotidiano das mulheres rurais.

O quadro abaixo demonstra parte da síntese das narrativas das mulheres nas comunidades de Canto e Alto de Fora em Serrinha sobre mudanças vivenciadas após o acesso as cisternas a partir do Programa Um Milhão de Cisternas.

Quadro 5 - Síntese das narrativas das mulheres sobre a vida após o acesso as cisternas.

ASPECTOS DA VIDA DAS MULHERES	DESCRIÇÃO
Geração de renda	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de hortaliças para o consumo da família e comercialização do excedente na feira agroecológica de Serrinha; - Participação das mulheres na comercialização para o PNAE através da atuação em grupos produtivos; - Produção e comercialização de pães na própria comunidade através do grupo de produção;
Participação Social	<ul style="list-style-type: none"> - Participação das mulheres nas organizações comunitárias (associação, grupos de produção) contribui para melhorar o conhecimento sobre seus direitos; - Participação em cooperativas de crédito e de produção; - Atuação das mulheres no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais-MMTR, possibilita a participação em intercâmbios em outras cidades e estado, proporciona autonomia e “liberdade “ -Realização de roças comunitárias – integra as pessoas e estabelece relações de solidariedade e partilha;
Relações sociais de gênero	<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos homens no o trabalho doméstico e no cuidado com os filhos; - Construção de relações mais dialogáveis e união do casal; - Ampliação da percepção das próprias mulheres e homens sobre igualdade de direitos; - Participação das mulheres nas tomadas de decisão;
Produção de alimentos e segurança alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de quintais produtivos e aumento da produção de hortaliças para consumo da família; - Acesso à água para consumo humano (beber e cozinhar); - Acesso à cisterna de produção – aguar as plantas, hortaliças e na criação de pequenos animais; - Ampliação da produção no roçado que possibilita comercializar na feira agroecológica de Serrinha; - Criação do banco de sementes na comunidade (estoque de alimentos e preservação das sementes crioulas);

<p>Conhecimento e Autonomia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do conhecimento e participação nas organizações comunitárias; - Fortalecimento da autonomia nas tomadas de decisão, inclusive na participação de viagens e saídas da casa; - Participação em Conselhos, Comissões locais e municipais; <ul style="list-style-type: none"> - Acesso a políticas específicas para agricultura familiar (PRONAF, Seguro Safra, Políticas de Comercialização institucional, Assistência Técnica, Cisternas consumo humano e produção);
<p>Acesso a água – distância reduzida</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do desgaste físico e preservação da saúde, sem despendar de longas caminhadas para acessar água; <ul style="list-style-type: none"> - Resgate da dignidade pelo direito adquirido; - Garantia de água de qualidade para consumo, e em alguns casos, para produção; - Ganho de tempo para cuidar de si e dos filhos/as família;
<p>Tempo Ganho</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo dedicado para cuidar da roça e dos quintais produtivos; - Participação na comercialização em feira agroecológica; <ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar nas tarefas escolares das crianças; - Cuidar de pessoas com deficiência na família; - Tempo para o descanso e o auto- cuidado; - Dedicção a criação de galinhas e outras atividades relacionadas ao trabalho doméstico; <ul style="list-style-type: none"> - Tempo para namorar - Tempo e liberdade para viajar; - Aquisição de mais conhecimentos sobre agroecologia; <ul style="list-style-type: none"> - Tempo para voltar a estudar; - Dedicção a criatividades para fazer coisas diferentes do habitual como, artesanato, cursos de agroecologia, reciclagem;

Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2019.

Base de dados: Depoimentos das participantes mediante entrevistas semiestruturadas e oficinas temáticas, 2019.

A dimensão de gênero na vida das mulheres e a maneira como elas se relacionam com seus companheiros não pode estar deslocada de outros aspectos presentes no quadro acima, como o uso do tempo, o conhecimento e a autonomia, a segurança alimentar e nutricional, a geração de renda e a participação social. A questão de gênero se transversaliza e se faz refletir em todos os aspectos da vida, de modo que, o acesso das mulheres à política hídrica, aliado à titularidade da cisterna e participação nos cursos de gerenciamento de recursos hídricos (GRH), promove autonomia e lhes garante o reconhecimento enquanto sujeitos de direito, e neste contexto vão construindo saberes e ampliando sua capacidade de resistência às opressões existentes no Semiárido.

A despeito do quadro em análise, podemos afirmar que as cisternas promovem uma quebra de paradigmas em vários aspectos, desde a concepção sobre o Semiárido e a identidade

do seu povo, além de denotar também uma mudança de comportamento e/ou percepção masculina sobre direitos e obrigações por circunstâncias de vivências mais coletivas nos espaços e atividades comunitárias. Isso fica evidenciado nas narrativas das participantes da pesquisa ao mencionar a inserção dos homens no trabalho doméstico, no cuidado com os filhos, bem como na participação em cursos na comunidade. Entretanto, não significa dizer que essa divisão é justa, já que o trabalho considerado feminino não é exercido pelo homem e algumas mulheres ainda o concebe como “pequenas ajudas”.

Todo esse contexto, é fundamental para compreendermos que, apesar das estruturas sexistas e racistas existentes, as mulheres souberam romper barreiras e se posicionar apresentando pautas inerentes à sua resistência e existência. Desse modo, a presença de lideranças femininas nas comunidades em processos organizativos e atividades coletivas cooperam para problematizar comportamentos e propor relações mais saudáveis e igualitárias, como relembra Tereza Rocha, conhecida e respeitada na comunidade de Canto, sobre eventos deste cunho:

Em uma atividade que teve, na hora do almoço, um homem ficou esperando as mulheres fazer o prato dele e dar nas mãos. Me recusei a fazer isso, mas teve mulher que fez. Diante deste comportamento, ajudei a despertar algo nas mulheres e nos homens sobre os direitos (Tereza Rocha, Comunidade de Canto, 2019).

As abordagens sobre as relações de gênero no meio rural ainda são assuntos delicados, tendo em vista as questões culturais e morais de preservação da família, mas as metodologias participativas, a partir do olhar das mulheres rurais, têm conseguido avançar nas reflexões de maneira gradativa, ampliando a capacidade de diálogo e escuta.

Os processos formativos implementados na comunidade através do MMTR com organizações da sociedade civil em parcerias como o MOC, possibilitou o envolvimento das famílias e comunidades em pautas pertinentes às relações de gênero. Nesse processo, é mais que necessário desvendar as diversas formas de desvalorização do feminino alicerçada em questões históricas e que, portanto, são passíveis de mudanças. Esses espaços de diálogos têm permitido às mulheres fazer releituras sobre sua condição de sujeito na sociedade, como relata a participante:

Pelo fato da gente não ter conhecimento certo e casar cedo, dificulta também sobre as decisões que a gente vai tomar e saber que a gente pode ir mais né, além do fato de ser homem, e o homem é criado achando que pode tudo, na medida que a gente casa, pela falta de conhecimento a gente deixar por isso mesmo, ai eu acho mais difícil... (Rose Celestino, Comunidade Alto de Fora, 2019).

Os processos de formação política abordados pelas mulheres sobre conhecimento e autonomia (Quadro 05) devem ser observados com mais cuidado nas pautas das organizações sociais e daqueles que estão diretamente incidindo na formulação e controle social de políticas públicas, tendo em vista que elas só terão condições reais de fazer escolhas se houver promoção de oportunidades. Desse modo, em especial no meio rural, percebemos que o acesso é menor para obtenção de créditos, geração de renda, comercialização da produção da agricultura familiar, além do acesso à água de produção, de consumo humano e outros usos que lhes sejam necessárias. O direito de escolhas deve ser uma premissa da vida para que de fato as mulheres se reconheçam enquanto sujeitos políticos autônomos e assim possam reescrever suas histórias de mudanças de vida.

5. MULHERES E AS ÁGUAS: CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA DINAMIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE ÁGUAS NO SEMIÁRIDO

*Hoje eu tenho orgulho de ter participado dos movimentos sociais como mulher e tenho orgulho também do conhecimento que eu tive e tenho nas organizações. O nome Tereza Rocha tá longe, não é só aqui em Serrinha e na Bahia não, tá fora da Bahia também e isso é porque eu participei.
(Tereza Rocha, Comunidade de Canto-Serrinha).*

Esta seção será dedicada a revisitar os principais elementos da pesquisa, quanto à contribuição das participantes e suas proposições para elaboração de uma cartilha enquanto instrumento político pedagógico que dê suporte às mulheres rurais no processo de construção, acesso e controle social das políticas públicas, de modo que problematize o contexto em que estão inseridas, na identificação de problemas e estratégias para superá-los. Isso, tendo em vista a necessidade de ampliação e efetivação de seus direitos, de modo especial, o direito humano à água de qualidade e em quantidade, uma vez que as mulheres são consideradas as guardiãs das águas, das sementes, da biodiversidade. No entanto, os definidores das políticas públicas utilizaram como critério a universalização destas, sem ao menos considerar as especificidades de gênero e raça e não reconhecendo as mulheres sujeitos políticos autônomos.

Como produto desta pesquisa foi elaborada uma cartilha sobre a vida das mulheres “antes e depois das cisternas” e outras possibilidades de melhorar a qualidade de vida no Semiárido. Este material tem a finalidade de subsidiar as atividades formativas e ser ferramenta de intervenção política, tendo em vista as lacunas existentes nas demandas apresentadas pelas mulheres, sobretudo na questão hídrica. Para isso, utilizamos a metodologia da sistematização gráfica nas oficinas, como forma de registro das memórias das participantes da pesquisa, gestadas a partir da perspectiva pedagógica feminista rural²¹. Sendo assim, a cartilha é instrumento político com viés educativo e popular para construir processo democrático e promover a participação das mulheres nas tomadas de decisões.

²¹ Metodologia de formação participativo como base no trabalho com mulheres rurais e tem como pressuposto a luta pela igualdade e equidade de gênero a partir do empoderamento das mulheres. Para Sardenberg (2006, p. 46), A pedagogia feminista é entendida como o conjunto de princípios e práticas que visa a conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, objetivo este que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres.

5.1. Políticas públicas e gestão das águas

O Brasil, ao ser signatário de acordos e convenções internacionais, adota diretrizes e cria as leis em cumprimento a esses acordos estabelecidos, tendo em vista os problemas globais e locais que afetam a vida das populações menos favorecidas e sem acesso aos direitos básicos como água e saneamento. Na ocasião da Conferência Internacional Sobre Água e Ambiente realizada em Dublin (1992), na qual definiram quatro princípios (1-água enquanto um recurso finito e vulnerável; 2-abordagem participativa no gerenciamento e desenvolvimento da água; 3-o papel central desempenhado pelas mulheres no fornecimento, gestão e proteção da água; 4-uso competitivo da água e seu reconhecimento enquanto um bem econômico), que nortearam a implementação das políticas ligadas a esse bem natural, inclusive a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída em 1997, dentre estes, o terceiro princípio reconhece o papel central das mulheres na gestão da água e sua importância na sociedade para o uso equilibrado e preservação deste bem comum, sendo intitulada em diversos momentos da nossa história como as guardiãs das águas. Apesar deste reconhecimento, a legislação brasileira não absorveu essa terceira diretriz, e manteve as mulheres enquanto alijadas do direito de tomar decisões sobre políticas públicas que impactam suas vidas.

Sendo assim, consideramos que há uma agenda hídrica centralizada que desconsidera as desigualdades socialmente instituídas, de modo que não promove mecanismos para democratizar o acesso e gestão da água, sobretudo para as pessoas que vivem em regiões onde se apresentam prolongados períodos de estiagem, e tem suas vidas sacrificadas e seus direitos negados. De modo particular, aí estão as mulheres e meninas, que são as mais impactadas dadas as questões históricas e culturais pautadas anteriormente. Desse modo, sendo o Estado o garantidor desses direitos, deve dispor dos mecanismos necessários para proporcionar a toda população o acesso à água em quantidade, de qualidade e de forma contínua para promover a dignidade humana.

Bonetti (2007) afirma que o debate em torno da elaboração de uma política pública de água é feito entre os agentes do poder, quer seja nacional ou global, constituindo uma disputa de interesses por apropriação de recursos públicos, além do interesse pelo resultado advindo da ação de intervenção do estado naquela realidade. É válido questionar quais interesses os “agentes do poder” defendem no âmbito das políticas hídricas, considerando a histórica negação de direito à água imputada no Semiárido. É nesse contexto que o poder de barganha depende da força política e econômica de interesses existentes (BONETTI, 2007).

É pouco efetivo pensar projetos de integração das mulheres em comissões e comitês hídricos sem que elas participem ou sejam ouvidas, pois não podem ser receitas simples e lineares para inclusão e gestão dos processos. É no pensar as políticas públicas, no seu nascedouro, que devem ser garantidas a participação ativa a quem interessa, mesmo sabendo da correlação desigual de forças que impera na sociedade, deve-se alargar os espaços de incidência a partir dos mecanismos legais. Neste aspecto, os movimentos sociais têm um papel importante nos seus processos metodológicos de atuação com os povos e comunidades que demandam políticas para que, de alguma forma, consigam interferir na elaboração, acompanhamento e implementação, considerando as mudanças de percurso, como afirma Gohn (2010):

Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas. Finalmente, os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo, portanto, virem a ser uma matriz geradora de saberes (GOHN, 2010, p. 16).

É nessa perspectiva que o PIMC se consolidou enquanto proposta político-pedagógica de mobilização social para que fosse viabilizada a democratização do acesso a água e posteriormente consolidado enquanto política pública. Para Cordeiro (2013), o Programa se configura como um projeto alternativo idealizado pelas organizações da sociedade civil que se propuseram a ampliar discussões e práticas em torno do uso, controle e poder descentralizado da água e da terra no Semiárido. Isso acontece através de mobilizações da população rural, no sentido de fortalecer processos organizativos e, desse modo, conceber a cisterna não apenas como uma construção física da tecnologia, mas como um projeto político de transformação social. Desse modo, a participação e controle social são fundamentais para consolidação da água enquanto direito humano, com amparo no arcabouço legal através de mecanismos institucionalizados.

A primeira discussão foi a cisterna pra água de beber mas depois foi surgindo discussão de água pra produção porque muitas pessoas que já tinha água pra beber muitas vezes não tinha nem tanque de chão na sua roça sem ter água pra produzir, foi surgindo também essas discussões e eu também estava envolvida foi que a ASA começou a discussão [...] as mulheres que ainda não tinha a cisterna de água para beber também queria que continuasse a discussão porque ainda tinha muitas sem as cisternas [...] Através da ASA os benefícios vieram porque tinha pessoas que representavam a gente lá na ASA e tinha conhecimento da necessidade das mulheres, tinha participação das mulheres

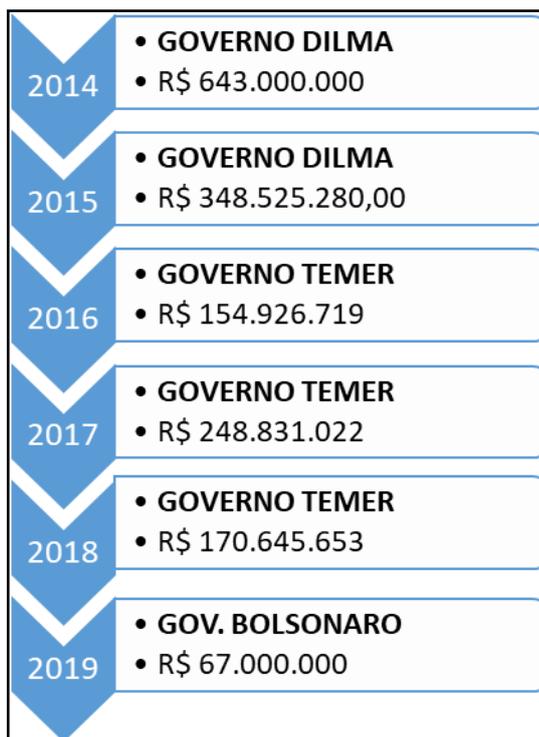
em todo Nordeste. As mulheres iam dizer que além da água falta terra pra produzir porque a terra é pequena, mesmo que tenha a água não tem terra bastante (Tereza Rocha, Comunidade de Canto, 2019).

Essa concepção de participação social local articulada em outros âmbitos como municipal, estadual, nacional, impulsiona a consciência política do controle social. Tereza Rocha integrava, no ano de 1999 a Comissão Municipal de Água através da Associação dos Pequenos Agricultores de Serrinha (APAEB) a qual era presidenta, e exercia o poder de mobilizar e envolver as pessoas da comunidade de Canto para discutir os problemas locais e propor soluções. Essa comunidade foi a primeira a ter implementadas as cisternas e, mesmo antes de conceber o P1MC, a liderança relata com muito orgulho esse processo inicial quando os projetos eram apoiados por entidades privadas e organismos internacionais, o que posteriormente tornou-se política pública, além de destacar a importância da sua participação enquanto mulher e os conhecimentos adquiridos que teve e tem nas organizações sociais, o que também ajuda a motivar outras mulheres.

O cenário em que as políticas se constituem diz muito do caráter dos processos de participação social, dos recursos orçamentários destinado à implementação da política, da capacidade de atendimento e continuidade do programa. Concordando com Oliveira (2015), foi a sociedade civil organizada que impôs ao governo, mediante suas estratégias de negociação e de pressão política, muitos programas sociais que hoje incorporam políticas públicas, como é o caso do P1MC.

Na atual conjuntura política, as relações do governo com a sociedade civil organizada ganham outros contornos de ruptura e incompatibilização das pautas políticas, o que já era notório no governo anterior do então Presidente da República Michel Temer. Diante desse contexto, o processo de desmonte político foi estratégico para a descontinuidade deste projeto de acesso à água, sendo que o processo de desmonte já havia sido iniciado com redução orçamentária e se consolidou com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2019. Hoje, suas funções são incorporadas ao Ministério da Cidadania e esse foi um dos primeiros feitos na mudança de governo que atualmente representa fragilidades e risco de descontinuidade do Programa Cisternas, conforme quadro abaixo.

Figura 15 - Execução Orçamentária Anual do Programa Cisternas – Governo Federal,



Fonte: Elaborado Kamilla Ferreira da Silva Souza, 2019.
Base de dados: Brasil, Ministério da Cidadania, 2019.

Os cortes crescentes nos programas e políticas sociais representa uma ruptura dos processos de inclusão dos sujeitos e democratização do acesso às políticas públicas, o que dificulta o direito humano à água de qualidade e em quantidade, que afeta, de modo especial, a população do Semiárido. Os impactos negativos desse cenário socioeconômico, e a não inserção das necessidades primordiais daqueles sujeitos em situação de maior de vulnerabilidade, já são constatados pelas mulheres rurais, como ilustrado no relato abaixo:

Tem algumas coisas que a gente tem vontade de ter e não consegue, que você sabe hoje o governo como é né? Muitas coisas que existiam já cortaram né, a gente fica, sei lá...teve muitas coisas boas, mas agora tá um pouco mais difícil, através de mudança de governo, que dificulta um pouco. A gente faz o que pode (Josefa de Jesus, 59 anos, Comunidade Canto, 2019).

Esse contexto de negação de direitos é consequência de uma visão conservadora adotada pelos agentes definidores das políticas públicas, que interferem no seu processo de implementação, uma vez que tais agentes representam os interesses das classes dominantes e não levam em consideração as desigualdades existentes na sociedade. Isso invalida a democratização do acesso, da população em situação de pobreza, às políticas públicas e/ou ações que promova melhores condições de vida e justiça social. Corroborando com Bonetti

(2007), é necessário compreender melhor a interferência do pensamento social e das instituições em relação à desigualdade e à pobreza e seu fluxo na elaboração e implementação das políticas públicas.

Identificamos até o momento um processo relevante de apropriação dos conhecimentos das mulheres em relação a seus direitos, bem como a existência de limitações para o acesso às políticas públicas, visto que elas se esbarram tanto na burocracia como na redução da oferta. É notório com a auto-organização e engajamento político das mulheres amplia suas percepções das problemáticas vivenciadas e, junto com a comunidade tomam o controle dos próprios assuntos e criam estratégias de intervenção e superação. Para Gohn (2010), a importância da participação da sociedade civil se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para ter o controle social das políticas e definir prioridades de políticas que atendam não apenas questões emergenciais, mas também aquelas relacionadas ao crescimento econômico das populações e sua sustentabilidade. Desse modo, a população do Semiárido institui uma nova dinâmica de repensar “o sertão que temos e o sertão que queremos”, fato evidenciado nas narrativas das mulheres, que revelam desde questões materiais até aquelas de caráter subjetivo, que moldam suas vidas e possibilitam condições de protagonizar no Semiárido, como revela a liderança sindical:

Já tem muitas mulheres que estão libertadas e tem outras que estão naquela pendenga ainda. Tem a questão financeira, a questão da convivência com o marido, várias mulheres não têm um emprego e depende do marido para sobreviver então a dependência disso pode ocorrer essa questão (não está libertada). Agora tá sendo um desafio grande por conta dessas mudanças que estão aí. Vou dar um exemplo: de 1991 pra cá foi uma luta muito forte que a gente teve que conseguiu avançar, as mulheres que tinham seus filhos pra conseguir o salário maternidade que hoje a gente tá vendo de água abaixo com esse novo presidente que tá, as mulheres perderam muito [...] A gente vem fazendo trabalho, reuniões nas bases todo mês. Tem os espaços das associações, os espaços da Secretaria de Mulheres que faz trabalho nas bases, tem o Movimento de Mulheres também. E é dessa maneira que a gente vem fazendo e tentando dizer pra essas mulheres que como é que pode ser feito, mas ainda muitas delas têm medo, mas também muitas que já estão se libertando (Maria dos Anjos Santos, Liderança sindical, 2019).

A despeito dos esforços realizados, fica evidente a apropriação das mulheres em questões sociais, políticas, econômicas e culturais que impactam suas vidas e das suas famílias. Essa releitura dos espaços estratégicos e a importância da sua ocupação pelas mulheres vai (re)significando a luta pelo acesso aos direitos através dessas redes de parcerias que se constituem como tecidos sociais do Semiárido. É mister salientar a necessidade de uma releitura

de metodologias existentes nos processos de elaboração e implementação das políticas hídricas, como as tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva (cisternas). Além de realização de estudos para a efetivação destas políticas, na vida dessas mulheres, a abordagem de gênero se mostra como possibilidade para garantir avanços e mudanças estruturantes, corrigindo as assimetrias de gênero e promovendo igualdade de oportunidades para mulheres e homens no Semiárido.

5.2. A sistematização gráfica na (re)apropriação do conhecimento.

A construção coletiva do conhecimento é instituída na interação dos saberes acadêmicos com os saberes populares através do exercício da escuta dos sujeitos que têm uma história a ser partilhada, compreendida e respeitada. É nessa troca de conhecimentos que as histórias de vida são (re)significadas a partir do olhar das mulheres que, ao integrar essa pesquisa, colocam suas vivências a serviço da sociedade motivadas pelo desejo de transformação e superação das desigualdades. Interessa neste processo, despertar e motivar as mulheres e grupos comunitários para que se instrumentalizem, assumam suas histórias, mudando a realidade em que vivem não apenas para si, mas também para a sua família e a sua comunidade.

Como parte do resultado desta pesquisa, foi elaborado um produto de cunho político-pedagógico, para que desse suporte às mulheres na visibilidade e compartilhamento das suas histórias de vida, mantendo viva a memória do Semiárido através das suas narrativas posto que que nem sempre esse Semiárido é visto, ouvido ou preservado. A cartilha elaborada traz o retrato do “antes das cisternas” e do “depois das cisternas”, na qual seu conteúdo foi produzido pelas mulheres e ilustrado através da metodologia da sistematização gráfica.

A sistematização gráfica é um conceito que vem sendo evidenciado para designar uma forma metodológica de elaboração do conhecimento (Centro Dedicado a Educação Popular-CEP Alforja, 2000). Assim, é um conjunto de práticas e conceitos que propiciam a reflexão e a reelaboração do pensamento, a partir do conhecimento da realidade, com objetivo de tornar os sujeitos em agentes transformadores dos seus territórios.

A sistematização gráfica é uma proposta metodológica de vivências acumuladas na América Latina e implementada mediante técnica de síntese das narrativas dos sujeitos. Comumente é utilizada pelos movimentos sociais como instrumento para educação popular de metodologias participativas (Souza, 1998, p. 35). Foi nessa perspectiva que as oficinas

temáticas foram realizadas na Comunidade de Canto com a participação de 10 mulheres, com o suporte de um artista gráfico e uma relatora para que essa construção fosse possível.

Tendo em vista um roteiro previamente organizado, o ponto de partida foi a delimitação do objeto a ser sistematizado a partir da pergunta norteadora: Como era a vida das mulheres antes das cisternas? Desse modo, a partir das escutas, a sistematização dava vida aos painéis:

Figura 17 - O reaproveitamento da água do banho dos meninos para as meninas.



Fonte: Elaboração de Michel Pamponet, 2019.

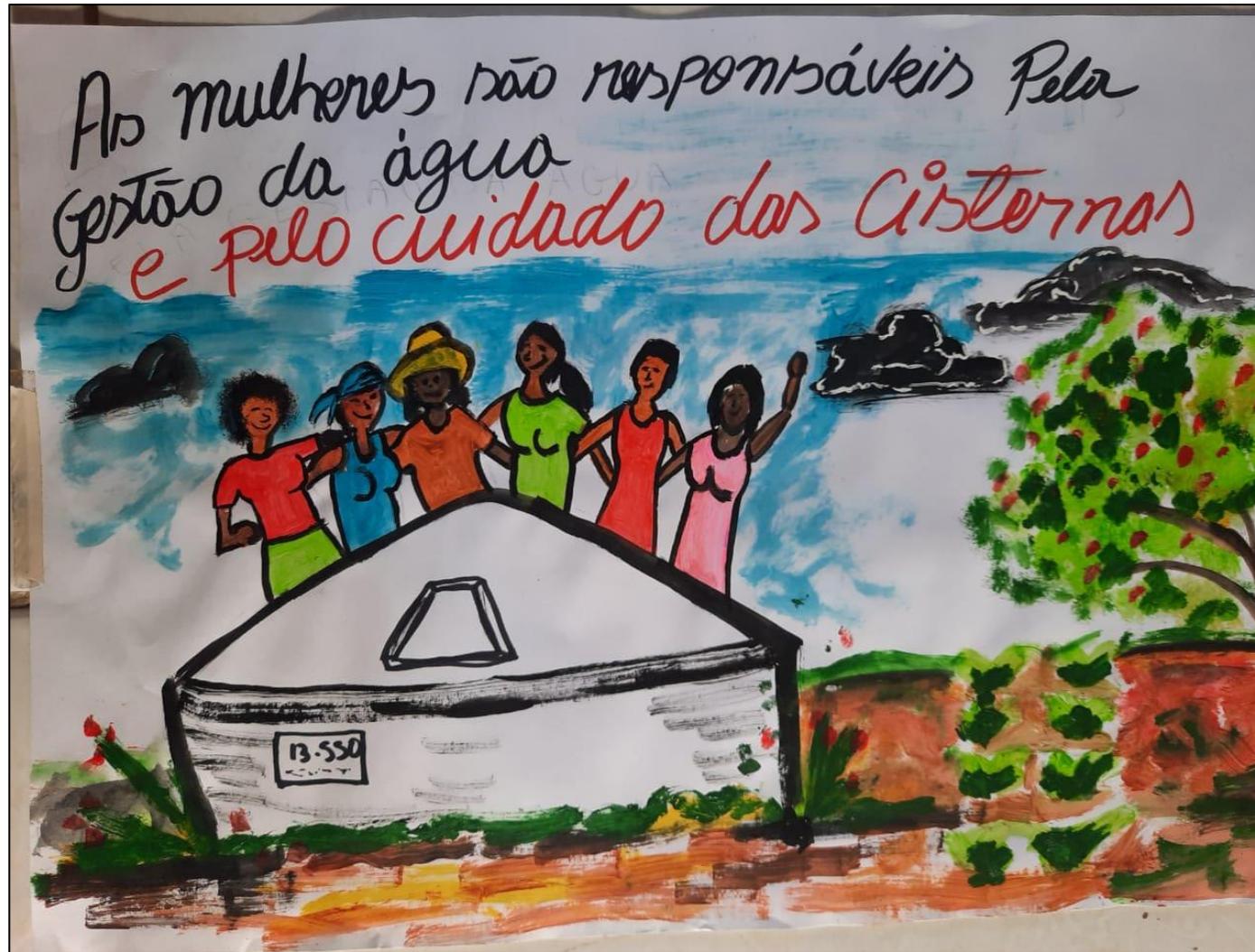
Base de dados: Relatos das mulheres na pesquisa de campo, 2019.

A problematização desse contexto trouxe memórias de negação de direitos, invisibilidade, falta de oportunidades moldadas pela cultura patriarcal e desiguais relações de gênero no meio rural, que também moldam comportamentos de meninos e meninas, como abordados nas seções anteriores, ilustrado na Figura 17 acima.

A questão da masculinidade presente nas narrativas das mulheres, representada na figura acima, caracteriza as relações hierárquicas que os meninos adotavam desde a infância para demonstrar superioridade em relação as meninas, de modo que este comportamento estava presente em todas as questões cotidianas da família. Segundo o relato das mulheres, havia uma crença de que os meninos poderiam ficar “curados” ou seja, afeminados ou perder a virilidade caso tomassem banho na mesma água que as meninas. Apesar das mudanças ocorridas na sociedade, a concepção do ser homem continua carregado de estereótipos e valores machistas.

A recuperação dos processos vividos pelas mulheres também proporcionou reflexões, criticidades e outras releituras das suas trajetórias, que paralelamente já respondia à segunda pergunta norteadora: Como é a vida das mulheres após as cisternas? Construir a linha do tempo através das narrativas das mulheres proporcionou conhecer com profundidade a sua relação com as águas nas suas demandas, desafios, avanços e limitações, tendo em vista o acesso e participação limitada nas tomadas de decisões, nos espaços estratégicos, de modo especial aqueles inerentes às políticas hídricas.

Figura 18 - Gestão da água e autonomia das mulheres rurais.



Fonte: Elaboração de Michel Pamponet, 2019.

Base de dados: Relatos das mulheres na pesquisa de campo, 2019.

Formular conclusões e comunicar aprendizados através da facilitação gráfica e audiovisual contribui significativamente para reorientar os caminhos e fortalecer a luta das mulheres por direitos e igualdade de oportunidades no Semiárido. Há que se ressaltar, a necessidade urgente da incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas, não apenas como critério de seleção, mas como objetivos explícitos, garantindo a participação das mulheres de maneira equitativa em todos os processos da política, considerando o seu protagonismo e relevância enquanto sujeitos autônomos, promovendo visibilidade e valorização dos saberes.

5.3. Mulheres, água e o bem viver

O bem viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e proposta de mudança e, ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, 2016, p.37). É nessa perspectiva que um projeto político de sociedade deve estar sustentado, respeitando e valorizando os saberes, inclusive das mulheres, que estiveram historicamente excluídas e na invisibilidade da participação democrática.

No presente trabalho, discorreremos num primeiro momento sobre o contexto de negação do Semiárido enquanto explorado, submetido a séculos de miséria e esquecimento, estruturado por políticas assistencialistas que mantinham, e ainda mantém, a população subserviente às vontades dos coronéis que ali dominavam politicamente o território. Por outro lado, foi apresentado também um Semiárido de Resistência, dotado de sabedoria e capacidade de se reinventar diante das dificuldades instituídas pelo sistema político e econômico vigente, e construindo processos de adaptações climáticas como as tecnologias sociais e outras ações que proporcionam o viver com dignidade no campo. Assim foi se construindo novas relações de gênero e incentivando o protagonismo e participação comunitária dos sujeitos, como aponta Acosta (2016):

A questão continua sendo política. Não podemos esperar uma solução “técnica”. Nosso mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário. Como consequência, temos de impulsionar um processo de transições movidas por novas utopias. Outro mundo só será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza (ACOSTA, 2016, p. 34).

O fator principal de uma sociedade deve ser as pessoas – centro das atenções e decisões sociopolíticas e econômicas. Desse modo, nenhuma iniciativa de desenvolvimento pode ser sustentável se a água for compreendida como um bem econômico, sem considerar questões como pobreza e desigualdade. Essa foi uma crítica proferida na Conferência de Dublin em 1992, reforçando o modelo excludente e fracassado de desenvolvimento regido pela acumulação do capital. Acosta (2016) afirma que as Nações Unidas institucionalizaram o desenvolvimento em um único indicador, visto que impossibilitou seu potencial de transformar a sociedade, fracassou ao sustentar seu conceito convencional que não rendeu os frutos esperados. O modelo neoliberal instituído é incompatível com qualquer possibilidade de sustentabilidade e justiça social, como afirma Baptista ratificando a perspectiva da convivência com o Semiárido:

Nas últimas décadas, porém com a intervenção de diversos atores, governamentais e não governamentais, vem sendo gerada outra concepção de ver, trabalhar e construir o Semiárido, baseado na compreensão: que seu povo é cidadão; que seca não se combate; que é possível viver com a semiaridez; que a região é viável; que uma sociedade justa se constrói baseada na equidade de gênero, tendo as mulheres protagonistas do seu destino [...]. Nasce assim a perspectiva da convivência com o Semiárido (BAPTISTA, et. al 2013, p. 52).

A despeito do protagonismo das mulheres neste processo de participação na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva, ressaltamos a auto-organização das mulheres e/ou atuação em instituições mistas com cargos de lideranças, como aquelas que integraram a Comissão Municipal de Água (Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais, APAEB, Associações) e outros organismos de controle social das políticas públicas como Conselhos Municipais de Saúde, Assistência Social, Direitos das Mulheres, Desenvolvimento Rural, além de atuação em redes. Como parte da construção coletiva de um novo pacto de convivência social e ambiental, é necessário construir espaços de liberdade e romper todos os cercos que impedem sua vigência (ACOSTA, 2016).

Apesar dos esforços de mudanças gestado pelas mulheres e nos diversos movimentos sociais atuantes no Semiárido, avaliamos que ainda é insuficiente a sua participação e inclusão nas pautas inerentes aos seus direitos, e de modo particular na política pública hídrica em decorrência da majoritária presença masculina e sua forte influência nas tomadas de decisões. Aspectos como estes, evidenciam a permanente presença do patriarcado nos espaços de poder, que por sua vez é desafiado pela coragem e criatividade das mulheres em subverter a ordem como resposta às opressões vivenciadas, desde manter-se auto-organizadas, até na ocupação de

espaços mistos e de controle social para superar as concepções enviesadas sobre lugares e papéis que as mulheres devem assumir.

Nesse circuito de diálogos com as mulheres na pesquisa de campo, foram evidenciadas algumas lacunas ainda existentes nas comunidades rurais, mas também elencados caminhos viáveis para o bem viver no Semiárido como uma alternativa ao desenvolvimento convencional, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 - Proposições das mulheres para melhorar o acesso a água e a vida das pessoas no Semiárido, 2019.

Propostas para o Bem Viver no Semiárido sob o olhar das mulheres
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir políticas públicas que promovam essa permanência da juventude no campo; ✓ Dar continuidade a projetos para ampliação da oferta de mais cisternas para quem ainda não tem; ✓ Trabalhar com as pessoas a conscientização para o reaproveitamento da água que ainda é desperdiçada; ✓ Incentivar a participação de mais pessoas nas associações para enfrentar os problemas que possam impactar a comunidade com a mudança de governo; ✓ Discutir mais os problemas da comunidade para dialogar com o poder público e encontrar soluções; ✓ Implementar tecnologias de reaproveitamento da água – Biofiltro; ✓ Ampliar a participação das mulheres nas associações e delegacias sindicais; ✓ Fortalecer as organizações para avançar nas políticas públicas; ✓ Ampliar a oferta de cisternas para produção, e garantia de terra para cultivar; ✓ Promover mais formação política e contribuir mais na conscientização das mulheres sobre seus direitos, bem como estarem auto organizadas; ✓ Investir mais na autonomia econômica para enfrentamento da violência contra as mulheres; ✓ Garantir água da cisterna para processamento de alimentos nos grupos de produção; ✓ Fortalecer a geração de renda e autonomia para as mulheres com implantação de creches na zona rural; ✓ As organizações devem assumir mais as pautas da igualdade de gênero e enfrentamento da violência contra as mulheres;

Fonte: Elaboração de Selma da Glória de Jesus, 2020.

Em sintonia com a filosofia do Bem Viver, as mulheres apresentam outras possibilidades de viver dignamente no Semiárido, o que exige, nesse aspecto, democratização do poder em ângulos diversos (espaços públicos e privados), com participação e controle social a partir de bases sociais em que os movimentos estejam em sintonia com esse novo projeto de vida. Para Acosta (2016), o Bem Viver é uma tarefa de (re)construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua visão produtivista, e do desenvolvimento enquanto direção única. É uma prática de resistência cotidiana ao modelo que está posto e suas sequelas. Manter-se nas trincheiras de luta é o que as mulheres rurais têm feito durante muito tempo e é o que reverbera em suas narrativas:

Eu queria dizer para as mulheres não temer e ir à luta porque a luta é pra cada um e cada uma. Se a mulher realmente quer conquistar o seu espaço não deve se acomodar, tem que partir pra luta, é difícil é, se não nunca conquistaremos nossos objetivos, o que desejamos para nós e essa geração que virá por ai (Tereza Rocha, Comunidade de Canto, 2019).

Essas lutas não se esgotam nas questões de classe. Há que enfrentar os valores patriarcais e o racismo presentes na sociedade, assim como os crescentes conflitos intergeracionais. Desse modo, um outro mundo e um Semiárido possível perpassa pela horizontalidade do poder sustentado na democracia com equidade de gênero e raça.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS – O INACABAMENTO DO PROCESSO

O objetivo norteador deste trabalho foi analisar o acesso das mulheres rurais à política de água - cisternas para consumo humano, e compreender em que medida este acesso contribuiu para participação sociopolítica. A análise das tecnologias sociais implementadas nas comunidades rurais do Semiárido baiano revela uma série de fatores de natureza material e simbólica que permitiram maior mobilidade nessas comunidades no município de Serrinha/BA, sendo a incorporação da dimensão de gênero um fator relevante neste processo.

Os processos descritos até aqui apontam que o Semiárido possui conhecimentos, estratégias e ações que quando implementados e fortalecidos geram um território de maiores oportunidades e redução das desigualdades, sobretudo para as mulheres, que sempre estiveram em situação de subordinação, seja na dimensão social, econômico, político, cultural. A política hídrica através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) foi para além de um artefato, como é seu propósito – um robusto processo de mobilização social e formação das famílias para o entendimento de que a água é um direito e a cisterna uma conquista, despertando assim a força de um povo para lutar e ter acesso a outros direitos negados, os quais lhes possibilita viver dignamente no Semiárido, desconstruindo a concepção imposta das ações e políticas de combate à seca.

As histórias de vida das mulheres aqui apresentadas através das suas narrativas apontam avanços, limites e desafios confrontados com documentos, marcos legais, relatórios, além do manual orientador do Programa Cisternas, que já foram pontuados em seções anteriores, mas que merecem ser retomados de maneira sintetizada para um posicionamento mais focado e recomendações necessárias frente às questões em destaque. No tocante ao P1MC e a implementação das cisternas, é importante a compreensão de que essa é uma política que beneficia toda família e não apenas às mulheres, para não induzir a uma visão limitada e parcial da inclusão das mulheres na política hídrica.

Dentre as contribuições simbólicas e materiais trazidas pela implementação das cisternas no Semiárido, foram criadas possibilidades de romper o silenciamento das mulheres nos espaços privados, de modo que ampliou a participação feminina em organizações comunitárias e outras específicas das mulheres, reconhecendo-as enquanto sujeitos políticos de direito. No entanto, é preciso que as ações se efetivem para além dos discursos politicamente corretos e se incorporem às suas demandas nas pautas das políticas públicas, de modo especial à hídrica. Desse modo, cabe aos formuladores das políticas como agentes governamentais, e

organizações da sociedade civil, que integram a ASA, o MOC, a APAEB, o Sindicato de Trabalhadores/as Rurais, visto que, o dever de assumir e incorporar a equidade de gênero nas políticas em todos os níveis, devendo ser determinante para alcançar água e saneamento para todos e todas como declarou a ONU.

Recomendamos, portanto, a inclusão nas agendas das organizações sociais, de uma maior inserção e sinergia das pautas das mulheres para pensar a política e/ou ações que incorporem a perspectiva de gênero na gestão das águas, além da desnaturalização das desigualdades raciais existentes, ainda construídas e difundidas na contemporaneidade, produzindo impactos na vida das pessoas. Esses aspectos devem ser revisitados com renovado interesse de transformação, e ignorá-los é inviabilizar a efetivação dos direitos humanos na construção do bem viver.

Desse modo, há uma necessidade de intervenção interseccional no Semiárido como classe, gênero e raça, para promover mudanças estruturantes de enfrentamento à pobreza e outras matrizes de opressão que afetam os sujeitos e suas comunidades. Os dados desta pesquisa evidenciam amplamente a autodeclaração das mulheres e suas famílias enquanto negras, e isso deve ser levando em consideração na elaboração e efetivação das políticas públicas.

A despeito das análises sobre o uso do tempo das mulheres e o acesso às cisternas para consumo humano (água para beber e cozinhar), estas apontam para uma relação intrínseca com a divisão sexual do trabalho, que pouco avançou no sentido do compartilhamento das tarefas entre a família, de modo especial com homens e meninos. Mesmo quando as mulheres relatavam a participação dos homens, essa participação se concentra em tarefas que não são consideradas exclusivamente femininas, como molhar as plantas, providenciar lenha, alimentar os animais, além de pequenos consertos em casa.

Nesse sentido, compreendemos a necessidade de uma revisão metodológica no campo da política que deve ser analisada cuidadosamente, tendo em vista a lacuna na proposta formativa das organizações, inclusive aquelas voltadas para a Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) em cuja programação não conste uma pauta inerente à dimensão de gênero. A presença desse recorte produz caráter educativo e de conscientização dos sujeitos para mudanças de comportamentos e de desconstrução dos estereótipos de gênero. São indicativos que devem ser observados e incorporados na elaboração das políticas e/ou ações para convivência com o Semiárido.

O Brasil sendo signatário de acordos, convenções internacionais e marcos legais que asseguram o direito humano à água e seu acesso em qualidade, quantidade e regularidade, estabelece diretrizes para inclusão irrestrita a todos, inclusive aos povos e comunidades que

vivem em situações de desabastecimento hídrico. Nesse contexto, são as mulheres e meninas as mais penalizadas pela falta ou dificuldade de acesso desse bem, dadas as questões socioculturais já mencionadas anteriormente – entretanto, elas são consideradas guardiãs das águas e da biodiversidade. Dito isso, seria coerente o reconhecimento das mulheres na incorporação da perspectiva de gênero para contribuir na desconstrução do imaginário social das representações em torno das mulheres como aquelas que se restringem a meras beneficiárias das cisternas e consumidoras passivas da água. É preciso que haja reconhecimento delas como tomadoras de decisões e sujeitos autônomos políticos capazes de mudar o curso da história.

Por fim, reafirmamos a necessidade de mais trabalhos que permitam aprofundar a participação das mulheres e a real dimensão da sua inclusão nessa política, pois o direito à água é dificultado pelas assimetrias que fundamentam e estruturam a estratificação social, as raças/etnias, os sexos e as gerações. É necessário nutrir-nos dos aprendizados, das experiências, dos conhecimentos das mulheres rurais na busca e das construções de alternativas para o Bem Viver no Semiárido – “Construir democraticamente sociedades democráticas”, justas e solidárias.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Libertária, Elefante, 2016. 286p.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 3ª ed. 2009. pp. 33-55.

ALVES, L. M. *et al.* (orgs.). **Caderneta agroecológica e os quintais**: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-e-os-quintais-270.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

ARENDT, H.. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

ARSKY, I da C. *et al.* Acesso à Água no Semiárido: a água para consumo humano. *In*: Conti, Irio Luiz; Schroeder, Oscar (Org). **Convivência com o Semiárido brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Brasília: Editora IABS, 2013. pp. 139-147.

ÁVILA, M. B.. Mulheres, Participação e Democracia. **Cadernos de Crítica Feminista**, Pernambuco, Ano II, nº1, 2008. P. 50-60

ASA – Articulação do Semiárido, 2009. **Características do Semiárido**. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/semiariado>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

_____. **Programa Um Milhão de Cisternas**, 2019. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

BAHIA. **Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. Diário Oficial do Estado. Salvador, BA, 29 de dezembro de 2014. Disponível em <https://tinyurl.com/y34ur3ev>. Acesso em julho de 2019.

BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H.. A convivência com o Semiárido e sua potencialidade. *In*: Conti, Irio Luiz; Schroeder, Oscar (Org). **Convivência com o Semiárido brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Brasília: Editora IABS, 2013. pp. 60-72.

BONETTI, L. W.. **Políticas Públicas por dentro**. 2ª ed. – Ijuí: Unijuí, 2007. 96p.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

BUTTO, A.; HORA, K,. Ater para Mulheres - a experiência recente do governo Federal. Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife, 2008. pp. 133-158.

BRASIL. **Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 4 de agosto de 2010. Disponível em <https://tinyurl.com/y3rfjdr8>. Acesso em junho de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2 de janeiro de 2019. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633308. Acesso em junho de 2019.

BRASIL. **Lei 12.288 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 19 de julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 8 de janeiro de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em 28 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ligue 180**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ligue-180>. Acesso em junho de 2020.

BRASIL. SEPPPIR – **Promovendo a Igualdade Racial para um Brasil sem Racismo**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/seppir-promovendo-a-igualdade-racial-para-um-brasil-sem-racismo>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**. Brasília, 2015. Disponível em <https://tinyurl.com/y6lbpxxh>. Acesso em junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a Doença – **O que é Covid-19**. Brasília, 2020a. Disponível em <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/ NEAD, 2013. Disponível em <http://repiica.iica.int/docs/B0612p/B0612p.pdf>. Acesso em junho de 2019.

CARDOSO *et al.* **Guia metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: FIDA, 2019. Disponível em <http://portalsemear.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Guia-de-uso.pdf>. Acesso em julho de 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudo Avançados**. v. 17, Nº 49, São Paulo: 2003

CARNEIRO, S. *et al.* **A mulher negra na sociedade Brasileira** - o papel do movimento feminista na luta antirracista. Brasília: Fundação Cultural Palmares, CNPQ, 2004.

CAMPANHA PELA DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO. Jalil, Laécia Medeiros; Esmeraldo, Gema Galgani Silveira Leite; Oliveira, Maria do Socorro Lima. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste -1. ed.- Recife, 2017, 198p.

CEP Alforja- Centro Dedicado à Educação Popular. **Biblioteca Virtual de Sistematização de Experiência**, 2000. Disponível em: http://www.cepalforja.org/sistem/bvirtual/?page_id=1186. Acesso em: 25 de julho de 2020.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 21 de novembro de 2020.

CLIMATE-data. Org. **Clima: Serrinha**, 2019. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/bahia/serrinha-42889/>. Acesso em: 10 de junho.2019

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152p.

COLLIN, F. **Mulheres, Participação e Democracia**. Cadernos de Crítica Feminista, Pernambuco, Ano II, n°1, 2008. pp. 06-28.

COSTA, J. D. Direito Humano à Água. In: Conti, Irio Luiz; Schroeder, Oscar (Org). **Convivência com o Semiárido brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora: IABS, Brasília -DF, 2013. pp 128-137.

COEDEIRO, D. L. Reinvenção do Movimentos Sociais no Semiárido: o caso P1MC. In: Conti, Irio Luiz; Schroeder, Oscar (Org). **Convivência com o Semiárido brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Editora: IABS, Brasília -DF, 2013. pp. 184-192.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1° ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO DE DUBLIN SOBRE ÁGUA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1992. Disponível em: http://www.abcmac.org.br/files/downloads/declaracao_de_dublin_sobre_agua_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

ESTUDOS E ANÁLISES-Informação Demográfica e Socioeconômica 2- Características Etnico-raciais da população, Classificações e Identidades, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

FAÇANHA, I. P. **Gênero e Água, uma leitura sobre as políticas no Semiárido e a inclusão feminina**. Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, Ano 17, n° 47, abr./jun. 2019, p. 339-356

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. Brasília, MDA, 2009. pp. 11-28.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário de Segurança Pública**. Ano 11, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

GONÇALVES, A.J. Migrações Internas: Evoluções e Desafios. **Estudos Avançados**. vol.15. n° 43 São Paulo. 2001.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo.- Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. N. 03. ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992, 224p.

HEILBRON, M. *et al.* **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/ GPP-GeR: Módulo I**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. CEPESC, Brasília, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no brasil**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2416.pdf. Acesso em 15 de junho de 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisas Aplicadas- **A face feminina da pobreza: Sobre representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em 14 de julho de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 de março de 2019.

_____. **Limites Políticos Administrativos**, 2010. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/ba/. Acesso em 12 de junho de 2020.

_____. **Cidades: Informações completas**. Informações estatísticas. Produção agrícola municipal, lavoura permanente (2015). Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=293050&search=bahia|serrinha>. Acesso em 20 de março de 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018**. Características Gerais dos Domicílios e dos moradores, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em 15 de junho de 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2019**. População residente por sexo, cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>. Acesso em 15 de junho de 2020.

ITS – Instituto De Tecnologia Social. **Conhecimento e cidadania** - Tecnologia social 1. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/publicacoes/112>. Acesso em 20 de maio de 2020.

JALIL, L. M.. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**. 1. ed.- Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017

KERGOAT, D.. Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo. *In*: EMILIO, M (org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**. Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2003. 599P.

MALVEZZI, R.. **Semiárido** – uma visão holística. 1. ed. Brasília: CONFEA, 2007.

MENEZES, R. S.S, *et al.* **Mulheres na Gestão de Organizações Rurais e do Agronegócio**.

In: Carrieri, Alexandre de Pádua; Teixeira, Juliana Cristina; Nascimento, Marcos César Ribeiro (Org.). **Gênero e Trabalho: Perspectivas, Possibilidades e Desafios no Campo de Estudos Organizacionais**. EDUFBA, Salvador-BA, 2016

MATOS, F. Q.. **Políticas públicas e reorganização espacial no povoado de Canto, Serrinha - BA: uma análise do Programa Uma Terra e Duas Águas**. 2017. 192f. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial – UEFS). Feira de Santana, 2017.

MINAYO, M. C. de S.. **Pesquisa Social: Teoria método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Receitas e Despesas**. Brasília, DF, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/receita-e-despesas>. Acesso em julho 2020.

MOC- Movimento de Organização Comunitária. **Campanha de Enfrentamento a Violência Contra Meninas e Mulheres**, 2019. Disponível em: <https://www.moc.org.br/publicacao/geral/3479/moc-lanca-campanha-de-enfretamento-a-violencia-pelavida-de-meninas-e-mulheres>. Acesso em: 19 de julho de 2020.

_____. **Seção sobre**. 2015. Disponível em: <https://www.moc.org.br/sobre>. Acesso em: 26 de outubro. de 2019.

_____. **Acervo de fotografias**. 2017. Disponível em <https://www.moc.org.br/fotos>. Acesso em: 26 de outubro. de 2019.

OLIVEIRA, I. F.. **Semiárido baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento**; 1ª ed. – São Paulo; Baraúna, 2015, 457 p.

OLIVEIRA, Z. L.C. de. A provisão da Família: redefinição ou manutenção dos papéis? *In*: Araujo, Clara; Scalon, Celi (Org.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. FGV, Rio de Janeiro, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **A ONU e a Água**. 2018. Disponível em <https://tinyurl.com/y4fwh38y>. Acesso em junho de 2019.

PITANGUY, J.. **Mulheres, Participação e Democracia**- Cadernos de Crítica Feminista, Pernambuco, Ano II, N.1, 2008, pp. 96-113.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de indicadores 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 296 p.

PROGRAMA CISTERNAS. **Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 5** – Barragem Subterrânea. Brasília, 2015. Disponível em <https://tinyurl.com/y5m527of>. Acesso em agosto de 2019.

PTDSS – **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário do Território do Sisal** - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial / Universidade Estadual de Feira de Santana. – Valente, 2016. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Sisal.pdf. Acesso em: 15 de maio.2019

RAFFESTIN, Claude. Por Uma geografia do Poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. Coleção Feminismos Plurais. Editora Jandaira; v. 1, p.128, 2019.

SANTOS, M.. O Dinheiro e o território. **Geographia**: Revista da Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, v. 1, pp. 7-13, 1999.

SARDENBERG, C. Pedagogias feministas: uma introdução. *In*: VANIN, Iole & GONÇALVES, Terezinha. **Caderno Gênero e Trabalho**, REDOR, 2006. pp. 44-57.

SCOTT, J. Gênero, uma Categoria Útil para Análise Histórica. *In*: Dabat, Christine Rufino; Ávila, Maria Betânia (Tradução). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2019.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Levantamento de Órgãos e Conselhos de Igualdade Racial para o SINAPIR**. Brasília, 2015. Disponível em <https://tinyurl.com/y27zpu5p>. Acesso em julho de 2019.

SEI – Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Divisão Político Administrativa, Limites Municipais, Arquivos Vetoriais**. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2617&Itemid=607. Acesso em 15 de maio de 2020.

SILVA, O. Planejamento Territorial e Gestão de Recursos Hídricos: a água enquanto ativo eco social. **Revista Recursos Hídricos**, Vol. 36, nº 2, p. 57-64, novembro de 2015.

SOARES, D. N.. **Gênero e Água- Desenhos do Norte, alternativas do Sul** – Análise da experiência do Semiárido Brasileiro na construção do desenvolvimento democrático, 2009. 353f. Tese de Doutorado (Programa de Doutorado em Sociologia-UNB). Brasília, 2009.

SOUZA, J. F. Por que sistematizar? *In*: Centro Nordeste de Animação Popular. **Almanaque de Metodologia da Educação Popular**. Recife-PE: CEPE Companhia Editora de Pernambuco, 1998.

SPINK, M.J., MENEGON. V.M.; MEDRADO. **Oficinas como estratégias de pesquisa:** Articulações teórico-metodológica e aplicações ético-políticas. 2014, vol. 26, pp. 32-43.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Mapas.** Recife, 2017. Disponível em: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>. Acesso em: 08 de julho. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM AS MULHERES BENEFICIÁRIAS

Data: _____

Nome da beneficiária:- _____

Comunidade: _____

1- DADOS SOCIODEMOGRÁFICO - FAMÍLIA

NOME	PARENTESCO	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	RAÇA/ ETNIA*	OCUPAÇÃO/ PROFISSÃO	POSSUI RENDA	CONTRIBUI COM TRAB. DOMÉSTICO

***Pardo, negro, branco, indígena, não declarado**

- 2- Você pode falar um pouco sobre sua vida?
 - a) Estado civil: () casada () Solteira, () divorciada () viúva
 - b) Possui filhos? ____ quantos? _____ Idade _____
 - c) Faz parte de alguma organização? _____ Qual? _____
 - d) É natural de Serrinha? _____ se sim, sempre morou aqui? _____ Se saiu, qual o motivo? _____
- 3- Qual sua ocupação e como é dividido o seu tempo?
- 4- Quem contribui com os trabalhos domésticos? Incluindo a gestão da água.
- 5- Em casa, quem toma as decisões – plantio, investimento na propriedade, compras, educação dos filhos?
- 6- As tecnologias implementadas através da ASA (P1MC e/ou P1+2) tem mudado a sua vida? E que forma? Quais os pontos positivos e negativos?
- 7- Quais são as principais dificuldades enfrentadas por ser mulher e residir na zona rural, considerando a lida com a água desde a infância até a vida adulta, apresenta alguma mudança?
- 8- Na sua opinião, o que poderia ser melhorado em relação a água para também melhorar a sua vida, enquanto mulher rural?

APÊNDICE B**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM LIDERANÇAS DA
COMISSÃO MUNICIPAL DE ÁGUA**

Data: _____

Local: _____

- 1- Você pode falar um pouco seu nome, idade, onde mora, de qual organização faz parte?
- 2- Como sua organização participa das decisões relacionadas a água na comunidade?
- 3- As tecnologias implementadas na comunidade através da ASA (P1MC e P1+2) tem mudado a vida das mulheres em qual aspecto?
- 4- O que você avalia que poderia ser melhorado em relação a água para também melhorar a vida das mulheres?
- 5- Quais espaços de decisão política as lideranças têm ocupado para interferir nas políticas públicas que garanta os direitos das mulheres?
- 6- Quais políticas públicas são tratadas com prioridade para as mulheres rurais e quais elas têm acessado?
- 7- O que ainda é considerado um desafio que impede o avanço das mulheres e sua autonomia social, política e econômica? Como as organizações poderiam contribuir para avançar?

APÊNDICE C

ROTEIRO PARA A EXECUÇÃO DAS OFICINAS COM LIDERANÇAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ÁGUA

Proposta Metodológica para realização das oficinas com as mulheres

Pesquisa: O acesso das mulheres às cisternas para consumo humano: avanços, desafios e possibilidades no Semiárido

Data: 25/10/2019, 12/11/2019 e 26/11/2019

Local: Município de Serrinha - Comunidades de canto (espaço da Associação Comunitária)

Participantes: 10 mulheres da comunidade de Canto

Tempo estimado: 02/03 horas

Mediação/coordenação: Selma Glória

Colaboração: Michel Pampont e Clécia Silva (sistematização gráfica)

Objetivo: Conhecer as condições vivenciadas pelas mulheres rurais no acesso a água para consumo humano (cisternas de placas) – a vida antes e depois das cisternas

Observação:

- Explicar o objetivo da oficina e da pesquisa
- Enfatizar a necessidade de gravar/filmar a oficina – assegurando o anonimato (ou não)
- Assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (assinar antes da oficina)
- Providenciar um lanche, de preferência comprar a produção das mulheres (sucos, biscoitos, beijú, frutas)

Programação

- Acolhida: Boas vindas e apresentação da proposta
- Apresentação das participantes através de dinâmica (em dupla, uma participante apresenta a outra)
- Chuva de ideias – Todas receberão um papel escrito com a palavra “água” e solicitar que elas escrevam e/ou desenhem tudo que lhes remete a água, desde as lembranças do passado até o presente.
- Apresentação e debate – Simultaneamente registra o resultado (palavras chave) no quadro ou papel metro, deixando exposto na parede, de modo que possa revisitá-lo durante a oficina.

1º Momento - A vida das mulheres antes das cisternas (oficina 1)

Trabalhos em grupo (cada grupo de 4 pessoas irá registrar no papel suas vivências sobre o acesso a água antes de serem contempladas com cisternas de placas (comunidade, distância, tempo gasto, filhos, alimentação, relações familiares...);

-Os registros serão feitos de forma livre (escrita, desenhos, Contação de histórias...)

Pergunta norteadora: Como era a vida das mulheres antes das cisternas?

-Apresentação e debate na plenária

2º Momento – A vida das mulheres depois das cisternas (Oficina 2)

-Individualmente, cada participante receberá material didático (papel, lápis, caneta, giz de cera, pincel atômico) para relatar as vivências cotidianas após as cisternas – deverá destacar aspectos individuais e coletivos.

Pergunta norteadora: Como ficou a vida das mulheres após o acesso as cisternas?**Destacando os seguintes elementos:**

-Uso do tempo

-Relações familiares (divisão do trabalho doméstico, tomadas de decisão)

-Participação em organizações (pode ser no primeiro momento também)

- Gestão da água

Apresentação e debate na plenária**3º Momento: Partilha coletiva - na plenária**

Em sua opinião o que poderia ser feito para melhorar a situação da água na sua região?

Quais são as lições apreendidas sobre a relação das mulheres com a água?

Avaliação da atividade - coletiva

APÊNDICE D



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA -UEFS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLANTERR / MESTRADO PROFISSIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: **Águas do Semiárido: Mulheres Rurais e o Acesso a Cisterna para Consumo Humano no Município de Serrinha-Bahia** e tendo como pesquisadora responsável Selma Glória de Jesus e a orientadora Prof^a. Dr^a. Acácia Batista Dias, convidamos a senhora a participar. As informações a seguir descreverão esta pesquisa e o papel que a senhora terá como participante. A pesquisadora poderá esclarecerá quaisquer dúvidas que possa ter sobre este termo e sobre o estudo do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial PLANTERR/UEFS tem por objetivo analisar o acesso das mulheres rurais à política de água- cisternas de consumo humano e saber em que medida este acesso contribuiu para sua autonomia econômica e participação sociopolítica no município de Serrinha- Bahia. O estudo poderá contribuir para subsidiar as mulheres rurais na incidência política tendo em vista a elaboração e controle social das políticas públicas para convivência com o Semiárido, de modo especial aquelas relacionadas a questão hídrica nas comunidades de Canto e Alto de Fora.

A sua participação nessa pesquisa será através de uma entrevista semiestruturada que será gravada, a qual contém perguntas sobre a vida antes e após as cisternas de consumo humano e as relações sociais de gênero imbricadas no acesso a política hídrica, sendo que poderá escutar após realização, ficando a critério modificar/excluir alguns trechos ou a entrevista completa, assim como a participação em oficinas temáticas que serão realizadas no decorrer da pesquisa. A sua participação é espontânea podendo se recusar a participar ou poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem constrangimentos. Não haverá, por qualquer meio, discriminação as participantes do estudo. Dela participando, seus benefícios serão: Fortalecer o interesse do trabalho coletivo que já existe na comunidade ampliando o número de atividades e mulheres envolvidas; desenvolver o interesse pela auto-organização e incidência política. Estamos cientes de que toda pesquisa traz riscos para seus participantes, tais como uma possível dificuldade de entendimento com as questões realizadas. Caso alguma questão não seja entendida podemos esclarecer, e se alguma questão lhe causar constrangimento ou vergonha, você tem o direito de não respondê-la. Indenizaremos eventuais danos decorrentes da pesquisa (financeira ou material), correspondente ao prejuízo. É importante ressaltar que estas informações serão utilizadas somente para fins desta pesquisa e os dados serão resguardados na instituição sob nossa responsabilidade garantindo sigilo e privacidade das informações. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n^o. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e/ou da Resolução CNS n^o 510/16. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade, respeitando seus valores morais, culturais, religiosos, sociais e éticos. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos ou publicações científicas. Ao final da pesquisa, cada participante será informado do resultado, mediante encontro com a pesquisadora em reunião mensal na associação. O participante da pesquisa não terá nenhum ônus. O custeio das despesas no desenvolvimento da pesquisa será de responsabilidade da pesquisadora. Se

houver qualquer dúvida sobre o estudo, você poderá receber esclarecimentos com a pesquisadora Selma Glória de Jesus, telefone (75) 999554668, e-mail: selma@moc.org.br, Local de trabalho: Movimento de Organização Comunitária-MOC, Rua Pontal, nº 61, Cruzeiro, Feira de Santana-Ba ou pela sua orientadora, Acácia Batista Dias, e-mail: acaciabatista02@gmail.com, local de trabalho: Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Mod. 07, UEFS, Feira de Santana – Bahia na Avenida Transnordestina, s/n - Novo Horizonte, Feira de Santana – BA, se necessário contato pessoal com pesquisadores poderá ocorrer na sala do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos sociais (GEOMOV) no referido Mod.07. Esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS), situado na UEFS, Módulo 1, MA 17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana - Bahia, CEP: 44036-900). Telefone (75) 3161- 8124, e-mail: cep@uefs.br. Aceitando participar deste estudo, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecido, através da assinatura deste termo, o qual possui duas vias; uma destas ficará com o(a) senhor(a) e a outra conosco.

Agradecemos a sua colaboração

Feira de Santana-Bahia _____/_____/_____

Prof^a. Dr^a. Acácia Batista Dias
(Orientadora)

Selma Glória de Jesus
(Pesquisadora)

Entrevistada